

**O Direito Internacional Humanitário e os conflitos armados  
do século XXI: As Nações Unidas enquanto garante da  
salvaguarda da vida e dignidade humana  
– os casos da Líbia e da Síria**

**Sónia de Jesus Carvalho Roque**

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política  
e Relações Internacionais – Relações Internacionais**

**Julho, 2013**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais –  
Relações Internacionais realizada sob a orientação científica da Professora  
Doutora Maria Francisca Alves Ramos de Gil Saraiva e do Professor Doutor  
António Paulo Duarte

*Aos meus pais*

*José e Jacinta Roque*

*Por tudo, como tudo, como sempre e eternamente.*

*Por me terem ensinado que*

*“Amar é a forma mais intensa de viver”, que*

*“Das dificuldades é que nascem os milagres”, que*

*“A melhor maneira de ser feliz é fazermos alguém feliz”, porque,*

*“A felicidade pertence aos que tornam os outros felizes”.*

*Enfim (...) por me ensinarem que*

*“É a dar que se recebe”,*

*que a vida humana não tem preço e que,*

*o humanismo é a verdadeira luz do mundo, dando-me a oportunidade*

*de me tornar de corpo e alma num ser humano.*

## **Agradecimentos**

Quero aproveitar a oportunidade, para fazer um agradecimento muito especial à minha orientadora a Professora Doutora Maria Francisca Saraiva pela disponibilidade, interesse, pelo apoio e pelo muito com quem aprendi desde o início do meu percurso académico. Conhecimento e humanismo sempre partilhado com alunos, colegas e amigos.

Os meus sinceros agradecimentos também ao meu orientador o Professor Doutor António Paulo Duarte pela disponibilidade, apoio, interesse e partilha de conhecimentos na concretização deste projeto, conferindo-me novos instrumentos de reflexão e análise que me permitiram adquirir uma visão mais ampla e criticamente construtiva sobre os diversos fenómenos, em especial em relação à temática desta dissertação.

O meu muito obrigado ao Tenente-Coronel Francisco da Silva Leandro, ao Comandante António Neves Correia e ao Tenente-Coronel Joaquim do Vale Lima, pela disponibilidade e partilha de conhecimentos, pelo interesse e pelo trabalho desempenhado também na área do Direito Internacional Humanitário, para que as forças armadas portuguesas, ao nível dos diversos ramos, sejam sempre um exemplo de profissionalismo, eficiência, respeito e humanismo a seguir.

Por fim, quero fazer um agradecimento sincero à Professora Doutora Paula Escarameia, que não se encontra já entre nós, cujo trabalho desempenhado enquanto docente e representante nas Nações Unidas sempre admirei, pela partilha de conhecimentos e pelo humanismo, com quem aprendi que as grandes vitórias se obtêm gradualmente com pequenas conquistas.

# **O Direito Internacional Humanitário e os conflitos armados do século XXI: As Nações Unidas enquanto garante da salvaguarda da vida e dignidade humana – os casos da Líbia e da Síria**

Sónia Roque

## **Resumo executivo**

Esta dissertação tem por objetivo analisar a emergência, evolução e importância do Direito Internacional Humanitário (DIH) nos conflitos armados contemporâneos, dadas as críticas de que tem sido alvo, que apontam para a sua não utilidade pela inadequação das suas normas face a este tipo de conflitos, sendo apresentado por alguns críticos como um Direito reativo que atua *a posteriori*, não prevenindo novas violações, ao mesmo tempo que tem aumentado o incumprimento das suas normas pelos diversos atores estatais e não-estatais com base em vários argumentos, não obstante a sua vinculação às mesmas.

A tese que nos propomos defender é a de que o DIH foi, continua e continuará a ser de extrema acuidade, tanto na atualidade e nos conflitos contemporâneos, como no futuro. Não tendo uma importância residual, não se encontra ultrapassado, em virtude de a sua evolução normativa não acompanhar com a mesma celeridade os desenvolvimentos que se verificam ao nível da tipologia dos conflitos, tipo de combatentes, ou mesmo dos métodos e meios de combate, uma vez que as normas existentes, em especial o cerne das suas disposições, continuar a ser aplicável em qualquer circunstância, independentemente do tempo e do espaço.

Ao eleger o DIH como núcleo problemático deste trabalho pretendemos justamente captar, naquele que é, em nosso entender, uma das manifestações mais inovadoras do Direito Internacional, a importância que aquele domínio jurídico desempenha em termos de salvaguarda da vida e dignidade humana em situações extremas e, infelizmente, cada vez mais frequentes de conflitos armados, destacando os principais desafios e dificuldades com que se depara na atualidade e salientando a sua importância na resposta aos mesmos, ilustrado através da dualidade de atuação tanto dos Estados a título individual, como em termos coletivos ao nível da comunidade internacional (casos da Líbia e da Síria), ressaltando a importância das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais.

Nesta investigação parece-nos essencial o recurso à interdisciplinaridade, pelo que o presente estudo é elaborado a partir de um enfoque social e político, recorrendo a áreas do conhecimento científico como as relações internacionais e o Direito Internacional, sendo de destacar que não nos propomos realizar uma análise jurídica da temática em questão, mas sim analisa-la do ponto de vista das relações internacionais, numa perspetiva de política internacional, ou seja, saber como o DIH tem influído no comportamento dos atores internacionais e tem condicionado ou não a sua atuação, problematizando e analisando as questões atuais e prospetivando a questão do DIH face à realidade e desafios contemporâneos.

**Palavras-chave:** Direito Internacional Humanitário, conflitos armados, Nações Unidas, Líbia, Síria.

**The International Humanitarian Law in the armed conflicts of the 21st century:  
The United Nations as a guarantor of the safety of human life and dignity - the  
cases of Libya and Syria**

Sónia Roque

**Abstract**

This thesis aims to analyse the emergence, evolution and importance of International Humanitarian Law (IHL) in contemporary armed conflicts, given the criticism that has been targeted, pointing to its usefulness and the inadequacy of its rules in this type of conflicts, being presented by some critics as a reactive law which operates retrospectively, not preventing new violations, at the same time that has increased the transgression of its standards by the various state and non-state actors based on several arguments, despite of their binding to those rules.

The idea we propose to defend is that IHL was, is and will continue to be of extreme acuity, today and in contemporary armed conflicts, and in the future. Not having a residual importance, is not exceeded, by virtue of its regulatory evolution does not follow the same speed of the developments taking place in terms of the types of conflicts, sort of combatants, or the methods and means of warfare, since the existing standards, in particular the core of its provisions, continue to apply in all circumstances, regardless of time and space.

By electing IHL as the problematic core of this work we intend to capture precisely in what is, in our opinion, one of the most innovative fields of International Law, the importance that this domain plays in terms of the legal protection of human life and dignity in extreme and, unfortunately, increasingly frequent situations of armed conflicts, highlighting the key challenges and difficulties that is facing today and stressing its importance in response thereto, illustrated by the duality of states behaviour, acting both individually or collectively in the international community (the cases of Libya and Syria), emphasising the importance of the United Nations in the maintenance of the international peace and security.

In this investigation it seems essential the resource to interdisciplinary, so this study is drawn from a social-political approach, resorting to scientific fields such as international relations and international law, empathising that we do not intend to perform a legal analysis of the issue in question, but rather analyse it from the point of view of international relations, in a perspective of international politics, that is to know how IHL has influenced the behaviour of international actors and has conditioned or not their performance, questioning and analysing the current issues and prospecting the question of IHL due to the contemporary reality and challenges.

**Keywords:** International Humanitarian Law, armed conflicts, United Nations, Libya, Syria.

## Índice

Capítulo I Introdução e enquadramento metodológico .....	1
1- Introdução e enquadramento metodológico .....	1
1.1- Introdução e relevância do tema .....	1
1.2- Enquadramento metodológico e objetivos da dissertação .....	14
1.2.1- Enquadramento metodológico .....	14
1.2.2- Objetivos gerais e específicos da dissertação .....	16
Capítulo II O Direito Internacional Humanitário .....	19
2- O Direito Internacional Humanitário .....	19
2.1- Introdução .....	19
2.2- Evolução histórica do Direito Internacional Humanitário .....	20
2.3- Definição do Direito Internacional Humanitário .....	31
2.4- Características do Direito Internacional Humanitário .....	35
2.5- Fundamentos e princípios essenciais do Direito Internacional Humanitário .....	36
2.5.1- Princípio da humanidade .....	36
2.5.2- Princípio da necessidade .....	37
2.5.3- Princípio da proporcionalidade .....	38
2.5.4- Princípio da discriminação .....	39
2.6- Interoperacionalidade crescente entre o <i>jus in bello</i> , o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o <i>jus ad bellum</i> .....	39
Capítulo III Aplicação do Direito Internacional Humanitário em situações de conflito armado .....	48
3- Campo de aplicação do Direito Internacional Humanitário .....	48
3.1- Introdução .....	48
3.2- Aplicação do Direito Internacional Humanitário em situações de conflito armado .....	49
3.2.1- Introdução .....	49
3.2.2- Âmbito de aplicação do Direito Internacional Humanitário .....	49
3.2.3- Condução das hostilidades – disposições principais .....	52
3.2.3.1- Início das hostilidades e aplicação do Direito Internacional Humanitário .....	52

3.2.3.2- Proteção concedida pelo Direito Internacional Humanitário .....	53
3.2.3.2.1- População civil .....	53
3.2.3.2.2- Feridos, doentes e náufragos .....	54
3.2.3.2.3- Mulheres e idosos .....	54
3.2.3.2.4- Crianças .....	55
3.2.3.2.5- Jornalistas .....	56
3.2.3.2.6- Pessoal sanitário .....	56
3.2.3.2.7- Combatentes .....	56
3.2.3.2.8- Mercenários .....	57
3.2.3.2.9- Tropas irregulares .....	57
3.2.3.2.10- Proibição de atacar certas zonas .....	58
3.2.3.2.11- Proibição de atacar bens de caráter civil .....	58
3.2.3.2.12- Ambiente .....	60
3.2.3.2.13- Armas .....	60
3.2.4- Prevenção das infrações, supervisão e sanções .....	61
3.2.5- Aplicação do Direito Internacional Humanitário em tempo de paz .	62
3.2.6- Considerações finais .....	63
3.3- Algumas dificuldades decorrentes da aplicação das normas de Direito Internacional Humanitário nos conflitos armados do século XXI .....	65
3.3.1- Introdução .....	65
3.3.2- As normas de Direito Internacional Humanitário nos conflitos armados contemporâneos .....	66
3.3.3- Considerações finais .....	69
3.4- Algumas alterações nos conflitos armados atuais decorrentes da revolução dos assuntos militares .....	71
3.4.1- Introdução .....	71
3.4.2- As novas tecnologias aplicadas aos conflitos armados contemporâneos .....	71
3.4.3- Considerações finais .....	75
Capítulo IV As Nações Unidas enquanto garante da salvaguarda da vida e dignidade humana – os casos da Líbia e da Síria .....	77
4- As Nações Unidas enquanto garante da salvaguarda da vida e dignidade humana .....	77



4.1- Introdução .....	77
4.2- O sistema de manutenção da paz e segurança internacional das Nações Unidas e normas enquadrantes – breve análise .....	78
4.3- As Nações Unidas e o Direito Internacional Humanitário .....	80
4.4- Líbia .....	83
4.4.1- O caso da Líbia no contexto do <i>jus ad bellum</i> e do <i>jus in bello</i> .....	83
4.4.2- O conflito armado na Líbia de acordo com o Direito Internacional Humanitário .....	87
4.4.3- Considerações finais .....	93
4.5- Síria .....	95
4.5.1- O caso da Síria no contexto do <i>jus ad bellum</i> e do <i>jus in bello</i> .....	95
4.5.2- O conflito armado na Síria de acordo com o Direito Internacional Humanitário .....	98
4.5.3- Considerações finais .....	103
4.6- Conclusão .....	105
Capítulo V Considerações finais .....	108
5- Considerações finais .....	108
Anexos .....	129
Anexo 1 Espetro dos conflitos armados .....	129
Anexo 2 Aplicabilidade das normas de Direito Internacional Humanitário .....	130
Anexo 3 Espetro das operações militares .....	131
Bibliografia .....	132

## **Lista de abreviaturas**

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas  
CAI – Conflito Armado de Caráter Internacional  
CANI – Conflito Armado de Caráter Não- Internacional  
CG – Convenções de Genebra de 1949  
CICV – Comité Internacional da Cruz Vermelha  
CNU – Carta das Nações Unidas  
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas  
DIC – Direito Internacional Consuetudinário  
DIDH – Direito Internacional dos Direitos Humanos  
DIH – Direito Internacional Humanitário  
DIHC – Direito Internacional Humanitário Consuetudinário  
DIP – Direito Internacional Público  
EUA – Estados Unidos da América  
I CG – I Convenção de Genebra de 1949  
I PA – Primeiro Protocolo Adicional de 1977 às Convenções de Genebra de 1949  
II CG – II Convenção de Genebra de 1949  
II PA – Segundo Protocolo Adicional de 1977 às Convenções de Genebra de 1949  
III CG – III Convenção de Genebra de 1949  
IV CG – IV Convenção de Genebra de 1949  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PA – Protocolos Adicionais de 1977 às Convenções de Genebra de 1949  
R2P – Responsabilidade de Proteger  
RAM – Revolução dos Assuntos Militares  
ROE – Regras de Empenhamento  
SOFA – Acordo sobre o Estatuto da Força  
TIJ – Tribunal Internacional de Justiça  
TPI – Tribunal Penal Internacional  
UA – União Africana  
UAVs – Aeronaves Não Tripuladas

# Capítulo I

## Introdução e enquadramento metodológico

### 1- Introdução e enquadramento metodológico

*Ever since the formation and co-existence of modern nations, and ever since wars have become great national wars, war has come to be acknowledged not to be its own end, but the means to obtain great ends of state, or to consist in defense against wrong and no conventional restriction of the modes adopted to injure the enemy are any longer admitted; but the law of war imposes many limitations and restrictions on principles of justice, faith and honor.*

Article 30, The Lieber Code

#### 1.1- Introdução e relevância do tema

De acordo com Adriano Moreira (2005: 16) independentemente do facto das doutrinas sobre o estado de natureza anterior à instituição da sociedade política serem, ou não, aceites no que concerne à formação das entidades soberanas, a vida internacional, como foi sublinhado por Locke, evidencia-se com sendo um estado de natureza, a desafiar um continuado esforço para a racionalizar e a submeter a instituições políticas que dispensem o uso da força<sup>1</sup>. Por isso, lembrando Raymond Aron, o autor salienta que ainda hoje é o fenómeno da guerra<sup>2</sup> que mais evidentemente determina a autonomia deste campo de estudo chamado relações internacionais, porque cada um dos intervenientes, agentes ou atores destas relações se reserva o direito de recorrer à força própria para defesa do que considera o seu interesse ou o seu direito, pelo que cedo se evidenciaram esforços para racionalizar este recurso à força e a sua conduta aquando da ocorrência de um conflito bélico.

O objetivo de um conflito armado consiste em derrotar a parte adversária. O Direito Internacional Humanitário (DIH) apenas permite as ações necessárias com vista a alcançar este objetivo, proibindo todas as ações que vão para além deste propósito e que causem ferimentos ou danos não considerados necessários, ou seja, limita a ação

---

<sup>1</sup> Existem várias correntes doutrinárias em relação a esta questão, por exemplo, como relembra o autor o estado de natureza, e o contratualismo, foram negados por David Hume, Hegel e Karl Max que consideravam esta construção teórica incoerente, por supor de acordo com Hume que o tácito consentimento é possível contra a realidade social, ou que a racionalidade é possível fora da sociedade organizada na perspetiva de Hegel, ou ainda porque não parece aceitável admitir que os homens queiram abandonar o estado de natureza para construírem a sociedade capitalista vigente, como defendeu Macpherson in Adriano Moreira (2005), *Teoria das relações internacionais*, Coimbra: Almedina, p. 16.

<sup>2</sup> Embora se deva notar que esta teoria é disputável pelo atual discurso das relações internacionais, por exemplo, pelas teorias da cooperação e da interdependência, contudo, dado tratarmos das leis da guerra, isto é, do Direito Internacional Humanitário, parece-nos, efetivamente, que o fenómeno da guerra tem uma importância crucial no que concerne ao estudo deste campo do saber que são as relações internacionais, pelo que pretendemos apenas dar um enquadramento geral, em nossa opinião, das principais teorias das relações internacionais em relação à temática que nos propomos tratar.

aos imperativos para a concretização deste objetivo. Este ramo do Direito restringe os métodos e os alvos contra os quais podem ser realizados ataques e as suas regras básicas aplicam-se em todos os teatros de operações (Green, 2000: 122).

Estas restrições não foram cumpridas no conflito que deflagrou na Líbia e continuam a não ser respeitadas na Síria, apesar dos dois países serem partes, por exemplo, das Convenções de Genebra (CG) de 1949, além de estarem sujeitos ao Direito Internacional Consuetudinário (DIC), sendo que o mais grave consiste no facto de este incumprimento ser essencialmente praticado por parte do Estado e respetivas forças armadas e de segurança, que têm a responsabilidade maior na proteção da população. A grande questão que se coloca é a dualidade de atuação da comunidade internacional nestas duas situações no que concerne à salvaguarda da população.

Na perspetiva de Whitman (2005: 263) não se espera que os Estados sejam altruístas, mas se o genocídio no Ruanda em 1994 não foi suficiente para conseguir uma resposta internacional, devemos observar as reivindicações de alguns Estados, que falam de necessidades humanitárias imperativas, com ceticismo. É mais realista observar o ímpeto para as intervenções humanitárias como formas mais comuns de intervenção na política internacional, qualquer que seja o seu tipo de valor moral, colocando-se o dilema das intervenções unilaterais e mesmo multilaterais, de que a Líbia constitui um dos mais ilustrativos e recentes exemplos, ao contrário do que está a suceder na Síria que em alguns pontos se pode assemelhar ao Ruanda, no que concerne ao assassinio indiscriminado de civis sem participação direta nas hostilidades, em especial mulheres e crianças. Não obstante, devemos salientar que o quadro ético internacional, não impondo um comportamento, condiciona política e mentalmente os comportamentos dos atores, ou seja, não o impede mas pode, e em geral, impõe alguma moderação, o que denota a tensão existente quando se trata da questão da responsabilidade de proteger. Daí a importância do estabelecimento de um conjunto de normas que sejam aceites e cumpridas por todas as partes intervenientes em situações de conflito armado e que sejam também devidamente sancionadas em caso de incumprimento, para que esta prática seja dissuadida.

Como salienta Tarzi (2004: 123) nas relações internacionais a definição dos principais conceitos é muitas vezes assunto de debate entre escolas rivais, não existindo aceções consensuais, pelo que cada temática é abordada e interpretada por vezes de forma distinta.

De acordo com Edward Luttwak (1999: 36) uma verdade incômoda é que apesar de a guerra constituir um infortúnio tem uma grande virtude, pode resolver conflitos políticos e conduzir à paz.

O realismo tem diversas assunções, afirmando que o sistema internacional é anárquico, por não existir uma autoridade superior aos Estados capaz de regular as suas relações. Também defende que os Estados soberanos, mais do que as organizações internacionais, ou as organizações não-governamentais são os principais atores na cena internacional. Cada Estado é visto como um ator racional, que procura sempre o seu interesse individual, sendo o seu primeiro objetivo assegurar a sua segurança por todos os meios à sua disposição.

O realismo ofensivo defende que os Estados procuram aumentar a sua segurança diminuindo internacionalmente a segurança dos restantes, sendo a política internacional quase exclusivamente conflitual. Por seu turno, o realismo defensivo acredita que os países não procuram a segurança diminuindo internacionalmente a segurança dos restantes, pelo que a política internacional não é completamente conflitual, apesar de o ser na sua essência (Tang, 2010: 32).

De acordo com Tarzi (2004: 120) tanto o neorrealismo como o neoliberalismo rejeitam uma conceção simplista das relações internacionais como um conjunto de interações bilaterais e multilaterais num ambiente anárquico. Para os realistas, as capacidades militares e estratégicas são fundamentais para a organização da vida política internacional. Como os Estados não têm o mesmo poder têm diferentes habilidades para recorrer à ameaça ou ao uso da violência para alterar o comportamento dos restantes Estados. Assim, as desigualdades na distribuição global do poder definem a estrutura do sistema internacional. De acordo com a perspetiva neorrealista o comportamento dos agentes é, por sua vez, condicionado e moldado pela estrutura maior do sistema internacional. Esta teoria permite explicar por que diferentes unidades se comportam da mesma forma, mesmo quando o comportamento de um Estado é baseado num cálculo racional dos interesses nacionais.

Analisando as teorias liberais, o liberalismo republicano baseia-se na premissa de que as democracias são mais pacíficas e respeitadoras da lei do que os restantes sistemas políticos. As democracias não lutam entre si, pelo que com um maior número de democracias, podemos ter um mundo mais cooperativo e pacífico. A interpretação de Michael Doyle de Kant identifica três elementos por detrás desta teoria. O primeiro está relacionado com a existência de culturas políticas nacionais baseadas na resolução

pacífica dos conflitos. As instituições democráticas são controladas pelos cidadãos que não apoiam conflitos violentos com outras democracias. O segundo elemento consiste no facto de as democracias terem valores morais comuns e meios pacíficos de resolver os conflitos internos, métodos considerados preferíveis à resolução violenta. Por fim, a paz é reforçada pela cooperação económica e pela independência (Sorensen, 2006: 255), daí a promoção de legislação humanitária e o desenvolvimento de uma política de atuação em caso de crises humanitárias, no sentido da promoção da democracia.

O liberalismo institucional enfatiza o papel das organizações internacionais na promoção da cooperação entre os Estados. Ao atenuar a desconfiança entre os Estados, as instituições permitem criar um clima em que a esperança de uma paz durável se desenvolva. Enquanto o neoliberalismo define a segurança de um modo mais alargado, em que alguns autores como Kohane e Nye defendem um modelo misto de atores, denominado “teoria da interdependência”, devido aos efeitos de contágio da governação global (idem: 255).

Para o neoliberalismo é central a visão de que, para além da força bruta, existe um conjunto de regras e instituições no sistema internacional que mitigam o conflito, tendo consequências nas relações entre Estados e impulsionando o sistema internacional na direção do pluralismo e da diversidade. Esta teoria sustenta também que os contactos transnacionais e as coligações têm transformado as atitudes nacionais e a própria definição dos interesses nacionais (Tarzi, 2004: 120-121). De acordo com estas perspetivas podemos inferir da importância que organizações como as Nações Unidas têm na promoção da paz e da segurança internacionais.

Na opinião de Viotti (1999: 480) um idealista é aquele que vê os valores ou as preferências humanas, como a justiça ou a aspiração à paz mundial, como potencialmente decisivos e capazes de ultrapassar os obstáculos à sua concretização. São apelidados pelos críticos de utópicos, por não compreenderem a política ou outras realidades que condicionam a escolha humana. Um idealista considera que as ideias têm importantes efeitos causais, por oposição aos que veem o poder e os fatores materiais como determinantes dos resultados políticos.

A corrente de pensadores “idealistas” em relações internacionais constituiu o paradigma dominante entre as duas guerras e foi muitas vezes retomada pelos autores que cultivam a existência de uma sociedade internacional. Inspirando-se na tradição jurídica contratualista de Hugo Grotius e na utilitarista de Emmerich de Vattel, os idealistas procuraram prevenir as guerras pela constituição de uma paz fundamentada no

Direito. Esta última repousa sobre as regras que regem o comportamento dos Estados e são aplicadas por estes sem exceção. Estes rejeitam em particular o caráter anárquico das relações internacionais e afirmam, na sequência da experiência das grandes guerras, a importância de resolver as disputas pelas vias legais e pela arbitragem. A força deve ser reservada e utilizada unicamente contra os países que infrinjam as regras do Direito (David, 2001: 31-32). Esta teoria está na base do desenvolvimento da legislação referente aos direitos humanos e DIH e das grandes preocupações com o ser humano e a dignidade humana.

Esta é a base da essência da instituição das Nações Unidas que se encontra patente nos artigos 1.º e 2.º da sua Carta constitutiva<sup>3</sup>. A organização universal constituída após a II Guerra Mundial tinha exatamente como objetivos principais:

“Preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra; reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos (...); estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de Direito Internacional e promover o progresso social e melhores condições de vida” (Nações Unidas, 2001: 1-4).

Como relembra Raymond Aron (2003: 21, originalmente impresso em 1966) para Clausewitz a guerra é um ato de violência destinado a coagir o nosso adversário que assim tem de cumprir a nossa vontade. Esta definição pode servir como ponto de partida, não sendo na opinião de Aron menos válida do que no momento em que foi escrita. A guerra enquanto fenómeno social pressupõe a existência de vontades conflitantes das coletividades politicamente organizadas. A força física constitui o meio, a submissão do inimigo à nossa vontade constitui o objetivo final.

A paz é considerada a suspensão mais ou menos prolongada dos modos violentos de rivalidade entre unidades políticas. A paz prevalece quando as relações entre as nações não envolvem formas militares de luta. Contudo, uma vez que as relações pacíficas ocorrem à sombra das batalhas passadas e no receio ou expectativa de outras que possam ocorrer, o princípio da paz, no sentido que Montesquieu atribui ao termo na sua teoria sobre os governos, não é diferente na sua natureza das guerras: a paz é baseada no poder, isto é, na relação entre as capacidades de interagir com as outras unidades políticas, uma vez que as relações de poder em tempo de paz, sem

---

<sup>3</sup> Publicação oficial no Diário da República I – Série A – n.º 117/91 de 22 de maio de 1991, pp. 2746-2791.

serem o reflexo exato da atual ou potencial relação de forças, são uma expressão mais ou menos distorcida da mesma, em que os vários tipos de paz podem ser relacionados com as várias categorias da relação de forças (idem: 151).

Nem todos os realistas aceitam a caracterização maquiavélica da guerra como algo útil para a aquisição ou manutenção do poder, e que se adiada, apenas pode beneficiar o adversário. A guerra não constitui decididamente um meio legítimo, sendo meramente um meio utilizado para alcançar objetivos políticos essenciais. Que a guerra não deve ser levada a cabo sem que haja um motivo legítimo e que deve pelo menos ser subordinada ao objetivo político, ou servir um interesse nacional, pode ser entendida, ainda que de forma limitada, como uma declaração moral (Frank, 2003: 400-401).

Na teoria da guerra justa (*jus ad bellum*), a guerra constitui um último recurso, que deve ser desencadeado, na atualidade, se existir alguma hipótese de êxito. A mortandade e a destruição causadas pela guerra devem ser minimizadas, tendo em vista a concretização de objetivos militares legítimos. De acordo com a lógica convencional militar, o objetivo da guerra consiste em destruir ou enfraquecer substancialmente a capacidade ofensiva do inimigo. A necessidade militar assim definida, todavia, não justifica o uso de meios desproporcionais aos fins pretendidos, ou a utilização de armas que sejam indiscriminadas ou que causem sofrimento humano excessivo (idem: 401), que constituem os princípios básicos do DIH, cujo cumprimento se torna cada vez mais premente nos conflitos contemporâneos.

A proteção dos direitos humanos e a existência do DIH fazem dos princípios humanitários parte integrante da ordem internacional pós-Guerra Fria. Um dos argumentos legais a favor da intervenção humanitária consiste no facto de situações como o genocídio constituírem um desafio à ordem internacional estabelecida, tal como às vidas de milhares de inocentes. Esta lógica torna as violações recentes das CG cometidas ou sancionadas pelos Estados como surpreendentes e desalentadoras. A lista de abusos é extensa. As violações das leis e normas humanitárias acentuam o dilema da intervenção humanitária, demonstrando as suas contradições (Whitman, 2005: 268-269), tal como os paradoxos no que concerne à responsabilização dos infratores.

Estes abusos referem-se a casos em que os argumentos morais são utilizados para justificar os conflitos, ou os métodos utilizados, que são motivados principalmente não por preocupações morais, mas por interesses. Neste sentido, sempre que o Direito natural se sobrepõe ao Direito positivo como princípio geral, este tem como consequência uma sociedade internacional mais desordenada, com maior propensão



para os conflitos armados. Na tradição da guerra justa os teóricos já temiam que os soberanos pudessem utilizar as justificações morais para fins que não estivessem relacionados diretamente com a justiça (Bellamy, 2004: 132), o que demonstra a crescente interoperacionalidade entre o *jus ad bellum* e o *jus in bello* (DIH).

Podemos então depreender, que na perspectiva maquiavélica justifica-se um normativismo relacional que coloca o valor da segurança e do poder acima da justiça e, no qual, a eficácia do Direito se sobrepõe à sua validade, dependendo aquela do voluntarismo dos Estados, na ausência de um poder supranacional que os obrigue. A ordem não coincide necessariamente com a justiça (Dos Santos, 2001: 86).

Na perspectiva humanista, parte-se do primado da existência de valores e princípios acima das divisões políticas, étnicas, culturais e religiosas, que se aplicam a todos os seres humanos e que implicam a unidade do género humano (idem).

Nesta perspectiva encontramos o DIH. Ao abordarmos a problemática deste ramo do Direito, temos obrigatoriamente de nos referir aos conflitos armados, à violência, aos combates e aos confrontos dos mais diversos tipos. A violência marca a História da humanidade desde o princípio dos tempos, sendo um dos fenómenos mais antigos da atividade humana e um dos mais universais nas relações entre indivíduos, grupos, povos, nações ou Estados. Todavia, paralelamente a este flagelo que atormenta a humanidade desde que há memória, evidenciaram-se também inúmeros esforços e tentativas para restringir o uso da força, com vista a proteger o ser humano das arbitrariedades, a limitar o recurso à violência e a reduzir o sofrimento causado pela guerra, evitando os danos e as perdas inúteis ou supérfluas e procurando conciliar, na medida do possível, os imperativos militares e as necessidades humanitárias.

De acordo com Adriano Moreira (2005: 83) os Estados recorrem à guerra para salvaguardar os seus interesses legítimos ou ilegítimos, para exaltar valores morais ou espirituais, para impor o triunfo de grupos étnicos que se consideram superiores, ou para modificar a ordem política e social internacional. Embora devamos salientar que o fenómeno da guerra não se encontra reduzido ao Estado e, que na atualidade ainda menos, pelo aumento dos conflitos internos, e que Estado e política não são exatamente a mesma coisa. Enfatizamos, contudo, a importância do ator estatal no fenómeno da guerra, apesar de esta ser anterior à organização social e política e o seu papel preponderante na definição das suas regras e no cumprimento ou não das mesmas.

Neste sentido, como salienta o autor (idem: 86-87) é precisamente a guerra que constitui o ponto central de toda a problemática relacionada com a possibilidade de

estabelecer, não apenas regras que os poderes políticos devem observar, mas também, e principalmente, o estabelecimento de um mecanismo que permita tornar essas regras respeitadas por todos os atores estatais e não-estatais.

Além do Direito natural, nas relações internacionais vigoram normas de moral, costumes, usos sociais e normas jurídicas positivas (Direito Internacional) (Cunha, 1997: 13). Na sociedade internacional encontramos também, um conjunto de normas de conduta, que se consideram obrigatórias para os Estados e que delimitam as esferas de cada um em relação aos outros, em termos de um critério objetivo de justiça, gozando de uma efetiva vigência nas relações entre os Estados.

A crescente complexidade das relações internacionais gerou a tendência para distinguir no Direito Internacional novas divisões. É assim que se pode distinguir hoje no Direito Internacional, o Direito Humanitário que constitui uma divisão especializada do Direito Internacional Público (DIP), constituído pelas normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e do DIH (Cunha e Pereira, 2000: 36-38), que constitui o cerne do nosso estudo.

O teor da vida internacional na Antiguidade não permitia que a seu respeito se formasse uma doutrina sistemática. Isto não significa, porém, que o pensamento tivesse sido totalmente alheio aos problemas de convivência entre os povos (Cunha, 1997: 133).

A primeira forma de prevenção dos conflitos é a que recorre ao normativismo, e que se desenvolve numa série de propostas: condenação jurídica da guerra (*jus contra bellum*); regulação do direito excecional à guerra (*jus ad bellum*); regulamentação do exercício da guerra (*jus in bello*); punição dos atos de guerra (*jus criminis belli*) e institucionalização de uma autoridade internacional ou transnacional. Mesmo as formas repressivas ou institucionais agem como preventivas, pelo simples facto da sua existência (Moreira, 2005: 283).

Mas é evidente, à luz das experiências históricas, que o uso da força não tem sempre esta finalidade legalista e que a defesa de interesses juridicamente protegidos dos Estados, não tem sido muitas vezes senão um pretexto e uma justificação enganosa de políticas de força como salientámos. Nestas condições a ordem internacional deve aperfeiçoar-se para tentar conciliar a defesa do Direito com a defesa da paz. Não se conseguirá desarmar os opositores, enquanto se tolerar o livre emprego da força pelos seus sujeitos (Dinh, Pellet e Daillier, 2003: 816).

Contrariamente aos conflitos do século XIX, certas guerras do século XX foram pela sua extensão geográfica e pela sua intensidade conflitos mundiais e guerras totais. Os progressos técnicos foram tais, que não existiam praticamente mais limites aos meios de destruição que poderiam comprometer definitivamente o ecossistema mundial. Este caráter total das guerras e os riscos de escalada de um conflito menor justificaram uma condenação absoluta de todo o recurso à força como instrumento da conduta nos assuntos exteriores (idem: 818).

Elaborada no momento em que a II Guerra Mundial, mais mortífera ainda do que a Primeira, estava em curso, a Carta das Nações Unidas (CNU) devia consagrar este princípio sobre uma base jurídica incontestável, procurando ir mais longe, de forma a corrigir as imperfeições comprovadas pela experiência (idem: 821).

Nunca anteriormente o DIP influenciou tão diretamente a vida de cada um de nós como no tempo presente. Por vezes, mesmo, tem servido de proteção aos indivíduos quando o seu Direito Interno falha, por não ser devidamente aplicado, ou por não satisfazer os seus anseios. Este aspeto é sobretudo notório na área dos direitos humanos, em que funcionam instituições internacionais como comissões de verdade e reconciliação e tribunais que julgam Estados e indivíduos (Escameia, 2001: 12-13).

Todavia, apesar dos esforços desenvolvidos após o final da Guerra Fria (1989) para limitar o recurso à força na resolução dos conflitos, substituindo-o por instrumentos de resolução pacífica dos mesmos (para o que a Organização das Nações Unidas – ONU tem contribuído de forma significativa), o facto é que os denominados conflitos de baixa intensidade têm sido uma realidade crescente, com graves consequências para a população civil, em virtude dos níveis de violência extrema, praticados por atores estatais e não-estatais com recurso a armamentos cada vez mais sofisticados, mas também utilizando meios e métodos tradicionais.

Hoje, algumas das mais graves ameaças à paz e à segurança internacionais decorrem dos conflitos que opõem não os Estados entre si, mas os que ocorrem dentro dos próprios Estados. Apesar de se tratar de situações de violência internas, muitas vezes estas ultrapassam as fronteiras do Estado onde deflagram, dando origem a um conjunto complexo de situações de emergência humanitária. As violações de direitos humanos e do DIH em conflitos não-internacionais constituem as mais numerosas e atrozes, pelo que tem de existir uma responsabilização dos infratores e uma atuação preventiva.

Muller (1995: 181) enfatiza que a guerra coloca à filosofia um grande problema que não só contradiz, como anula a exigência primordial da ética: não matarás. Declarar a guerra é dar ordem aos homens para matarem outros homens.

Como relembra Robert Kolb (2003: 5) apercebemo-nos da importância do DIH, quando nos recordamos que na História da humanidade, o quantitativo de séculos em que se verificaram conflitos armados ultrapassa em muito os séculos que vivenciaram períodos de paz

Para o autor de acordo com a perspectiva realista, a guerra não pode ser regulamentada, pela sua própria essência: a necessidade de guerra e o seu ímpeto natural. Outros acrescentaram que a guerra não pode ser regulada pela experiência: cada regra racionalista está relacionada com as experiências da guerra que a precedeu. Deste modo, a regulamentação está sempre desatualizada, uma vez que não antecipa as novas tecnologias e estratégias, cuja emergência altera a situação a cada momento, tornando, deste modo obsoletas as normas concebidas.

Com base na visão idealista, a guerra pode estar sujeita a regras jurídicas como todo o fenómeno social. As normas do Direito da Guerra surgem do mútuo interesse das partes em que certos preceitos sejam respeitados, devido à expectativa de reciprocidade. O interesse comum na existência de certos limites constitui a base sobre a qual surge este Direito. De facto, diversas situações exigem uma regulação, como a validade dos tratados, o tratamento dos prisioneiros, a interdição de meios de perfídia e de outros que sejam perigosos (armas envenenadas). Pelo que desde sempre se registaram regras com vista a resolver estas questões (idem: 5-6).

A verdade é que a guerra pode e deve ser sujeita à disciplina jurídica, que como todas as relações entre os homens deve ser regulamentada. Esta constatação não indica qual o conteúdo exato das regras a ter em atenção: estas podem ser minimalistas, como o foram com frequência entre os povos primitivos ou podem ser mais abrangentes, como tem sido a tendência depois de 1945, em especial depois dos anos 90 do século XX, no seguimento de uma aceitação generalizada do ideal dos direitos humanos. É certo, contudo, que a regulamentação jurídica permanecerá precária e sujeita ao incumprimento e à ignorância, uma vez que a guerra nasce da necessidade política de sobrevivência. O DIH é um ramo do Direito Internacional, porém é também um Direito particularmente frágil, uma vez que está sujeito a violações frequentes e graves. Contudo, o DIH tem também importantes mecanismos para se fazer respeitar (idem: 6) como é o caso da jurisdição de tribunais penais internacionais, como o Tribunal Penal

Internacional (TPI) e a própria pressão e por vezes sanções executadas pelas diversas organizações, além da pressão da opinião pública.

De acordo com Robert Kolb (idem: 8-9) existe uma causa e três razões para a existência do DIH. A causa encontra-se na necessidade de regular uma relação entre pessoas. As três razões, na sua opinião, são a razão humanitária, centrada na necessidade cada vez mais evidente, desde o século XIX, de proteger as vítimas de guerra e os bens civis, enquanto valores próprios; a razão centrada na vantagem egoísta dos beligerantes a curto prazo, ou seja, a de evitar os perigos de degeneração do conflito, ou as desvantagens para ambas as partes, que se seguem a uma cadeia de represálias contra os adversários e uma vantagem altruísta a longo prazo, dado que a conduta das hostilidades segundo regras aceitáveis facilita o retorno à paz. Santo Agostinho já tinha insistido no facto de que o objetivo da guerra é a paz. Devemos sempre pensar na paz e não se deve fazer nada, que possa tornar o seu retorno mais difícil, como acontece quando há ressentimentos decorrentes da mesma.

O DIH também é designado por Direito da Guerra, Direito dos Conflitos Armados e DIH e dos Conflitos Armados, pelo que os termos são utilizados indistintamente, em especial para se referir a um conjunto de normas específicas, como abordaremos, sendo estas disposições normativas também conhecidas por Direito de Haia, de Genebra, de Nova Iorque e de Roma.

O DIH é constituído na sua maioria por normas que fazem parte do Direito Internacional geral ou comum, como enfatizámos e, por normas que se impõem a todos os Estados, enquanto parte do *jus cogens*. Esta imposição verifica-se ao nível da escolha dos meios e métodos de combate, que não é ilimitado por parte dos beligerantes e à obrigatoriedade de distinção entre civis e militares e entre bens civis e objetivos militares, daí a sua importância na salvaguarda da vida e dignidade humana em situações extremas.

Limitando-se a partir da realidade que é a guerra, o DIH está desenhado em função do seu fim, que consiste em proteger as vítimas dos conflitos armados, não ajuizando se a guerra é justa ou injusta, nem quem é o agressor, partindo de uma conceção racional e razoável das situações de beligerância e dos comportamentos humanos (Deyra. 2001: 25-26).

O DIH aplica-se a todos os intervenientes no combate, não se aplica apenas aos que participam diretamente no mesmo. Este ramo do Direito também se aplica ao nível

mais elevado, isto é, ao nível da Grande Estratégia<sup>4</sup>, tal como se aplica ao nível tático<sup>5</sup> ou operacional<sup>6</sup> da guerra. Os generais e os membros dos governos responsáveis pelo planeamento do conflito são tão responsáveis pelo cumprimento do DIH, como os seus soldados, pilotos ou marinheiros que se encontram no campo de batalha.

O DIH desenvolveu-se também como um sistema de princípios e normas consuetudinárias reconhecidas pela prática dos Estados. O DIH é obrigatório para todos os Estados, sejam ou não partes de um tratado. Existe uma exceção, que está relacionada com a recusa permanente e inequívoca por parte de um Estado em aceitar um costume (Deyra, 2001: 28).

A este respeito deve notar-se que, ao ratificar ou aderir às CG os Estados se comprometeram a divulgar tão amplamente quanto possível, em tempo de paz e de guerra, o texto das Convenções nos seus respetivos países e, em particular, a incluir o seu estudo nos programas de instrução militar e, se possível civil, a fim de que os seus princípios sejam conhecidos por toda a população, em especial pelas forças armadas, o que efetivamente confere uma maior responsabilização em caso de incumprimento aos infratores, uma vez que não podem alegar o desconhecimento da lei.

A atualidade do DIH é feita hoje, tal como no passado, de frustrações, conquistas e interrogações. O futuro dependerá mais do que nunca de uma forte vontade política de salvaguardar a dignidade humana nos conflitos armados (Flauss, 2003: 11).

Assim sendo, na nossa época é importante concentrar energias no cumprimento das normas existentes, através do desenvolvimento de mecanismos de fiscalização eficazes e da disposição de meios operacionais suficientes.

---

<sup>4</sup> Segundo John Collins é a arte e a ciência de empregar o poder racional, sob todas as circunstâncias para exercer graus e tipos desejados de controlo sobre o oponente através de ameaças, força, pressões indiretas, diplomacia, subterfúgios e outros imaginativos meios e, conseqüentemente, alcançar os interesses e os objetivos nacionais de segurança. De acordo com Liddell Hart a mais elevada é coordenar e dirigir todas as respostas de uma Nação, ou de um conjunto de Nações, para a consecução do objetivo político da guerra – o objetivo definido pela política fundamental in Henrique Manuel Lages Ribeiro (2008), *Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico*, Lisboa: Gradiva, p. 121.

<sup>5</sup> Pode ser definida como o ramo dos conhecimentos militares que estuda o emprego dos meios à disposição de um chefe militar para, num determinado terreno (mar, ou espaço aéreo), atingir os objetivos que lhe foram fixados por uma entidade superior. Também pode ser entendida como a ciência de utilizar, da melhor forma, os meios militares em função do ambiente operacional e das facilidades proporcionadas pela técnica e tendo em vista reduzir o adversário pelo combate ou pela ameaça do combate in *Idem*, *Ibidem*, p. 309.

<sup>6</sup> Uma operação pode ser entendida como um conjunto de movimentos e de ações, executadas dentro de um período de tempo fixado ou não e numa determinada área, executadas por forças terrestres, navais ou aéreas, isoladas ou em conjunto, com a missão de alcançar um determinado objetivo in *Idem*, *Ibidem*, p. 237.

As interrogações multiplicaram-se no período que se seguiu aos atentados do 11 de setembro de 2001 e no contexto da intervenção no Afeganistão e no Iraque. Numa primeira fase o DIH foi colocado em causa de forma radical, porém esta fase foi superada através da constatação da importância deste ramo do Direito na proteção da vida e da dignidade da pessoa humana no contexto de conflitos armados, independentemente do seu caráter (Flauss, 2003: 12).

Constitui, portanto, nosso objetivo demonstrar a importância e acuidade do DIH nos nossos dias e no futuro, contrariando aqueles que colocam em causa a sua existência e pertinência, pois a salvaguarda da vida humana em situações de conflito armado encontra-se dependente da sua existência e constante desenvolvimento, para que não caiamos num abismo de espiral da violência, em que o ser humano pode destruir o seu semelhante, quem sabe até ao limite. O DIH é o mecanismo que pode impor regras e limitar a violência dentro da própria violência, mesmo quando esta é legitimada.

A universalidade das CG, apesar das infrações que possam ser cometidas, constitui sempre um argumento poderoso, que se pode contrapor àqueles que insistem que o DIH não é adequado para lidar com as guerras contemporâneas. De facto, as CG de 1949 são as únicas Convenções que foram universalmente ratificadas, o que significa que todos os Estados assumiram um conjunto de compromissos na salvaguarda da vida e dignidade humana neste tipo de situações, pelo que podem ser responsabilizados.

O DIH continua a ser a estrutura jurídica mais eficaz que governa a condução das hostilidades, uma vez que foi desenvolvido especificamente para salvaguardar as necessidades legítimas de segurança dos Estados, por um lado, e proteger a vida humana e os direitos básicos por outro, independentemente dos avanços que vão surgindo ao nível dos meios e métodos de combate, dos seus intervenientes e dos subterfúgios justificativos ou da atuação de alguns atores, uma vez que existem regras que são intemporais e inderrogáveis.

A adesão ao cumprimento da lei é apenas um primeiro passo. O respeito pelas CG é basicamente uma responsabilidade dos Estados que as aceitaram. No entanto, alguns carecem da vontade política para empreender ações concretas em benefício das vítimas da guerra, que estão relacionadas com as medidas necessárias para evitar, investigar e punir as infrações deste ramo do Direito, em especial quando os seus interesses vitais estão em questão.

Não estando o recurso à força armada definitivamente eliminado da vida internacional, é necessário continuar a submeter o seu emprego ao Direito, a fim de limitar, tanto quanto possível, os seus malefícios.

Embora as normas de DIH sejam das mais respeitadas a nível internacional, as situações de desrespeito têm vindo a aumentar, como salientámos, pelo que deveriam ser criados mecanismos de fiscalização mais eficazes, que atuariam imediatamente após a ocorrência de um conflito armado. Também deveria ser desenvolvida legislação específica para a atuação das forças das Nações Unidas ou das forças por si mandatadas que por vezes, é fundamental numa situação de conflito, uma vez que constitui uma salvaguarda para as populações no respeito das normas de DIH e de DIDH, não devendo a sua atuação estar relacionada com quaisquer outras situações que ultrapassem estas questões ou interfiram no curso político dos acontecimentos nos Estados em questão.

Apesar do dever de prevenir a guerra, quando tal não é possível há que tentar solucionar as suas consequências nefastas, numa tentativa de salvaguardar a humanidade deste flagelo, sendo este o papel do DIH.

## **1.2- Enquadramento metodológico e objetivos da dissertação**

### **1.2.1- Enquadramento metodológico**

A metodologia científica consiste num sistema de regras e procedimentos explícitos, em que a pesquisa se baseia e em função da qual o conhecimento é avaliado. Este sistema científico de regras e conhecimentos não é fechado nem infalível, o que faz com que os cientistas estejam sempre à procura de novas formas de observação, de inferência, generalização e análise (Rover, 2006: 8; Marconi e Lakatos, 2003: 17 e 80).

À medida que estas novas formas vão sendo descobertas e desenvolvidas, tornando-se congruentes com os pressupostos da abordagem científica, elas incorporam-se no sistema de regras e procedimentos da metodologia científica. Deste modo como enfatizam Marconi e Lakatos (idem: 83) todas as ciências se caracterizam pela utilização de métodos científicos, em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam estes métodos são ciências. Podemos inferir então que a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, porém não há ciência sem o emprego de métodos científicos.

Partindo da perspetiva de Marques Bessa (1993: 11), de que em qualquer pesquisa complexa e de rigor, a exposição e o debate do método não são questões de mero academismo, mas antes portas fundamentais para qualquer trabalho sério,



pretendemos com esta breve referência explicar os pressupostos metodológicos em que nos baseamos.

A primeira questão que importa clarificar é a da natureza do estudo. A presente análise, pode ser caracterizada como sendo simultaneamente descritiva e explanatória. Não descurando as vantagens dos estudos descritivos em si, pensamos que constitui uma mais valia aliá-los a uma reflexão séria e pessoal, de natureza explicativa e, por vezes, crítica. Porém, partilhamos a visão de Philippe Braillard (1990: 101) para quem o investigador que estuda a realidade social deve efetuar uma constante crítica ideológica do seu procedimento e da sua própria situação, em relação ao seu objeto de estudo, embora reconhecendo a natureza relativa e parcial de um tal procedimento.

Em segundo lugar, e considerando que a tese que nos propomos apresentar assume um cariz essencialmente teórico-concetual, gostaríamos de nos referir às suas dimensões metodológicas principais.

Numa investigação social, o contraste entre as pesquisas quantitativas e qualitativas diz respeito ao modo como se procede à análise dos dados. Uma faceta essencial do método qualitativo, no qual se baseia o presente estudo, consiste no facto de as explicações requererem uma apreciação das expectativas, culturas e visões do mundo dos autores envolvidos. Apesar das dificuldades do estudo qualitativo, este tem a vantagem que decorre da sua flexibilidade metodológica, ao permitir uma recolha de dados em profundidade, o que possibilita uma compreensão mais profícua dos fenómenos (Moreira, 1994: 93-94).

Os objetivos que nos propomos alcançar exigem da nossa parte uma postura que, tal como descrita por Carlos Diogo Moreira (1994: 94), exige um envolvimento mais completo e flexível do investigador. Esta não deriva apenas das noções teóricas do investigador, sobre o que deve ser considerado como dado válido. É também uma consequência do modo como o problema de pesquisa foi formulado e depois transformado num plano de investigação, embora isto seja influenciado pelas orientações teórico-metodológicas iniciais do investigador.

Todo o investigador deve, portanto, ter como preocupação na elaboração do seu estudo o recurso à interdisciplinaridade, pelo que o presente estudo é elaborado a partir de um enfoque social e político, recorrendo a várias áreas do conhecimento científico como as relações internacionais e o Direito Internacional, sendo de destacar que não nos propomos realizar uma análise jurídica da temática em questão, pois por não sermos juristas poderíamos pecar pela falta de rigor, mas sim analisar o DIH do ponto de vista

das relações internacionais, numa perspetiva de política internacional, ou seja, saber como o DIH tem influído no comportamento dos atores internacionais e tem condicionado ou não a sua atuação, problematizando e analisando as questões atuais e prospetivando a questão do DIH face à realidade e desafios contemporâneos.

Para a realização deste estudo, socorremo-nos essencialmente da pesquisa bibliográfica, quer de fontes primárias (legislação internacional como, por exemplo, as CG, os seus Protocolos Adicionais, a Carta das Nações Unidas e a posição de algumas organizações em relação à temática do DIH), quer secundárias (bibliografia temática sobre relações internacionais, DIH, conflitos armados, guerra justa, direitos humanos e responsabilidade de proteger para salientar as mais relevantes), sendo que estas assumiram uma clara preponderância.

No primeiro grupo salientamos os documentos oficiais, sobre os quais partilhamos a perspetiva de Marques Bessa (2001: 178), para quem é preciso nunca perder de vista que os documentos oficiais não podem ser recebidos sem crítica, nem entendidos sem o conhecimento aprofundado da conjuntura em que viram a luz, enquanto no segundo grupo merece destaque a bibliografia temática sobre os temas em apreço e que tentámos que fosse o mais ampla e representativa possível, dadas as várias limitações e constrangimentos a que todo o investigador está sujeito.

Face à metodologia adotada procurámos fazer um estudo descritivo e reflexivo, baseado na observação documental e levantamento bibliográfico conjugado com uma abordagem interpretativa funcional, numa tentativa de compreender as principais questões que se encontram por detrás do nascimento, desenvolvimento e prospetiva da evolução do DIH face à realidade atual.

### **1.2.2- Objetivos gerais e específicos da dissertação**

A tese que nos propomos defender é a de que o DIH foi, continua e continuará a ser de extrema acuidade, tanto na atualidade e nos conflitos contemporâneos, como no futuro. Não tendo uma importância residual, não se encontra ultrapassado, em virtude de a sua evolução normativa não acompanhar com a mesma celeridade os desenvolvimentos que se verificam ao nível da tipologia dos conflitos, tipo de combatentes, ou mesmo dos métodos e meios de combate, uma vez que as normas existentes, em especial o cerne das suas disposições, continuar a ser aplicável em qualquer circunstância, independentemente do tempo e do espaço.

Ao eleger o DIH como núcleo problemático deste trabalho pretendemos justamente captar, naquele que é, em nosso entender, uma das manifestações mais

inovadoras do DIP, a importância que aquele domínio jurídico desempenha em termos de salvaguarda da vida e dignidade humana em situações extremas e, infelizmente, cada vez mais frequentes de conflitos armados, não numa perspectiva jurídica, mas de relações internacionais (política internacional), destacando os principais desafios e dificuldades que se colocam na atualidade e salientando a sua importância na resposta aos mesmos, também para o futuro, ilustrado através da dualidade de atuação tanto dos Estados a título individual, como em termos coletivos ao nível da comunidade internacional (casos da Líbia e da Síria), ressaltando a importância das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais.

Há uma tentativa de clarificação de alguns conceitos essenciais ao tema, como o de DIH, de Direito da Guerra, Direito dos Conflitos Armados, DIH e dos Conflitos Armados, Direito da Paz, DIDH, *jus ad bellum*, regras de empenhamento, acordo sobre o estatuto das forças e operações de paz, para salientarmos os mais relevantes.

A vastidão da temática do DIH obriga necessariamente à realização de opções. Assim, não será tratado em profundidade o Direito dos Refugiados no quadro do DIH, assim como as guerras de libertação nacional, a condução das hostilidades no mar e no ar e a proteção civil. Também não nos ocuparemos do Direito da Neutralidade, da Ocupação e das Potências Protetoras ou das questões após o término dos conflitos. No espectro das operações militares, apenas se abordarão algumas das principais operações, consideradas por nós como mais relevantes para a aplicação do DIH, tal como uma breve análise do sistema de manutenção da paz e de segurança internacional. Apesar da importância do papel desempenhado por várias organizações, nomeadamente regionais e não-governamentais, iremos analisar a questão do DIH apenas em relação à ONU, também por considerarmos que enquanto Organização universal tem uma importância preponderante nas questões em apreço. As questões do terrorismo, das empresas militares privadas, do TPI e do DIC não serão abordadas especificamente e de forma aprofundada, por não recaírem no nosso âmbito de análise, sendo a questão da guerra justa e da ingerência humanitária, ou mais propriamente, a responsabilidade de proteger, abordadas numa perspectiva de complementaridade e confluência com o DIH, dada a interação crescente e, por vezes, sobreposição entre ambos os conceitos.

Com este intuito, dividimos o nosso estudo em vários capítulos.

No Capítulo I *Introdução e enquadramento metodológico* procuramos fazer um enquadramento e uma introdução à temática do DIH, salientando a nossa posição em relação à mesma, através da referência a algumas das suas principais questões e

esclarecer a metodologia e orientação utilizada para a realização da dissertação, tal como os objetivos pretendidos.

No Capítulo II *O Direito Internacional Humanitário* descrevemos a principal evolução histórica do DIH, procedemos à clarificação do conceito, das suas características, princípios e fundamentos e à análise da interoperacionalidade crescente entre o DIH, o DIDH e o *jus ad bellum*.

No Capítulo III *Aplicação do Direito Internacional Humanitário em situações de conflito armado* procuramos enunciar as principais regras do DIH que decorrem do seu campo de aplicação, fazendo a distinção entre os conflitos armados internacionais e não-internacionais e salientando a importância da aplicação deste Direito, não nos remetendo a uma exaustiva e rigorosa análise jurídica, pelos motivos já enunciados, existindo para tal literatura jurídica especializada. Abordamos neste capítulo também algumas dificuldades decorrentes da aplicação das normas de DIH nos conflitos armados do século XXI e as decorrentes da designada Revolução dos Assuntos Militares.

No Capítulo IV *As Nações Unidas enquanto garante da salvaguarda da vida e dignidade humana – os casos da Líbia e da Síria* fazemos uma breve análise do papel das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais através das operações de paz, dando especial ênfase à aplicabilidade do DIH às operações consideradas por nós como mais relevantes (tanto através de forças próprias, como das por si mandatadas) e à Organização e, as responsabilidades que daí advêm para a mesma. Fazemos também uma análise dos conflitos da Líbia (sendo de destacar que neste caso se tratou de uma operação de segurança coletiva mandatada pelas Nações Unidas) e da Síria de acordo com o *jus ad bellum*, que tem levado a uma atuação internacional diferenciada e, com o DIH, de modo a enfatizar as infrações cometidas pelos Estados, não consonantes com as suas responsabilidades nacionais e internacionais.

No Capítulo V *Considerações finais* pretendemos fazer uma súmula das principais conclusões a que fomos chegando através da análise das várias questões e responder à pergunta de partida, saber como o DIH tem influído no comportamento dos atores internacionais e tem condicionado ou não a sua atuação, analisando as questões atuais, problematizando e prospetivando a questão do DIH face à realidade contemporânea e desafios futuros.

## Capítulo II

### O Direito Internacional Humanitário

#### 2- O Direito Internacional Humanitário

*Making no claim that it can put an end to the scourge of war, humanitarian law aims to attenuate the unnecessary harshness of war.*

*The reciprocal interests of the belligerents also impel them to observe certain rules of the game in the conduct of hostilities.*

Jean Pictet

##### 2.1- Introdução

A guerra, exceto no que concerne aos seus vários refinamentos modernos, não pode ser associada ao homem civilizado, embora, se deva salientar que as antigas civilizações no Médio Oriente e na Grécia acrescentaram novos e poderosos engenhos à máquina de guerra que herdaram de tempos neolíticos (Ferrill, 1997: 12).

Como enfatizam Levy e Thompson (2011: 1), a guerra é uma característica persistente da política mundial mas não é uma constante, pois tem variado ao longo do tempo, do espaço, na sua frequência, duração, gravidade, causas e consequências. Para os autores a guerra é uma prática social adotada para alcançar fins específicos. Contudo, essa prática varia com a mudança de ambiente político, económico e social e com os objetivos e as restrições provocadas por esses diferentes contextos. Um entendimento completo do fenómeno da guerra exige uma explicação de como teve origem, evoluiu, influenciou e foi influenciada por outras instituições e processos.

A guerra surgiu em diferentes lugares e momentos, dependendo da presença ou ausência de fatores críticos, incluindo o desenvolvimento da caça/capacidades homicidas, processos de segmentação de grupos e as interações entre o aumento da complexidade organizacional, a escassez de recursos e os conflitos de interesses (idem).

Segundo Levy e Thompson (idem: 1-2) a guerra evoluiu com outras atividades, incluindo a organização militar e política, a economia, o meio ambiente, a ameaça e o uso de armamento letal. A expansão da guerra, no entanto, não tem sido inexorável, pois uma restrição importante é o custo que lhe está associado.

De acordo Ferrill (1997: 12), algumas das primeiras características da guerra podem, contudo, ser encontradas antes dos assentamentos do período Neolítico, no início e meados do Paleolítico. O uso da lança, do fogo, pedras e da criação de clubes contra animais são disso exemplos. Essas armas podem, por vezes, também ter sido usadas contra o homem. Rixas e disputas, sem dúvida, levaram ocasionalmente à violência e ao assassinato. Segundo o autor alguns hominídeos e os primeiros esqueletos

humanos refletem morte violenta, embora não seja possível determinar se resultaram de um ato de guerra ou de ação bélica. Ainda assim, uma análise das evidências mostra que a guerra organizada apareceu pelo menos até ao final da Idade Paleolítica.

Podemos do exposto inferir que a guerra é um dos fenómenos mais antigos da humanidade e que não obstante os esforços para alcançar a paz, depois de terem ocorrido duas grandes guerras mundiais, os conflitos armados continuam a ser uma característica dominante da nossa “civilização”, se é que se pode considerar civilizada a prática de atos que atentem contra a vida e a integridade física, mental ou moral de seres semelhantes. O recurso às armas continua a constituir um meio de resolução das divergências entre nações, povos e grupos étnicos, causando destruições, sofrimento e perda de vidas humanas, estas últimas irrecuperáveis.

Quando Immanuel Kant (1986: 69) afirmou que as pessoas têm valor absoluto e devem ser consideradas sempre e simultaneamente como um fim e nunca simplesmente como um meio, definiu o que faz com que as pessoas sejam dotadas de dignidade especial, núcleo essencial dos direitos fundamentais em qualquer tempo e em qualquer lugar, o que se torna evidente na evolução das normas jurídicas, em que os seres humanos passaram a estar no centro da ordem jurídica, o que designamos por Direito.

## **2.2- Evolução histórica do Direito Internacional Humanitário**

Nas origens da humanidade, a guerra caracterizava-se pela ausência de qualquer regra, para além da lei do mais forte ou do mais desleal. *Vae victis*, vencer ou morrer implacavelmente: em Roma, a *Lei das Doze Tábuas* menciona que tudo é permitido contra o inimigo (Deyra, 2001: 12).

Como salienta Francisco Leandro (2005: 159), o mais forte, o vencedor, possuía uma espécie de “legitimidade” para aterrorizar, massacrar, escravizar e impor uma miríade de castigos bárbaros, arbitrários e gratuitos, cujo móbil era aumentar o sofrimento, como forma de retribuição pelo “mal” causado, bem como dissuadir futuras iniciativas de condutas bélicas contra o vencedor ou contra a sua vontade. Todavia, foi o interesse fundado na necessidade dos beligerantes preservarem o seu potencial humano, a par do temor das represálias e da tomada de consciência do carácter irracional, inútil e economicamente ruinoso das destruições sem uma vantagem militar identificada, que determinou uma evolução no sentido da moderação, da tolerância e da humanidade, na relação entre vencedores e vencidos.

As normas que regulam a condução das hostilidades foram reconhecidas em muitas culturas antigas dos diferentes continentes. Uma das suas primeiras referências

remonta às *Leis dos Sumérios* (cerca de 2300 a.C.) relativas às regras sobre a abertura e fim das hostilidades, em que era necessária uma declaração de guerra para o seu início e o seu término que estava sujeito a um tratado de paz, a guerra estava também submetida a normas específicas, que garantiam, por exemplo a imunidade dos negociadores, ou mensageiros inimigos. O *Código de Hammurabi* (1792-1750 a.C.) escrito pelo Rei Hammurabi da Babilónia contemplava cerca de 282 artigos e tinha como principal preocupação a proteção dos mais vulneráveis contra a opressão dos mais fortes Também ordenava a libertação dos reféns mediante o pagamento de um resgate, podendo, portanto, inferir-se que o seu principal objetivo consistia na limitação da violência gratuita. A *Lei dos Hititas* também previa regras para o início e fim das hostilidades, tal como o respeito pelos cidadãos inimigos que se rendessem. O *Código de Manu* (cerca de 1500 anos a.C.) na Índia continha disposições que proibiam o assassinato dos combatentes inimigos que se rendessem e dos que estivessem feridos, proibida a utilização, por exemplo, de flechas envenenadas, e previa a proteção tanto da propriedade como dos prisioneiros de guerra inimigos, respeitando as leis das nações conquistadas (Fleck, 1995: 12-13). A doutrina de Lao-tseu, Se-Ma, Sun Tzu (cerca de 500 a.C.) e Confúcio, na China, condenavam as destruições e os ataques inúteis e desproporcionais, definindo o conceito de *necessidade militar*, também recomendavam que não fossem atacadas as pessoas que não se podiam defender e que os feridos fossem tratados. Os Gregos (cerca de 300 a.C.) nas guerras entre as suas cidades-estado consideravam cada uma como tendo direitos iguais e mesmo na guerra contra os Persas respeitaram a vida e a dignidade das vítimas de guerra, eram poupados os templos, os embaixadores, os sacerdotes, os mensageiros de guerra e procediam à troca de prisioneiros de guerra (Green, 2000: 14).

O Islão também reconhecia os princípios essenciais da humanidade. Nas ordens dadas aos seus comandantes, o primeiro califa Abu Bakr estipulou, por exemplo que o sangue das mulheres, das crianças e dos idosos não devia manchar a vitória. Não se devia destruir as árvores, nem queimar os campos e as casas. Sob o reinado de líderes como o Sultão Saladino no século XII, as leis da guerra foram respeitadas de modo exemplar (idem).

Tanto o Cristianismo, como o Judaísmo ou o Islão, quando corretamente interpretados, contêm doutrinas de moderação e humanidade no decurso da ação militar (Meyer e McCoubrey, 1998: 1).

Elementos do pensamento sobre a guerra justa ou *bellum justum* podem ser encontrados, por exemplo, em Aristóteles no seu *Nicomachean Ethics*. Todavia, como salienta Draper, a doutrina jurídica da guerra justa tem a sua raiz na tradição Romana. Na sua vertente cristã desenvolveu-se a partir da obra de Santo Agostinho (354-430) em *De Civitate Dei* e *Contra Faustum* (idem: 2).

Como salienta Pictet (1985: 13), devemos admitir, no entanto, que o conceito medieval de *bellum justum* foi com frequência desrespeitado e tendeu a tornar-se numa carta do agressor, uma vez que os princípios que justificavam o recurso à ação bélica foram utilizados de acordo com os interesses dos atores intervenientes de modo a legitimar os atos empreendidos.

A doutrina da guerra justa pertencia ao *jus ad bellum*, em vez de ao *jus in bello* (Direito da Guerra), mas teve um impacto negativo na prática militar. Em especial, se o inimigo fosse apresentado como inimigo não só do Estado, mas também de Deus, as considerações humanitárias tendiam a não ser observadas (Meyer e McCoubrey, 1998: 2-3).

Devemos aos Romanos a ideia de guerra “piedosa e justa” (*bellum justum et pium*), que durante séculos caracterizou e influenciou o pensamento do Cristianismo Ocidental sobre o lugar e a prática da guerra (idem: 5).

O maior dos pensadores medievais, São Tomás de Aquino (1225-1274), em *Summa Theologica*, aceitou os ensinamentos de Santo Agostinho e utilizou-os como base da sua exposição da doutrina medieval da guerra justa. Santo Agostinho escreveu que os verdadeiros males da guerra são o gosto pela violência, a crueldade vingativa, hostilidade implacável e violenta, resistência selvagem e a cobiça do poder. E é geralmente para punir estas coisas, quando a força é requerida para infligir a punição, que na obediência de Deus ou de outra autoridade legítima que os homens bons levam a cabo a guerra. Tudo dependia das causas pelas quais os homens iniciavam a guerra (causa justa) e da autoridade que tinham para o fazer (autoridade legítima). No que concerne ao dever dos soldados para a manutenção “da paz e da segurança da comunidade”, esta afirmação está também, ainda hoje, muito próxima das palavras contidas no Preâmbulo e Objetivos da Carta das Nações Unidas. Apesar de os princípios de Santo Agostinho terem sido ampliados por São Tomás de Aquino no século XIII e mais tarde por juristas do Renascimento e da era Contra-Reformista, como Suarez, Vitoria e Aylar, continuaram a constituir a base de toda a moderna abordagem católica da guerra e dos deveres dos soldados (idem: 11).



São Tomás de Aquino definiu a guerra justa com base em três princípios: 1) a guerra deve ser empreendida por uma autoridade legítima, que exerce no Estado o seu poder supremo e não por qualquer outro tipo de entidades; 2) a guerra deve ser levada a cabo por uma causa justa, esta seria justa se os visados fossem responsáveis por uma infração grave e 3) a guerra devia ser conduzida com reta intenção, ou seja, que a intenção dos responsáveis pelo empreendimento da guerra fosse a de procurar o bem e evitar o mal (idem: 16). Em sua opinião devia ser mais punida a culpa subjetiva do infrator (a sua má intenção) e não tanto a ação praticada (Shaw, 1986: 540).

Fleck (1995: 15) enfatiza que como resultado do declínio das ordens de cavalaria, a invenção das armas de fogo e, principalmente, a criação de exércitos constituídos por mercenários levaram a um retrocesso da moral da guerra. Os princípios da cavalaria não eram conhecidos por estes exércitos. Do mesmo modo, estes não faziam distinção entre combatentes e civis, entendiam a guerra como um contrato que cumpriam com vista a obter um ganho pessoal. Contudo, devemos salientar que esta perspetiva não está comprovada. Mesmo a ideia de exércitos de mercenários no século XVI e XVII deve ser relativizada. Muitos dos soldados eram súbditos dos reis por quem combatiam e o estipêndio que ganhavam era um “justo ordenado”. Acresce que as guerras religiosas tinham contornos religiosos e ideológicos, que devem contar mais para a ferocidade da violência que a mercenarização dos exércitos.

Com o nascimento dos Estados-nação europeus, a doutrina começou a mudar. Esta passou a estar relacionada com a soberania dos Estados e começava a enfrentar o paradoxo das guerras entre Estados cristãos, cada um dos quais convencido da justiça da sua causa. Esta situação modificou a abordagem da guerra justa. Era necessário desenvolver esforços para a resolução pacífica dos conflitos antes do início das hostilidades. Este facto refletia uma nova ordem internacional, uma vez que agora existiam vários Estados independentes, que coexistiam na Europa de modo precário (Shaw, 1986: 540).

No início dos tempos modernos, as guerras de religião, em especial a Guerra dos Trinta Anos, mais uma vez utilizou os métodos de combate mais desumanos. As crueldades desta guerra levaram a considerações jurisprudenciais sobre o *jus in bello*, estabelecendo uma série de princípios a serem respeitados pelos combatentes e o *jus ad bellum* que vinha da Idade Média. Na sua obra *De iure ac pacis*, publicada em 1625, Hugo Grócio, o pai do moderno Direito Internacional, assinalou os limites na condução das hostilidades (Fleck, 1995: 15-16). Procurou excluir as considerações ideológicas

como base da guerra justa, tentando redefini-la em termos de legítima defesa, defendendo a proteção da propriedade e a punição dos danos causados aos civis (Shaw, 1986: 541). Para este autor os não-combatentes não tinham culpa dos motivos do conflito. Envolvê-los no conflito não trazia vantagens aos combatentes, excluí-los não diminuía as suas vantagens (Best, 2002: 26).

A sua obra teve uma importância fundamental na reconstrução do posterior conjunto normativo, apesar de ter sido apenas no século XX que se realizaram verdadeiros progressos no desenvolvimento destas normas (Fleck, 1995: 16). Francisco Suarez salientou que os Estados eram obrigados a chamar a atenção do opositor para a existência de uma causa justa e a pedir uma reparação dos danos causados antes de empreenderem uma ofensiva, defendendo também a imunidade das pessoas inocentes perante o ataque e a proporcionalidade do uso da força para derrotar o opositor (Shaw, 1986: 540).

Estas normas de combate que se foram desenvolvendo, transformaram-se em costume e depois passaram a fazer parte do Direito Costumeiro da Guerra. O século XVIII (século das Luzes) testemunhou um avanço significativo na condução das hostilidades. Foram homens como Rosseau e outros filósofos nacionalistas franceses, que salientaram a não racionalidade, além da desumanidade de matar pessoas que não oferecessem resistência durante a guerra (Meyer e McCoubrey, 1998: 18). Estas ideias estão bem patentes na sua obra de 1772, *O Contrato Social*, onde afirmou que a guerra é uma relação, não entre homens, mas entre Estados, e os indivíduos são inimigos apenas por acaso, não como homens, nem como cidadãos, mas como soldados. Estas ideias encontraram expressão em diversos tratados internacionais concluídos na altura. Uma nova doutrina estava a substituir a da guerra justa (Fleck, 1995: 16).

Em 1861 Francis Lieber preparou a pedido do Presidente Lincoln um manual baseado no Direito Internacional conhecido por “Instruções para o Comando dos Exércitos dos Estados Unidos em Campanha (Regras Gerais n.º 100), ou mais comumente por *The Lieber Code*, que foi utilizado pela primeira vez em 1863 e conformou a atuação do Exército da União durante a Guerra Civil Americana (1861-1865), uma vez que não existiam regras escritas sobre o modo como os exércitos deviam atuar em combate. Este tornou-se na pedra angular moderna das Leis da Guerra (idem: 17).

O *Lieber Code* constituiu a primeira tentativa para estabelecer, num único conjunto de instruções para os exércitos em campanha, as leis e costumes da guerra. O

Código é muito mais do que um conjunto geral de princípios. A título de exemplo, o tratamento dos prisioneiros de guerra está sujeito a uma regulamentação detalhada, tal como acordos para a troca de prisioneiros, tréguas e armistício. Estava muitos anos à frente do seu tempo, mesmo quando comparado com as atuais normas de DIH aplicáveis aos conflitos armados de caráter não-internacional (CANI), que são mais limitadas. O *Lieber Code* constitui a origem do que ficaria conhecido por *Direito de Haia* (idem: 18). Marcou o início para o posterior desenvolvimento e codificação do Direito da Guerra. O Código constituiu a base para o trabalho da Conferência de Bruxelas de 1874 e do Instituto de Direito Internacional, que por sua vez foram a base das Convenções de Haia sobre Combate Terrestre e Regulamentos Anexos de 1899 e 1907 (Gardam, 1993: 17).

Henry Dunant constatou na primeira pessoa o sofrimento dos cerca de quarenta mil feridos austríacos, franceses e italianos em Solferino (1859), que se degladiaram na Guerra de Unificação italiana. Os soldados eram deixados à sua sorte no campo de batalha, sem qualquer preocupação por parte dos seus exércitos, onde eram saqueados e por vezes assassinados (Perna, 2006: 31). Esta experiência foi relatada no seu livro *A Memory of Solferino* (1862).

Dunant formulou propostas para melhorar a situação dos doentes e dos feridos. Entre estas estava a constituição das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha. De forma a colocar estas propostas em prática, um comité de cinco pessoas composto por Dunant, Gustave Moynier, General Dufour, Louis Appia e Théodore Maunoir foi constituído em Genebra. O *Comité dos Cinco* tornou-se no Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), ou como ficou inicialmente conhecido *Comité de Genebra*. A primeira ação do CICV foi pedir ao Governo federal Suíço que marcasse uma conferência diplomática, com vista à adoção de uma convenção para a melhoria da condição dos doentes e dos feridos e, das bases legais para a ação do CICV.

Perante as observações de Solferino e as propostas apresentadas, o governo suíço, em 1864, tomou a iniciativa de convidar Estados europeus e americanos para a realização de um Congresso em Genebra, com vista à discussão de um tratado para o tratamento dos doentes e feridos e para a recolha dos mortos numa situação de conflito, e assim, neste ano, surgiu a *Primeira Convenção de Genebra sobre a Melhoria da Condição dos Feridos dos Exércitos em Campanha*. Nesta Conferência foram também estabelecidas as bases legais para a atuação do CICV, o seu mandato e os princípios da

neutralidade e da imparcialidade que norteiam a sua ação. Esta Convenção marca o início do que ficaria conhecido por *Direito de Genebra* (Fleck, 1995: 18).

A partir daqui, o movimento desenvolveu uma ação que atingiu proporções provavelmente não antecipadas pelos seus fundadores. E, no contexto desta ação, um dos aspetos mais importantes foi sem dúvida a contribuição da Cruz Vermelha para o desenvolvimento do DIH (idem).

A *Declaração de São Petersburgo sobre a Renúncia ao Uso, em Tempo de Guerra, de Projéteis com menos de 400 gramas, que Conttenham uma Carga Explosiva ou Substâncias Incendiárias* de 1868, constituiu o primeiro instrumento internacional que regula os meios e métodos de combate, proibindo o uso de certo tipo de armas em tempo de guerra. Esta Declaração codificou princípios consuetudinários ainda válidos nos nossos dias e que constituem princípios gerais do DIH, relativos à proibição da utilização de armas que agravem inutilmente o sofrimento dos feridos ou tornem a sua morte inevitável e a proibição de ataques a não combatentes (idem).

Posteriormente em 1899 o Czar Nicolau II, voltou a reunir vinte e seis Estados numa reunião na Haia, cujo principal objetivo era rever a *Declaração relativa às Leis e Costumes da Guerra* elaborada em 1874 pela Conferência de Bruxelas que não tinha sido ratificada, da qual resultaram um conjunto de Convenções e respetivos anexos. A mais importante destas Convenções e anexos (do total das quatro que foram adotadas) foi a *Convenção Relativa às Leis e Costumes da Guerra em Terra*. Esta constituiu a primeira codificação das *Leis e Costumes da Guerra* aceite pelos Estados num documento multilateral. Foi adotada também a *Declaração de Haia relativa às Balas que se Expandem* de 29 de julho de 1899, ou seja, as denominadas “balas dum-dum” (Gardam, 1993: 19).

Em 1906 no seguimento das iniciativas resultantes de 1899 Na Haia, sob iniciativa do governo suíço concluiu-se a *II Convenção de Genebra*. Apesar de apenas se referir aos doentes e aos feridos nos exércitos, esta Convenção constituiu a base das *Leis da Guerra* durante a I Guerra Mundial (idem).

Em 1907 outra Conferência na Haia, convocada também por Nicolau II, reviu as Convenções anteriores e adotou outras dez, o que perfazia já um total de catorze Convenções. Estas Convenções são vinculativas para as partes contratantes, mas também foram amplamente reconhecidas como fazendo parte do Direito Consuetudinário. Estas leis, comumente designadas por *Meios e Métodos de Combate* foram amplamente modificadas ou revistas por outras leis, contudo a *Cláusula de*

*Martens* continua a desempenhar um papel de extrema relevância na aplicação do DIH (idem: 20).

A I Guerra Mundial (1914-1918), com as suas novas munições e um alastramento do combate sem precedentes, salientou os limites das leis existentes.

O desenvolvimento mais importante resultante desta guerra, no que concerne ao seu impacto no DIH, foi o desenvolvimento do combate aéreo e de outras formas de bombardeamento de longo alcance. Estes ocorreram, apesar da disposição do artigo 25.º dos Regulamentos de Haia, que estabelecia que os ataques a cidades e vilas sem defesa eram proibidos (Green, 2000: 35-36).

As vantagens militares decorrentes do combate aéreo impediram um acordo sobre um novo regime jurídico na Conferência de Washington sobre a limitação dos armamentos em 1921-1922. No entanto, alguns dos Estados presentes nomearam uma Comissão de Juristas com vista à apresentação de uma proposta. A Comissão elaborou em 1923 os *Regulamentos de Haia sobre Combate Aéreo*, numa tentativa de encontrar um equilíbrio entre os interesses militares e a proteção dos civis (Fleck, 1995: 21).

Os *Regulamentos de Haia sobre o Combate Aéreo* nunca chegaram a ser adotados e os seus princípios foram largamente desrespeitados durante a II Guerra Mundial. É de salientar, no entanto, que muitos dos princípios elaborados em 1923 foram adotados, embora com alterações, no *I Protocolo Adicional às Convenções de Genebra* de 1977 (idem: 121-22).

A utilização alargada de gás venenoso durante a I Guerra Mundial, também deu origem à adoção do *Protocolo de Genebra de 1925 relativo à Proibição do Uso de Gases Asfixiantes, Venenosos ou de Outros Semelhantes em Tempo de Guerra*.

A I Grande Guerra também revelou lacunas relativas à proteção dos feridos e dos prisioneiros de guerra, que conduziram à adoção de novas Convenções de Genebra em 1929 (*A Convenção para a Melhoria das Condições dos Feridos e dos Doentes nos Exércitos em Campanha* e a *Convenção relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra*) (idem: 22).

Em 1937 devido às atividades de submarinos não identificados no Mediterrâneo, durante a Guerra Civil Espanhola, foi alcançado um acordo em Nyon, o *Protocolo de Londres sobre Combate Submarino* (Green, 2000: 35).

Outro posterior desenvolvimento foi a adoção da *Convenção relativa à Proibição e Punição do Crime de Genocídio* em 1948<sup>7</sup>, onde os crimes definidos são considerados crimes perante o Direito Internacional, tanto em tempo de guerra como em tempo de paz. Esta Convenção é considerada como fazendo parte do DIDH, mas dada a sua importância na preservação da vida humana, tanto em tempo de paz, como em situações de conflito armado e a complementaridade deste ramo do Direito com o DIH, é com frequência mencionada em situações de conflito e na jurisprudência internacional.

A II Guerra Mundial teve um papel preponderante no desenvolvimento do *jus in bello*, dadas as lacunas evidenciadas em virtude das atrocidades cometidas. Contudo, só no fim do conflito se procedeu à revisão das CG de 1929 e dos Regulamentos de Haia (Gardam, 1993: 25). Entre 1945 e 1948 várias agências e Movimentos da Cruz Vermelha trabalharam de forma incansável no desenvolvimento de normas, com vista à proteção das vítimas da guerra. Foram deste modo estabelecidas as quatro CG<sup>8</sup>:

- 1) *I Convenção de Genebra para Melhorar a Condição dos Feridos e dos Doentes das Forças Armadas em Campanha* de 12 de agosto de 1949 (I CG);
- 2) *II Convenção de Genebra para Melhorar a Condição dos Feridos, dos Doentes e dos Náufragos das Forças Armadas no Mar* de 12 de agosto de 1949 (II CG);
- 3) *III Convenção de Genebra relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra* de 12 de agosto de 1949 (III CG);
- 4) *IV Convenção de Genebra relativa à Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra* de 12 de agosto de 1949 (IV CG).

A *Convenção de Haia relativa à Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado* de 14 de maio de 1954, foi adotada de modo a prevenir os ataques e as pilhagens aos edifícios e obras com importância cultural, histórica e religiosa que foram uma constante na II Guerra Mundial, tal como os seus dois Protocolos Adicionais de 1954 e 1999 respetivamente.

---

<sup>7</sup> Publicada no Diário da República I Série – A, n.º 160 de 14 de julho de 1998.

<sup>8</sup> Publicadas no Diário da República I Série n.º 123, de 26 de maio de 1960, pp. 1109-1181, cujos textos jurídicos se encontram disponíveis em português em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/direito-internacional-humanitario/sobre-dih.html>.

Em 1972 foi aprovada a *Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Armazenamento de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e Tóxicas e sobre a sua Destruição*.

Em Nova Iorque a 10 de dezembro de 1976 foi aceite a *Convenção sobre a Proibição do Uso Militar ou de Qualquer Outra Forma Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental*. Esta Convenção destina-se a evitar a manipulação deliberada do ambiente para fins militares (Fleck, 1995: 28).

Tal como todos os tratados, o tempo e os progressos verificados no combate moderno determinaram que as deficiências das CG de 1949 fossem colmatadas por dois Protocolos Adicionais<sup>9</sup>, que entraram em vigor 1977:

- 1) *Primeiro Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 1949 relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados de Caráter Internacional* de 8 de junho de 1977, ou seja, quando o conflito envolver dois ou mais Estados (I PA). Foi criada uma Declaração prevista no artigo 90.º relativa à Aceitação da Competência da Comissão Internacional para o Apuramento dos Factos, que permite a aceitação das investigações deste órgão por parte dos Estados aquando de um conflito armado. Esta tem revelado muitas resistências por parte dos Estados quanto à sua aceitação;
- 2) *Segundo Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 1949 relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados de Caráter Não-Internacional* de 8 de junho 1977, ou seja, conflitos que ocorram dentro do território de um Estado (II PA).

Uma das Convenções mais importantes surge a 10 de outubro de 1980, a *Convenção sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos Excessivos ou Ferindo Indiscriminadamente*, mais conhecida por *Convenção sobre Certas Armas Convencionais*<sup>10</sup>, posteriormente revista em 2001, tal como os seus três Protocolos

---

<sup>9</sup> Publicados no Diário da República, I Série – A, n.º 77 de 1 de abril de 1992. Portugal declarou aceitar a competência da Comissão Internacional para o Apuramento dos Factos, ao abrigo do artigo 90.º do Protocolo I, tendo esta sido publicada no Diário da República, I Série – A, n.º 250/94, cujos textos legislativos se encontram disponíveis em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/direito-internacional-humanitario/sobre-dih.html>.

<sup>10</sup> Publicada no Diário da República I Série – A, n.º 10/97. O texto da Convenção incorpora os Protocolos I, II e III. O Protocolo II, conforme modificado a 3 de maio de 1996, encontra-se publicado no Diário da República, I Série – A, n.º 299/98. O Protocolo IV está publicado no Diário da República, I Série – A, n.º

Adicionais da mesma data. Esta Convenção constitui uma espécie de acordo *guarda-chuva*, em que as disposições que proíbem ou restringem o uso de certas armas ou métodos de combate estão contidas em diversos protocolos anexos à mesma (o I, II e II de 1980, o IV de 1995 e o V de 2003) (Fleck, 1995: 28).

Em 1989 foi aprovada a *Convenção sobre os Direitos da Criança*<sup>11</sup>, que prevê a situação das crianças em situações de conflito e estipulava o mínimo de 15 anos para o recrutamento forçado e participação direta nas hostilidades. A 25 de maio de 2000 chegou-se a acordo sobre o *Protocolo Adicional à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados*<sup>12</sup>, cujo principal contributo foi elevar a idade mínima para o recrutamento e para a participação nas hostilidades para 18 anos; proíbe o recrutamento ou utilização em hostilidades de crianças abaixo dos 18 anos de idade por forças rebeldes ou outros grupos armados não-governamentais e solicita aos Estados que criminalizem tais práticas, exigindo que os Governos adotem medidas e desenvolvam programas de assistência internacional para desmobilizar e reabilitar antigas crianças soldado e reintegrá-las na sociedade (Albuquerque, 2000: 37-38).

Em 1993 foi aprovada uma nova *Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização de Armas Químicas e sobre a sua Destruição*, com vista a impedir o seu uso nos combates, dados os seus efeitos excessivos, indiscriminados e de longo prazo.

Depois de um longo processo de negociação, em 1997 foi aprovada a *Convenção de Otava (Convenção relativa à Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoais e sobre a sua Destruição)*, com vista a acabar com o sofrimento e as mortes causadas por estes engenhos, um dos maiores flagelos dos finais do século XX.

A 17 de julho de 1998 foi aprovado o *Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional*<sup>13</sup>, que irá permitir julgar os responsáveis por violações graves ao DIH, ou seja, crimes de guerra, crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e agora também o crime de agressão. Em maio de 1991 já tinha sido adotado pelo Conselho de

---

161/2001, cujos textos jurídicos se encontram disponíveis em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/direito-internacional-humanitario/sobre-dih.html>.

<sup>11</sup> Publicada no Diário da República, I Série, 1.º Suplemento, n.º 211/90 cujo texto normativo se encontra disponível em [http://direitoshumanos.gddc.pt/7/VIIPAG7\\_5.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/7/VIIPAG7_5.htm).

<sup>12</sup> Publicado no Diário da República I Série – A, n.º 74/2003, cujo texto jurídico se encontra disponível em [http://direitoshumanos.gddc.pt/7/VIIPAG7\\_5.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/7/VIIPAG7_5.htm).

<sup>13</sup> Publicado no Diário da República n.º 15, Série I-A de 18 janeiro de 2002, pp. 362-431.



Segurança, o Estatuto do Tribunal Internacional para julgar as pessoas responsáveis por violações graves ao DIH cometidas nos territórios da Ex-Jugoslávia e, pouco depois, o Estatuto do tribunal *ad hoc* para o Ruanda.

Em 2005 foi aprovado o *III Protocolo Adicional às Convenções de Genebra* de 1949 relativo à introdução de um novo símbolo desprovido de qualquer conotação religiosa, política, ética ou de qualquer outro tipo, o Cristal Vermelho, para a identificação do pessoal ao serviço da Cruz Vermelha, o qual lhe confere imunidade na sua atuação.

Outro marco importante foi a aprovação em junho de 2006 pelo Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas da *Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados*, Pretende-se acabar com as detenções ilegais e secretas e requer-se que os Estados reconheçam oficialmente todos os prisioneiros. Esta Convenção é considerada como recaindo na alçada do DIDH, mas é considerada de extrema importância para o DIH.

Em 2010 entrou em vigor a *Convenção sobre Munições Cluster* (fragmentação). Ao adotar esta Convenção os Estados deram um passo sem precedentes para acabar com as mortes, ferimentos e sofrimento causados por estas munições, uma vez que se trata de munições que quando utilizadas durante um conflito espalham submunições explosivas (mini-bombas) sobre vastas áreas, um grande número das quais falha os respetivos alvos e não explode, deixando uma herança de contaminação nos solos durante décadas.

### **2.3- Definição do Direito Internacional Humanitário**

Os seres humanos procuram a ordem. Tradicionalmente, a religião refletia a nossa procura de respostas e propósitos. Nos tempos antigos, as famílias organizavam-se em tribos, posteriormente surgiram as cidades, os Estados e os impérios. A ordem social implica segurança e um sentimento de expectativa. A ordem promove a prosperidade e o crescimento tanto individual como coletivo, requer também um certo grau de cooperação e sacrifício, e uma inerente limitação à liberdade individual, em que o processo político é o meio utilizado para criar ordem e determinar as normas sociais (McShane, 2005: 184-185).

O Direito Internacional tem sido definido como o conjunto de normas e princípios de ação que são obrigatórios para os Estados civilizados nas suas relações mútuas, sendo essencial na regulação das diversas atividades da vida (idem: 186).

De acordo com Jean Pictet (1985: 13) o DIH é a parte do DIP que se inspira no sentimento de humanidade e que se centra na proteção da pessoa humana, aquando da ocorrência de um conflito armado. O CICV adotou a seguinte definição:

“Por DIH aplicável aos conflitos armados entende as regras internacionais de origem convencional ou costumeira, que se destinam especialmente a regulamentar os problemas humanitários resultantes diretamente dos conflitos armados internacionais ou não-internacionais e, que restringem, por razões humanitárias, o direito das partes envolvidas no conflito utilizarem os meios e métodos de guerra que mais lhes convenha, obrigando-as simultaneamente a proteger as pessoas e os bens afetados, ou que possam vir a ser afetados pelo conflito” (CICR, 1989: 10).

De acordo com esta definição podemos depreender, como aliás é amplamente aceite nos nossos dias, que a escolha dos meios e métodos de combate não é ilimitada.

Quando Pictet (1985: 13) propôs a expressão DIH alertaram-no para o facto de que esta unia duas noções de natureza distinta, uma de ordem jurídica e outra de ordem moral. Contudo, as disposições que constituem este ramo do Direito são uma transposição para o DIP das preocupações de ordem moral e especialmente das de natureza humanitária. É precisamente por este ramo do Direito estar estreitamente ligado ao ser humano que atinge estas verdadeiras dimensões, uma que advém do Direito e outra de que pode depender a vida e a liberdade de inúmeras pessoas, se, por acaso, um conflito armado vier a eclodir. Deste modo, a expressão DIH, adotada por grande parte da doutrina, tornou-se praticamente a expressão oficial.

Michael Deyra (2001: 15) salienta que apesar das Nações Unidas utilizarem a expressão sinónima de Direito dos Conflitos Armados, a designação DIH é mais adequada, já que as disposições que integram esta disciplina constituem precisamente uma transposição para o Direito das preocupações de ordem moral e humanitária, como salientado por Pictet. A expressão Direito da Guerra encontra-se atualmente praticamente abandonada a partir do momento em que caducou o conceito do estado de beligerância, ou pelo menos desde a adoção do princípio da proibição do recurso à força, embora seja utilizada por diversos autores, em especial quando se referem ao Direito de Haia que trata dos meios e métodos de combate como analisaremos.

De acordo com Kolb (2003: 9-10), o termo guerra tornou-se inadequado devido ao desenvolvimento de um Direito Internacional contra a guerra (*jus contra bellum*), que procura proibir a utilização da força pelos Estados nas relações internacionais. Desde logo, o Direito Internacional proíbe o recurso à guerra, isto é, a guerra, enquanto

opção política de conduta internacional está interdita. É esta a razão pela qual se hesita em manter um termo, que implica, mesmo que vagamente, a pertença a uma conduta interdita.

Francisco Leandro (2005: 30) refere que embora se possam identificar diferenças no que respeita à tipologia e ao âmbito de aplicação, as expressões DIH, Direito dos Conflitos Armados, Direito da Guerra e Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados, são consideradas equivalentes, embora defenda que esta última designação é aquela que melhor traduz a inserção dos conteúdos em análise, uma vez que corresponde a uma interpretação atualista deste ramo do Direito Internacional da Paz, como fundamento humanitário e de aplicabilidade ininterrupta em caso de uso da força consentida ou coerciva, considerando que o DIH e o Direito dos Conflitos Armados, só podem alcançar a plenitude dos seus propósitos se vistos como partes complementares de um acervo único.

Esta parece-nos ser a designação que melhor define este conjunto jurídico-normativo, uma vez que abarca todo o acervo normativo, ou seja o Direito de Haia, o Direito de Genebra e o Direito de Nova Iorque, em que todo o espectro das operações de paz fez nascer este novo Direito Internacional da Paz, aplicável a este tipo de situações. Utilizaremos, no entanto, preferencialmente a expressão DIH devido à sua aceitação doutrinária e uso corrente, como abrangendo todo o espectro de situações decorrentes dos conflitos armados, tal como pela brevidade e simplicidade da mesma, embora as diversas expressões sejam utilizadas como equivalentes, inclusive o Direito da Guerra quando utilizado pelos diversos autores para se referir a um determinado tipo de normas. As expressões guerra e conflito armado serão utilizados neste sentido também como sinónimas.

Deste modo, podemos então definir o DIH, como sendo um ramo do DIP, constituído por todas as normas convencionais (tratados) e de origem consuetudinária (costume), especificamente destinadas a regular as relações entre os Estados e outros sujeitos de DIP e a resolver os problemas que surjam em período de conflito armado de carácter internacional (CAI – entre dois ou mais Estados) ou não-internacional (confrontação dentro do território de um Estado, entre as forças armadas de um Estado e grupos armados identificáveis e organizados ou entre grupos armados). Este ramo do Direito destina-se à proteção das pessoas em tempo de guerra, ou seja, dos civis, dos agentes humanitários, do pessoal sanitário, dos eclesiásticos, dos refugiados, dos deslocados, dos jornalistas, dos membros das forças das Nações Unidas, das pessoas

que deixaram de participar no conflito, como os prisioneiros de guerra, os feridos, os doentes e os náufragos, mas também se destina à proteção do património cultural e ambiental e restringe os meios e métodos de combate, especialmente no que diz respeito à utilização dos armamentos, de gases e outras substâncias químicas e biológicas, com base no seu princípio fundamental de humanidade. Estas normas têm vindo a ser revistas, de modo a acompanhar a evolução dos meios e métodos de combate e a resolver novas necessidades, sempre que os Estados e a conjuntura internacional assim o permitam. Do exposto, inferimos que se trata de um Direito em constante evolução, mas que não depende apenas da boa vontade e da consciência de alguns.

O DIH<sup>14</sup> inclui, hoje em dia, as normas do chamado *jus in bello*, nas suas vertentes do Direito de Haia e de Genebra. O Direito de Haia (Direito da Guerra) é relativo à limitação dos meios e métodos de combate, ou seja, à condução das hostilidades, aos direitos e deveres dos militares participantes na condução das operações, procurando um equilíbrio entre o princípio da humanidade e a necessidade militar. É constituído essencialmente pelas Convenções de Haia de 1899 que foram sendo revistas. O Direito de Genebra (Direito Humanitário) é constituído pelas quatro CG de 1949 e seus três PA de 1977 e 2005 respetivamente, que dizem essencialmente respeito às vítimas dos conflitos armados, militares e civis que não participem nas hostilidades e respetivos mecanismos de proteção.

Podemos considerar que a evolução atual da codificação do DIH, por iniciativa das Nações Unidas, no que concerne aos direitos humanos aplicáveis em situações de conflito armado e à adoção de convenções relativas à limitação ou restrição de certo tipo de armas, criando normas que incidem sobre a limitação do uso da força e a proteção das vítimas dos conflitos armados, inclusive das crianças, fez emergir o denominado Direito de Nova Iorque (Direito dos Conflitos Armados). Neste âmbito é importante referir que a 12 de maio de 1968, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) adotou a Resolução 2444 (XXIII) *Respeito pelos direitos humanos em período de conflito armado*, iniciando nesta data a sua contribuição para a evolução do DIH.

Atualmente, a distinção entre o Direito de Haia e o de Genebra é menos marcante, devido à evolução dos conflitos modernos e à conclusão dos PA às CG. O I PA contém normas sobre a proteção da população civil contra os perigos da guerra e

---

<sup>14</sup> Informação relativa ao DIH, inclusive sobre as suas normas e características, tal como a sua evolução histórica pode ser encontrada em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/direito-internacional-humanitario/sobre-dih.html>.

sobre o comportamento dos combatentes, matérias que também estão regulamentadas nas Convenções de Haia. Esta distinção também se esbateu em relação ao chamado Direito de Nova Iorque, no que concerne à proibição ou restrição do uso de certas armas que tenham um efeito indiscriminado ou excessivo, normas que o Direito de Haia também previa em certa medida, tal como em relação à proteção das vítimas, inclusive das crianças, também contemplado no Direito de Genebra.

Com a adoção do TPI surge o denominado Direito de Roma, que inclui os pareceres do Tribunal sobre questões da sua competência, cujo principal intuito é a promoção da paz e da justiça através da responsabilização pelas infrações do DIH cometidas. Os pareceres do Tribunal poderão auxiliar à interpretação, clarificação e aplicação do DIH, levando a um maior cumprimento por parte dos Estados e dos indivíduos, por haver sanções em caso de incumprimento, o que constitui um elemento dissuasor importante.

Em suma, embora exista uma interrelação e interdependência entre estes acervos normativos, uma vez que ambos têm como base o princípio da humanidade e visam proteger as vítimas dos conflitos armados, limitando os meios e métodos de combate, entendemos que esta divisão não deve ser abandonada. Isto deve-se ao facto de terem origens e incidirem inicialmente sobre aspetos distintos, como já tivemos oportunidade de constatar. A sua evolução e a aprovação de novos instrumentos que complementem os anteriores, parece-nos que irão e deverão incidir sobre as questões de referência de cada um, embora complementares em alguns aspetos, o que permitirá aumentar o nível de protecção, também por os órgãos impulsionadores do processo serem diferentes, aumentando assim o seu grau de eficácia e persuasão.

#### **2.4- Caraterísticas do Direito Internacional Humanitário**

O DIH é, como verificámos, um ramo do DIP e, enquanto tal, apresenta as caraterísticas deste ramo do Direito, encontrando-se nomeadamente submetido à iniciativa dos Estados e à sua vontade, sendo por isso um Direito de coordenação e não de subordinação, apresentando, deste modo, fraquezas no plano das sanções (Deyra, 2001: 28).

É acima de tudo um Direito autónomo, mesmo que *à priori* pareça paradoxal a existência de um Direito da Guerra, já que por um lado a guerra consiste, na maior parte dos casos, numa violação do Direito e, por outro, por ser esta mesma violação que vai condicionar a aplicabilidade do DIH, o que faz dele um Direito *sui generis* (idem).

Não obstante, é de salientar em primeiro lugar, que as normas do DIH são de índole imperativa *jus cogens* e não meramente dispositivas. A noção de *jus cogens* é correntemente assimilada à série de normas aceites e reconhecidas como imperativas pela comunidade internacional dos Estados no seu conjunto, estando esta ligada à teoria do Direito Natural. É de salientar a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969 que, embora se limite às convenções internacionais, contem a única definição escrita, constante de um documento internacional legislativo em relação a esta questão (Escameia, 2003: 164-165).

Em segundo lugar, os valores supremos que inspiram o DIH converteram os seus preceitos em compromissos absolutos de humanidade, deixando então de ser tratados de forma limitada e de acordo com as conveniências. Por este motivo, o conjunto dos Estados Partes das CG, e de acordo com o seu artigo 1.º, não só têm a obrigação de respeitar as suas normas, como têm o dever de as fazer respeitar em qualquer situação, mesmo que não se encontrem diretamente envolvidos nas referidas contendidas armadas (Trindade, Peytrignet e De Santiago, 2004: 42).

Em terceiro lugar, as CG não são sujeitas à regra da reciprocidade, o que implica que o não respeito dos seus deveres por um Estado-Parte, não permite que o seu adversário possa desvincular-se dos mesmos compromissos. Não se trata então, de um intercâmbio equitativo de prestações, mas sim, de obrigações não derogáveis de carácter superior, como já referimos *supra* de carácter *jus cogens*, embora, como veremos, os conflitos atuais levantem uma série de questões em relação ao cumprimento destas obrigações (idem).

De acordo com o DIH, a aplicação ou mesmo a aplicabilidade das suas normas não afeta o estatuto jurídico das Partes em conflito. Este princípio constitui, com efeito, uma espécie de válvula de segurança destinada a evitar apreensões políticas, de quem temeria que o facto de respeitar, ou fazer respeitar certas normas do DIH implicaria, no plano jurídico, um reconhecimento de beligerância da parte adversária (idem: 41).

## **2.5- Fundamentos e princípios essenciais do Direito Internacional Humanitário**

Os princípios essenciais que conformam os instrumentos de DIH de natureza *jus cogens*, como salientámos, representam o mínimo de humanidade aplicável, sendo a substância consuetudinária do DIH, vinculativa, até mesmo para os Estados que não são formalmente partes dos seus tratados.

### **2.5.1- Princípio da humanidade**

Primeiro, há que referir a *Cláusula de Martens* de 1899, reproduzida nos PA de 1977 e na Convenção da ONU de 1980 sobre Certas Armas Convencionais. Esta estipula que nas situações não previstas, tanto os combatentes como os civis, ficarão sob a proteção e autoridade dos princípios do Direito Internacional, tal como resulta do costume estabelecido, dos princípios humanitários e das exigências da consciência pública (Trindade, Peytrignet e De Santiago, 2004: 41). Esta Cláusula constitui a base fundamental do princípio da humanidade, ao prevenir certas situações que possam não estar determinadas nos tratados.

O princípio mais importante a nível consuetudinário é o da humanidade. Esta noção está na base do DIH. Qualquer ação que tenha em vista negar o bem-estar, os direitos e a dignidade humana atenta contra este princípio. Este princípio envolve as noções de honra e cavalaria. Defende que os meios ou ações desonrosas e perfidiosas e a conduta irracional durante um conflito armado são proibidas. Vai até ao ponto de afirmar que a prevenção do sofrimento desnecessário e excessivo é um princípio antigo, a que todos os homens estão vinculados (NATO, 2008a: 6). Contudo, se apenas fosse considerado o princípio da humanidade, não obteríamos regras que pudessem ser aplicadas às forças armadas, uma vez que estas não seriam úteis num contexto hostil, visto que negariam, de certo modo, o facto de um conflito armado implicar destruição, morte e ferimentos (NATO, 2008b: 13).

### **2.5.2- Princípio da necessidade**

Este princípio está relacionado com a necessidade militar, ou seja, as medidas que são essenciais para atingir os objetivos do conflito armado, que sejam lícitos de acordo com as leis e costumes da guerra. Esta necessidade não pode justificar qualquer derrogação ao DIC. Apenas o grau e o tipo de força, não proibidos pelo DIH, requeridos para uma submissão completa ou parcial do inimigo, com o gasto mínimo de tempo, vidas e recursos pode ser utilizado. O objetivo consiste em derrotar o inimigo e fazer com que se renda, não se pretende matar e destruir o mais possível, mas exatamente o contrário, apenas na medida do necessário para alcançar o objetivo referido (I PA artigo 57.º). Quando é possível uma escolha entre vários objetivos militares para a obtenção de uma vantagem militar similar, o alvo a ser escolhido deve ser o que se espera que cause menos danos aos civis e aos seus bens (idem: 16). Neste sentido podemos falar da existência de um Direito Internacional Humanitário Consuetudinário (DIHC) que tem sido objeto de estudo por parte de especialistas e pelo CICV.

Se apenas se tivesse em consideração o princípio da necessidade militar, dificilmente se conseguiriam atenuar as consequências nefastas do conflito. O princípio da necessidade militar permitiria que todos os meios fossem utilizados para que a vitória sobre o adversário fosse alcançada, o que faria com que todos os conflitos se transformassem em guerras totais desprovidas de quaisquer limites.

Na vida real tem de existir um equilíbrio entre o princípio da necessidade militar e o da humanidade. O conflito armado tem uma natureza própria, porém a sua crueldade tem de ser atenuada e para que tal aconteça algumas regras têm de controlar o combate. Nas normas de DIH encontramos esse equilíbrio entre os princípios da humanidade e da necessidade militar (NATO, 2008b: 13-14).

### **2.5.3-Princípio da proporcionalidade**

A proporcionalidade é um princípio que procura estabelecer um critério para limitar o uso da força e que se encontra codificado no I PA às CG (artigos 51.º e 57.º). Contudo, já o *Lieber Code* (artigos 14.º-16.º) estipulava, que apenas deve ser utilizada a força necessária para alcançar um determinado objetivo, tal como os Regulamentos de Haia, sendo este um dos princípios mais antigos do DIH (Fleck, 1995: 30).

Do ponto de vista do *jus ad bellum*, o Direito Internacional refere-se ao uso da força em caso de legítima defesa, de acordo com o artigo 51.º da CNU e com o DIC o ato de legítima defesa deve ser necessário e proporcional. O critério da proporcionalidade exige que a força utilizada seja limitada na sua intensidade, duração e alcance, na medida necessária para neutralizar um ataque.

No que concerne ao *jus in bello*, o princípio da proporcionalidade requer que os danos colaterais e os ferimentos ou destruições acidentais sejam justificados, ou analisados do ponto de vista da vantagem militar que concede à parte que utiliza a força. Esta norma foi considerada o cerne do Direito dos Conflitos Armados, que pode ser entendido também como um desenvolvimento do próprio Direito.

Todas as medidas militares adotadas devem ser proporcionais aos objetivos propostos. Este princípio significa que de modo a obter uma vantagem militar, se pode evitar o sacrifício de certos bens protegidos, como dos civis e os seus objetos. Cada beligerante deve ponderar a importância da vantagem alcançada, meios alternativos para a atingir e as perdas civis que daí resultariam. A importância da vantagem militar e os danos causados a civis devem ser equacionados, sendo considerado proibido um ataque do qual resulte um número excessivo de baixas civis, com vista a alcançar uma vantagem relativa (NATO, 2008b: 17).



#### **2.5.4- Princípio da discriminação**

Este princípio pode ser entendido de acordo com duas perspectivas. A primeira está relacionada com o uso indiscriminado de armas ou dos sistemas de armas. A utilização de armamentos que não façam distinção entre alvos legítimos, como os combatentes e os objetivos militares e os alvos ilícitos como os civis, os bens civis e os não combatentes, de modo a obter vantagem perante o inimigo é proibida. A segunda está relacionada com a seleção dos alvos e a utilização dos armamentos. As componentes da distinção, da proporcionalidade e dos danos colaterais devem ser tidas em consideração. Deve haver uma clara distinção entre os ataques aos militares e aos objetivos militares e aos civis e seus bens (I PA artigo 48.º), o que constitui uma exigência do DIH (idem).

O dilema reside na escolha do alvo e na perceção da vantagem militar obtida. A questão da humanidade será o fator decisório, se não existir uma clara vantagem militar a questão da distinção deve sobrepor-se à ação ofensiva contemplada, pelo que se devem incluir peritos em DIH (I PA artigo 82.º) no planeamento da ação ofensiva (idem), para que não ocorram erros e se percam vidas inocentes que poderão constituir crimes de guerra.

#### **2.6- Interoperacionalidade crescente entre o *jus in bello*, o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o *jus ad bellum***

Como salienta Vinuesa (1998: 72), à primeira vista não haveria compatibilidade possível entre o DIDH, que salvaguarda os direitos humanos de todas as pessoas em todas as circunstâncias, e o DIH que protege as vítimas e restringe os meios e métodos de combate. Considerando que a morte de combatentes é permitida de acordo com o DIH e ainda que a morte de civis ou os danos ao ambiente e à propriedade são permitidos como danos colaterais resultantes da necessidade militar, pareceria não existir qualquer tipo de convergência entre ambos os ramos do Direito. As regras que expressam o conteúdo da necessidade militar ou a legalidade de certos efeitos colaterais dos ataques militares seriam incompatíveis de acordo com o DIDH. Também permite algumas privações da liberdade pessoal. Aquiesce amplas limitações às liberdades de expressão e de reunião (Meron, 2000: 240). É então aceitável argumentar que o DIDH e o DIH constituem sistemas separados dentro do DIP.

O DIH preocupa-se com o tratamento adequado dos civis e dos combatentes dos Estados adversários. Mas, considerando que foi criado e está em constante evolução, com o objetivo de salvaguardar e proteger vítimas ou não-combatentes em situações

extraordinárias como os conflitos armados internacionais ou não-internacionais, a possibilidade de assegurar padrões mínimos de tratamento humano durante estas situações torna-se um objetivo primordial, comum e fundamental a ambos os sistemas normativos. A mitigação do sofrimento desnecessário e a promoção do tratamento humano dos civis e dos combatentes fora de combate durante os conflitos armados são essenciais para a consolidação de direitos humanos básicos, reconhecidos e aplicáveis em todas as circunstâncias (Vinuesa, 1998: 72-73).

Deste modo, não surpreendentemente tornou-se comum, na atualidade, em alguns setores confundir os direitos humanos e o DIH. No entanto, apesar da crescente convergência das várias tendências da proteção do ser humano, persistem diferenças significativas. Na perspectiva de Meron (2000: 240) o DIH regula aspetos de uma luta entre a vida e a morte, entre os beligerantes que operam na base da igualdade formal. Ao derivar da tradição medieval da cavalaria garante um mínimo de *fair play*. Enquanto as regras forem observadas, é permitido causar sofrimento, privação de liberdade e mesmo a perda da vida. Esta é uma visão estreita da legalidade, é certo, mas que a resume de forma simples.

As leis dos direitos humanos protegem a integridade física e a dignidade humana em todas as circunstâncias. Aplicam-se às relações entre partes desiguais, protegendo os governados dos seus governos. Sob o DIDH, ninguém pode ser privado da vida, exceto em cumprimento de uma decisão de um tribunal competente. Para falar da humanização do DIH ou da lei da guerra é, assim, em muitos casos uma contradição, pois este procura evitar o sofrimento desnecessário, mas não o impede. Para verdadeiramente humanizar o DIH, seria necessário colocar termo a todos os tipos de conflitos armados. Porém, as guerras têm sido uma parte da condição humana e é provável que assim continue. Os dois sistemas, direitos humanos e DIH, são, portanto, distintos e, em muitos aspetos, diferentes, embora cada vez mais complementares dada a complexidade dos conflitos atuais numa tentativa de conceder às vítimas uma proteção mais ampla.

Como salienta Aldrich (1991: 274) como exemplo desta interoperacionalidade temos a decisão 1975 do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA) que concluiu que as violações graves das CG também poderiam ser entendidas como graves violações dos direitos humanos, para propósitos da *Lei de Assistência Exterior*. A aplicação paralela da lei dos direitos humanos e do DIH em situações de conflito armado é ilustrada nas Nações Unidas pela Resolução 1041 de 29 de janeiro de 1996 do Conselho, que apelou a todas as fações na Libéria para respeitarem o DIH e o

DIDH (S/RES/1041). Sob o título geral *A proteção de civis em conflitos armados*, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) tem condenado os ataques contra os civis, principalmente mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis, incluindo também os refugiados e pessoas deslocadas internamente, em violação das normas pertinentes do Direito Internacional, incluindo do DIH e do DIDH. Dando continuidade à referência paralela a estes dois ramos do Direito Internacional, o Conselho na Resolução 1261 *Crianças em conflitos armados* de 30 de agosto de 1999, invoca a Convenção da Organização Internacional do Trabalho n.º 182 sobre trabalho infantil, que proíbe o recrutamento compulsório de crianças em conflitos armados e a Convenção sobre os Direitos da Criança, as CG e os seus PA para condenar e exigir a erradicação e punição do recrutamento e uso de crianças em situações de conflito, em violação do Direito Internacional (S/RES/1261). É de salientar também que alguns princípios dos direitos humanos têm sido aplicados aos prisioneiros de guerra em situações de conflito armado internacional.

É desta forma reafirmado um núcleo irreduzível e inderrogável de normas humanitárias e de direitos humanos. Este permite criar uma rede de segurança que não pode ser desmontada por afirmações de que um conflito está abaixo do limiar da aplicabilidade do DIH e que não é, como tal, regido pelo Direito Internacional (Aldrich, 1991: 275).

Apesar de existir, por vezes, uma sobreposição algo complexa com o regime dos direitos humanos como vimos, uma vez que ambos se preocupam com a proteção das pessoas, o DIH distingue-se em outros aspetos para além das suas disposições normativas. Talvez a maior diferença consista no facto de o DIDH ser entendido como sendo vinculativo apenas para os Estados – apesar de esta visão ser desafiada por alguns defensores dos direitos humanos – enquanto o DIH vincula tanto os Estados como atores não-estatais, cujas atividades estejam relacionadas com um conflito armado (ICRC, 2006: 9).

Em relação ao DIDH a instituição motriz é a ONU, contribuindo também instituições regionais como o Conselho da Europa e a Organização dos Estados Americanos para este acervo normativo (Pictet, 1985: 15). As principais fontes convencionais do DIDH são a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (1948), os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), as Convenções Contra a Discriminação Racial (1965), Discriminação Contra a Mulher (1979), Contra a Tortura (1984) e os Direitos da

Criança (1989) e a nível regional a Convenção Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos (1950), a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos (1969) e a Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos (1981).

Tendo em consideração o Direito escrito, o DIH nasceu com a primeira Convenção de Genebra de 1864, os direitos humanos com a Declaração Universal dos Direitos do Humanos de 1948.

No domínio das ideias, como salientámos, estes dois movimentos têm a mesma origem histórica e filosófica, os dois nasceram desde o princípio dos tempos, da necessidade de proteger a pessoa humana contra as arbitrariedades, ou seja, as considerações básicas de humanidade são subjacentes a ambos. No entanto, esta conceção deu origem a dois esforços distintos: limitar os males da guerra e defender o ser humano contra a arbitrariedade. Estes dois ramos do Direito desenvolveram-se ao longo dos séculos segundo vias paralelas (ICRC, 2006: 9).

O DIDH representa princípios mais gerais, enquanto o DIH tem um carácter particular e excecional, uma vez que se aplica exatamente quando a guerra vem impedir ou restringir o exercício dos direitos humanos (idem).

O DIH aplica-se apenas em caso de conflito armado, não podendo haver qualquer tipo de derrogações, o DIDH encontra a sua aplicação prática essencialmente em tempo de paz, contendo um regime de cláusulas derogatórias em condições e circunstâncias muito específicas que ameacem uma nação, como em caso de conflito armado. Por outro lado, o DIDH regula as relações entre o Estado e os seus cidadãos, enquanto o DIH regula as relações entre o Estado e os cidadãos do Estado inimigo (idem).

Se, por um lado, o DIH parece ter sido sistematizado e amplamente mais aceite do que o DIDH, por outro lado, há que ter em conta que este último se encontra em expansão, aplicando-se, como já mencionamos *supra*, em tempo de paz, ou seja no quotidiano das pessoas, ao passo que o DIH rege apenas situações excecionais (Schindler, 1979: 5).

A influência do movimento contemporâneo em prol da proteção internacional dos direitos humanos, desencadeado pela Declaração de 1948, veio fazer-se sentir nas CG de 1949<sup>15</sup> que estabeleceram, a par das obrigações estatais, direitos individuais de

---

<sup>15</sup> A necessidade de proteger os direitos humanos, mesmo em tempo de conflito armado foi plenamente reconhecida, prevendo o artigo 3.º comum às CG que, em caso de conflito armado, as pessoas protegidas

que gozam as pessoas protegidas (idem: 8-9) e, de modo mais marcante, nos dois PA de 1977 a estas Convenções, ao consagrarem determinadas garantias fundamentais, entrando também no âmbito tradicional dos direitos humanos, isto é, das relações entre o Estado e as pessoas sujeitas à sua jurisdição. Em contrapartida, os tratados de direitos humanos têm vindo a ocupar-se da proteção daqueles direitos também em tempo de crise e de situações excecionais<sup>16</sup>.

Foram sendo identificados princípios comuns ao DIH (mais concretamente no que concerne ao Direito de Genebra) e ao DIDH. De acordo com Jean Pictet (1983: 78-83) alguns destes princípios são o princípio da inviolabilidade da pessoa (que incluem o direito à vida, à integridade física e mental e os direitos de personalidade); o princípio da não-discriminação e o princípio da segurança (incluindo a proibição de represálias, de penas coletivas e da tomada de reféns, as garantias judiciais, a inalienabilidade dos direitos e a responsabilidade individual). Existe uma identidade entre o princípio básico da garantia dos direitos humanos fundamentais em qualquer circunstância e o princípio fundamental do Direito de Genebra, segundo o qual serão tratadas humanamente e protegidas as pessoas fora de combate e as que não participem nas hostilidades. Daqui se infere que a evolução do Direito Internacional relativo à proteção das vítimas da guerra e à condução da guerra foi profundamente afetada pela elaboração de normas de proteção jurídica em matéria de direitos humanos, o que contribuiu para a ideia de que todos têm o direito a usufruir dos seus direitos humanos, tanto em tempo de paz, como em tempo de guerra (Nações Unidas, 2002: 4).

Em 1949 a Comissão de Direito Internacional decidiu não inscrever na sua ordem do dia o Direito dos Conflitos Armados, por ter julgado que o estudo deste ramo do Direito Internacional poderia ser considerado como uma falta de confiança na capacidade da ONU em manter a paz e a segurança (idem: 11).

No entanto, desde os primórdios da Organização, os órgãos da ONU têm sublinhado a importância das CG e dos seus PA, tendo solicitado aos Estados que os ratifiquem, ou que guiem as suas ações pelas disposições destes instrumentos.

Nos anos 60 a ONU participou de forma mais acentuada na edificação de um sistema de DIH, tendo-se iniciado uma nova fase de cooperação com o CICV.

---

pelas Convenções serão “em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de carácter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer critério análogo”.

<sup>16</sup> Artigo 4.º do Pacto sobre os Direitos Civis e Políticos; artigo 15.º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e artigo 27.º da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos.

A 14 de junho de 1967, o CSNU adotou a resolução 237, na qual sublinhou que os direitos humanos devem ser respeitados por todas as partes num conflito, as quais devem respeitar as obrigações que contraíram por via das CG. Na sua resolução 2252 de 4 de julho do mesmo ano, a AGNU acolheu com satisfação esta resolução do Conselho a qual foi frequentemente lembrada e reafirmada (Nações Unidas, 2002: 11-13).

A aproximação entre o DIH e o DIDH tem encontrado expressão em resoluções adotadas em conferências internacionais, tanto de direitos humanos, como de Direito Humanitário, pelas Nações Unidas e pelo CICV. Deste modo, a convergência e aproximação entre o DIH e o DIDH tem-se manifestado no plano normativo (Trindade, Peytrignet e De Santiago, 2004: 4), revelando também a aproximação entre o Direito de Genebra e o Direito de Nova Iorque referido anteriormente.

A adoção do II PA de 1977, e o próprio artigo 3.º comum às quatro CG, que contêm os padrões mínimos de proteção em caso de conflito armado de caráter não-internacional, também contribuíram para a aproximação entre o DIH e o DIDH, uma vez que se tendem a aplicar as normas humanitária nas relações entre o Estado e as pessoas sob sua jurisdição como acontece no campo dos direitos humanos.

Tanto o *jus ad bellum* como o *jus in bello*, estão em parte, dentro do campo da legitimidade, do recurso à força. Essas questões particulares estão, em certa medida, separadas das leis da guerra, mas a membrana entre esses campos é, na vida real, mais permeável do que na teoria jurídica. Estas duas questões levam-nos para além da lei, e para os campos da interpretação histórica, podendo-se afirmar que em relação a estas duas situações o pensamento e a prática internacional parecem estar a mudar (Roberts, 1993: 429), como pode ser comprovado no discurso referente aos conflitos armados que deflagram no nosso tempo, em que ambas as noções são utilizadas quase a par e muitas vezes como justificação de determinadas atitudes, inclusive de intervenções internacionais (casos da Líbia e da Síria), confundindo-se as concepções e interpretações políticas com as normas jurídicas.

A separação entre o *jus ad bellum* e o *jus in bello* resulta de uma aplicação uniforme e neutra do último, sem referência às noções de legitimidade das partes. Esta separação, portanto, contribui para a praticabilidade da aplicação do DIH, evitando disputas preliminares sobre o caráter agressivo ou não da guerra, e o tratamento justo dos combatentes em processos judiciais que envolvem alegações de crimes de guerra (Meron, 2000: 241), que poderiam, em nosso entender, prejudicar o seu respeito e aplicação. Ironicamente, nas palavras de Meron (idem) tornar a guerra mais humana

aumenta a sua aceitabilidade e pode mesmo prolongá-la, no entanto, parece-nos que a salvaguarda das pessoas afetadas pelo conflito armado e outros intervenientes, como comprovado pelas atrocidades cometidas em diversos conflitos, em especial de caráter não-internacional, é superior, tal como a pré-disposição para uma solução pacífica, muitas vezes impulsionada pelo impasse na conflitualidade e pela atuação da comunidade internacional.

Humanizar a lei pode e deve moderar o tratamento de civis e prisioneiros de guerra e proteger os bens civis mas, é certo, pouco pode fazer para desencorajar o recurso à guerra. Também dificilmente se pode dar proteção total aos civis e evitar os danos colaterais que não violem as regras da proporcionalidade (idem).

Contudo, as tendências para expandir esses parâmetros estão a surgir. A primeira diz respeito à proporcionalidade, princípio fundamental do *jus in bello* que também faz parte do *jus ad bellum*. Exigir proporcionalidade na justificativa para a guerra poderia limitar as suas dimensões territoriais e temporais e, assim, reduzir o sofrimento de civis e combatentes, o que se pretende com as regras do DIH (idem: 241-242).

Como o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) declarou no processo relativo às *Atividades Militares e Paramilitares Na e Contra a Nicarágua*<sup>17</sup> não há uma regra específica de legítima defesa que garanta só por si as medidas que são proporcionais ao ataque armado e necessárias para responder ao mesmo, uma regra bem estabelecida no DIC. O princípio da proporcionalidade não pode, portanto, por si só, excluir a utilização de armas nucleares em todas as circunstâncias. Mas, ao mesmo tempo, um uso da força que seja proporcional ao abrigo da lei de legítima defesa deve, para ser lícito, também atender às exigências da lei aplicável aos conflitos armados que compreendem, em especial, os princípios e regras do DIH (ICJ, 1996: parágrafos 41-42).

A natureza dos conflitos atuais está a mudar, no sentido em que ao passarem de internacionais para internos têm implicações nos desenvolvimentos normativos. Os CANI têm exigido tanto novas normas, como a reinterpretação das normas existentes. A mudança para conflitos de natureza intraestatal ou mista no contexto contemporâneo da prática de atrocidades conduziu o DIH mais uma vez na direção dos direitos humanos (Meron, 2000: 243-244).

Esta tendência foi uma resposta direta a um consenso social que exigiu esforços para humanizar o comportamento dos Estados e dos grupos de combatentes nos

---

<sup>17</sup> Acórdão do Tribunal Internacional de Justiça, *Advisory opinion on the legality of the threat or use of nuclear weapons*, adotado a 8 de julho de 1996 (Caso das Armas Nucleares).

conflitos armados. Embora as perspectivas para o cumprimento das normas humanitárias possam ser menos auspiciosas do que para outras normas do DIP, estas beneficiam de um apoio moral mais forte. Em muitos casos, o cumprimento gradual e parcial foi aceite como preenchendo os requisitos para a formação de um DIHC, o que teve como consequência que as práticas contrárias a estas normas fossem reduzidas, ou pelo menos, exigissem a justificação por parte dos infratores. A metodologia utilizada, portanto, assemelha-se à aplicada no campo dos direitos humanos mais do que a utilizada em outras áreas do Direito Internacional. A opinião pública, os meios de comunicação social, organizações não-governamentais e o CICV têm estimulado estes desenvolvimentos. Como consequência, as regras estabelecidas nos instrumentos de DIH são cada vez mais consideradas como de costume e, assim como normas que devem ser aplicadas por todos os Estados numa base universal (idem: 244), tal como pelos atores não-estatais o que tem permitido, em nosso entender, ampliar a proteção e responsabilizar os infratores em caso de incumprimento das normas estabelecidas.

O Direito Internacional não conseguiu, no entanto, proporcionar soluções eficazes contra os Estados que persistem em violar as proibições de ataques contra civis e prisioneiros de guerra, ou que flagrantemente violam o princípio da proporcionalidade (Meron, 2000: 249). Mas, é certo, que as infrações são denunciadas pela comunidade internacional e os próprios Estados e os grupos de infratores são obrigados a justificar os seus atos e a negociar soluções pacíficas pela pressão política exercida, o que denota a sua assunção de culpa. São também responsabilizados pelos atos cometidos perante as instâncias internacionais aquando do fim do conflito armado e são alvo de diversos tipos de sanções, o que constitui uma prova do avanço notável do DIH na proteção das vítimas dos conflitos contemporâneos. Estas constatações demonstram a importância do DIH, na medida em que a pressão política para terminar com os abusos deriva da assunção internacional destas regras do DIH e do DIDH por parte dos diversos atores.

Antonio Cassese sugere que, como um meio de induzir o cumprimento do Direito Internacional, o julgamento e a punição dos crimes de guerra e crimes contra a humanidade perante tribunais nacionais e internacionais oferece uma alternativa amplamente disponível e bastante eficaz como forma de represália contra as infrações. Esta constatação está longe de ser consensual. No entanto, concorda-se que as perspectivas de futuro são promissoras o suficiente para fazer com que o Estado desista de desrespeitar os seus compromissos internacionais quando existe esta responsabilização (Aldrich, 1991: 250). Porém, não nos devemos esquecer que tem de



ser garantida a proteção das pessoas durante o conflito armado e que uma atuação, apenas *à posteriori* poderá significar, por vezes, uma tragédia humana sem precedentes.

Apesar de não estar incluído no nosso campo de análise devemos também salientar que se verificam convergências entre o DIH e o Direito dos Refugiados. Com efeito, ao longo de toda a sua História, o CICV, ao dedicar-se à proteção e assistência das vítimas de conflitos armados, também se ocupou dos refugiados e das pessoas deslocadas. A partir da criação no âmbito da ONU do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o CICV passou a exercer um papel complementar ao daquele, tendo-se intensificado esta cooperação, em relação a novas e sucessivas crises. Várias disposições das CG e dos seus PA referem-se especificamente aos refugiados de modo direto (I PA artigo 73.º) ou indireto (IV CG artigos 25.º, 26.º, 45.º e 49.º; I PA artigo 33.º e II PA artigo 17.º) (Trindade, Peytrignet e De Santiago, 2004: 3).

Em suma, os diversos sistemas de proteção da pessoa humana têm características que se aproximam, mas ao mesmo tempo distintas, que se manterão. Como salientava Pictet já na década de 80 (1983: 15) e ainda mais na atualidade, são complementares e complementam-se de forma admirável. Contudo, entre a paz e a guerra, existem outras situações em que a violência interna e os distúrbios, não são qualificados como conflitos armados não-internacionais, de modo a aplicar-se o DIH. Se tivermos em consideração que os direitos humanos são sujeitos a restrições e a suspensões temporárias, há a possibilidade de existir uma lacuna no Direito aplicável, que pode causar a falta de proteção por parte do DIDH (direitos suspensos ou limitados) e do DIH (em virtude de situações não abrangidas pelo mesmo) (Vinuesa, 1998: 76), pelo que se tem de desenvolver a proteção das pessoas neste tipo de situações, como tem acontecido através de iniciativas como a *Declaração de Turku*<sup>18</sup>, mas que sejam vinculativas para os Estados e restantes atores internacionais, o que poderá dar origem a um novo acervo normativo complementar dos existentes.

---

<sup>18</sup> A Declaração de Turku de 2 de dezembro de 1990 consiste numa proposta que não possui valor jurídico vinculativo. O seu campo de aplicação material é vasto, já que visa as situações em que, por um lado, o DIH não é aplicável devido à inexistência de um conflito armado qualificado como tal e em que, por outro, o DIDH já deixou de ser aplicável por a situação de emergência ter justificado a suspensão de certos direitos fundamentais. Estas regras seriam assim aplicáveis a qualquer situação de violência, não podendo ser derogadas em qualquer circunstância. Trata-se, assim de retomar os princípios comuns aos DIDH e ao DIH, tais como o direito à vida, à dignidade, os direitos dos detidos, a proibição de terrorismo e de deslocações forçadas, as garantias jurisdicionais e de acesso às vítimas. As únicas garantias atualmente em caso de tensões e distúrbios internos são concedidas pelo DIDH ao qual o Preâmbulo do II PA se refere através da salvaguarda dos princípios da humanidade e das exigências da consciência pública.

## Capítulo III

### Aplicação do Direito Internacional Humanitário em situações de conflito armado

#### 3- Campo de aplicação do Direito Internacional Humanitário

*O século em que vivemos, tende sem dúvida, a consumir o grande pensamento humanitário, que tem por base o predomínio da inteligência sobre a força.*

Tenente Fontes Pereira de Mello, 1849

##### 3.1-Introdução

Ao contrário da violência esporádica, a guerra é altamente organizada. A utilização da violência contra alvos específicos é bem planeada, tendo objetivos concretos. Esta consiste numa atividade social, exigindo por parte dos grupos envolvidos, uma intensidade única de controlo e organização social. Envolve o uso recíproco de força organizada, entre dois ou mais grupos sociais, orientados de acordo com um plano ou um conjunto de planos, elaborados com vista a alcançar um objetivo político (Ho-Won, 2002: 54).

Decisões e ordens explícitas, com vista a matar em período de combate são aceites como legítimas pelos membros das forças armadas e apoiadas pela sociedade. Contudo, a guerra subordina-se a objetivos precisos, procurando-se controlar a violência através de normas específicas. As consequências que daí advêm são justificadas pela vitória na luta armada. A hostilidade descontrolada para com o inimigo resulta em atrocidades, daí a importância do DIH, tendo sido esta a base da sua elaboração.

A maioria dos conflitos armados atuais ocorre não entre Estados, mas dentro do território dos Estados (intraestatais), envolvendo vários tipos de beligerantes, na sua maioria grupos armados não-estatais, por vezes divididos em etnias. As estimativas mais otimistas afirmam que os civis constituíram 14% do total das baixas na I Guerra Mundial. Esse número subiu para 67% na II Guerra Mundial, estimando-se que atualmente constituam cerca de 90%. Em diversos países a distinção entre civis e combatentes é com frequência prejudicada pelas ações das várias partes intervenientes no conflito. Os civis são utilizados como cobertura das operações militares e paramilitares, como escudos contra ataques aéreos e de artilharia, como fornecedores de subsistência, abrigo e gratificação sexual. Os combatentes tendem também a usar as infraestruturas de telecomunicações e logística civis para fins militares, dificultando a distinção entre alvos civis e militares (Ho-Won, 2002: 54).

Todavia, como salienta Raymond Aron (2003: 150, originalmente impresso em 1966), a paz constitui o objetivo racional para o qual se tende, sendo que esta constitui o objetivo último do ser humano por lhe proporcionar, em última instância, um maior bem-estar. Por exemplo, como enfatiza o autor, ao nível das nações mais civilizadas, em que os Estados estão juridicamente organizados, a guerra não pode ser mais do que um meio, se conscientemente desejado, ou uma calamidade se provocada por algo desconhecido para o ator. Esta é a percepção que as diversas comunidades humanas e os Estados deveriam ter, para se aperceberem das vantagens decorrentes da paz, em termos de prosperidade e bem-estar, situação muito diferente da que se vive, especialmente nos países menos desenvolvidos, afetados por turbilhões de conflitos. Enquanto tal não acontece, resta-nos garantir que as normas de DIH são aplicadas e respeitadas por todos os intervenientes num conflito armado, de modo a minimizar o sofrimento humano.

### **3.2- Aplicação do Direito Internacional Humanitário em situações de conflito armado**

#### **3.2.1- Introdução**

Apesar do objetivo de um conflito armado consistir em alcançar a vitória sobre o adversário, com o mínimo de custos possível, os princípios de humanidade continuam a ser relevantes (O'Donnell e Kraska, 2003: 140). O objetivo de um conflito armado consiste em derrotar a parte adversária. O DIH permite as ações necessárias, com vista a alcançar este objetivo, proibindo todas as ações que vão para além deste propósito e que causem ferimentos ou danos que não sejam cruciais, ou seja, imperativos para a concretização deste objetivo (Green, 2000: 122). Os termos “ferimentos supérfluos” ou “sofrimento desnecessário” são utilizados em sentido objetivo, de tal modo, que as medidas não têm apenas em consideração a perspetiva da vítima. Todavia, como salientámos, indicam que não deve haver recurso a métodos, que causem um sofrimento para além do considerado necessário para alcançar o objetivo do ataque (O'Donnell e Kraska, 2003: 140). O DIH restringe desta forma os métodos e os alvos contra os quais estes podem ser utilizados. As regras básicas do DIH aplicam-se em todos os teatros de operações. A maioria das normas foi desenvolvida tendo em consideração o combate terrestre, sendo posteriormente adaptadas e desenvolvidas em relação às situações decorrentes do combate marítimo e aéreo (Green, 2000: 122).

#### **3.2.2- Âmbito de aplicação do Direito Internacional Humanitário**

Tradicionalmente distinguem-se no seio dos conflitos armados os internacionais, os destituídos de carácter internacional (não-internacionais) e os internos

internacionalizados, mantendo-se esta distinção atual nos nossos dias (Baptista, 2005: 533).

Os conflitos internacionais compreendem os conflitos armados entre Estados. Os conflitos não-internacionais abrangem os restantes conflitos, com exceção daqueles que forem internacionalizados por meio de acordo entre as partes e aceites pela generalidade dos Estados neutros afetados, quanto à aplicação integral do DIH a um conflito não-internacional. Ainda segundo alguns, por meio de um reconhecimento de beligerância, por parte de um Estado em relação aos rebeldes contra quem lutava num conflito inicialmente sem caráter internacional, ou aquando da intervenção de uma terceira parte no conflito (idem).

Outra distinção essencial que se fazia era entre guerra e conflito armado, já que podia existir a primeira sem ocorrer um conflito armado, por meio de uma declaração nesse sentido, e podia ocorrer um conflito armado que não desencadeasse um estado de guerra. Mas trata-se de uma distinção atualmente irrelevante, quer para o uso da força, quer mesmo em relação à aplicação do DIH. A guerra enquanto situação jurídica, com eficácia novatória sobre o ordenamento internacional desapareceu (idem), pelo que se tendem a utilizar os dois conceitos indistintamente, sendo predominante o de conflito armado pela ilegalização do recurso à guerra após a I Guerra Mundial com a criação da Sociedade das Nações e, posteriormente, com a institucionalização das Nações Unidas.

O reconhecimento de beligerância, bem como o seu regime jurídico, nunca tiveram consagração clara no DIC, apesar de nada impedir um Estado parte num conflito de o praticar. De facto, nos conflitos armados do século XX, os Estados não aceitaram que os rebeldes tivessem direitos beligerantes, o que sugere que consideraram inaplicável o DIH dos conflitos internacionais a estas situações. Assim, cedo se procurou encontrar alternativas, que possibilitassem uma aplicação autónoma de normas humanitárias a estes conflitos sem os internacionalizar (Baptista, 2005: 533-534 e 536), o que ficou bem explícito nas disposições dos dois PA às CG.

O artigo 1.º do II PA<sup>19</sup> exclui as tensões e os distúrbios internos, do campo de aplicação deste ramo do Direito, além de dispor um rigoroso conjunto de critérios para a

---

<sup>19</sup> No seu n.º 1 indica que o Protocolo “se aplica a todos os conflitos armados que não se encontrem cobertos pelo artigo 1.º do I PA (...) que se desenrolem em território de uma Alta Parte Contratante, entre as suas forças armadas e forças armadas dissidentes ou grupos armados organizados que, sob a chefia de um comando responsável, exerçam sobre uma parte do seu território um controlo tal que lhes permita levar a cabo operações militares continuas e organizadas e aplicar o presente Protocolo”. No n.º 2 dispõe especificamente que “O presente Protocolo não se aplica às situações de tensão e de perturbação internas,

sua aplicação. Porém, como indica Deyra (2001: 48) o Protocolo não avança qualquer definição destas situações, que podem consistir em violações dos direitos humanos, nomeadamente como consequência de ter sido decretado um estado de exceção (como detenções ou execuções arbitrárias e tortura).

Daí a consagração formal da distinção entre conflitos armados internacionais e não-internacionais para efeitos da aplicação do DIH, ainda plena de atualidade, apesar de se estar a tentar diluí-la. O esbatimento deve-se ao alargamento da dimensão dos conflitos, que por vezes afetam vários Estados, especialmente os que se encontram na proximidade das fronteiras do Estado afetado e da incriminação ao longo das últimas décadas de várias violações do DIH, enquanto crimes de guerra, praticados em conflitos não-internacionais. Tratou-se de um desenvolvimento provocado pelas reações a conflitos não-internacionais de grande gravidade, em especial pela criação dos Tribunais *ad hoc* para a Ex-Jugoslávia e para o Ruanda, bem como pelo estabelecimento do TPI (Baptista, 2005: 536-537).

Quanto às guerras de libertação nacional entre um movimento de libertação nacional, que lute contra um Estado colonial, racista ou responsável por uma ocupação estrangeira, no seu direito de autodeterminação, tal como é reconhecido pelo DIP, o I PA não considera que se esteja perante um conflito armado internacional, limita-se a mandar aplicar o regime destes conflitos. Trata-se, pois, de conflitos internacionalizados, tendo em conta a legitimidade da causa de uma das partes e a ilegitimidade da outra (idem: 543). O Protocolo não exige nenhum nível de intensidade à luta de libertação, como condição para a aplicação das regras pertinentes (Deyra, 2001: 44-45).

Um conflito armado entre um movimento, ou um bando armado contra um Estado terceiro constitui um conflito armado não-internacional transfronteiriço, visto que não tem como palco o território de um único Estado. Em qualquer caso, os atos bélicos destes sujeitos nunca constituem um conflito armado internacional. O recurso à força por bandos armados não é regulado. O DIP limita-se a permitir ao Estado alvo destes atos, que utilize todos os meios necessários e proporcionais, no respeito pelo DIH, para os reprimir (Baptista, 2005: 543).

Se a distinção entre conflitos internacionais e não-internacionais nunca foi fácil, as características dos conflitos modernos desafiam a operatividade jurídica dos critérios

---

tais como motins, atos de violência isolados e esporádicos e outros atos análogos, que não são considerados como conflitos armados”.

de distinção. Para além das dificuldades de aplicação, é a própria existência da distinção que, perante a evolução do DIP, pode ser posta em causa, atendendo à alegada erosão da soberania e à progressiva internacionalização dos conflitos internos (Carmona, 2002: 366).

Depois da II Guerra Mundial e, em especial, depois do fim da Guerra Fria, o mundo tem assistido a uma proliferação de conflitos caracterizados pela “implosão de sociedades multi-étnicas” e, simultaneamente, pelas graves violações dos direitos humanos, que numa expressão muitas vezes utilizada “chocam a consciência da humanidade”. A chamada terceira geração das guerras civis<sup>20</sup> (Domestici-Met, 1999: 278) tem, desde logo, desafiado a aplicabilidade e a adequação dos critérios existentes de qualificação dos conflitos. Se muitas vezes surge a afirmação que os conflitos atuais<sup>21</sup> são conflitos internos, surge igualmente a constatação de que, os mesmos conflitos não são puramente internos, mas antes mistos ou internacionalizados (Carmona, 2002: 368). Devemos salientar que se passou a utilizar indistintamente as expressões guerra civil, conflitos internos ou de carácter não-internacional para a qualificação deste tipo de conflitos armados.

### **3.2.3- Condução das hostilidades – disposições principais**

#### **3.2.3.1- Início das hostilidades e aplicação do Direito Internacional Humanitário**

À medida que a situação gera um aumento das hostilidades, o DIH torna-se mais protetor. Todavia, o seu campo de aplicação material revela-se bastante paradoxal, uma vez que no caso da ocorrência de um conflito internacional, o grau de intensidade das hostilidades não necessita de ser elevado para que um Direito mais protetor se aplique; inversamente, aquando de um conflito não-internacional, ou quanto mais um conflito se afasta da qualificação “internacional”, o grau de exigência da intensidade das hostilidades aumenta, aplicando-se um Direito menos protetor, o que denota diferenças na proteção concedida. Não obstante, no âmbito de um CANI, as pessoas podem beneficiar, por meio do artigo 3.º comum às quatro CG e do II PA de uma maior proteção, do que a concedida aquando de tensões e distúrbios internos, em situações nas quais o Estado em questão decide suspender os direitos e liberdades (Deyra, 2001: 51-

---

<sup>20</sup> De acordo com Marie-José Domestici-Met a primeira geração de conflitos corresponde às guerras civis puras e a segunda às lutas pelo exercício do direito à autodeterminação.

<sup>21</sup> Veja-se Anexo 1 Espetro dos conflitos armados.

52), sendo que estas não constituem uma situação de conflito armado, para além da proteção concedida pelo DIC que se aplica a todas as situações.

Os membros das forças armadas não estão preocupados com o modo como o conflito começa, nem se este é legal ou não. O DIH passa a ser aplicado a partir do momento em que as hostilidades começam (quando for disparado o primeiro tiro) e estes são chamados a intervir, ficando vinculados ao cumprimento das normas vigentes (Green, 2000: 70).

A ordem jurídica determina em que situações as disposições do DIH se aplicam, ou seja, as suas disposições destinam-se a ser aplicadas numa situação de conflito armado que satisfaça os requisitos de qualificação previstos (NATO, 2008b).

O âmbito de aplicação material (*ratione personae*) está relacionado com as situações de conflito armado, isto é, os diferentes tipos de conflito a que se aplica este acervo normativo. Em relação à aplicação pessoal (*ratione personae*) esta diz respeito às pessoas abrangidas pelas suas disposições, ou seja, as entidades estatais, as organizações internacionais e não-internacionais e os seus funcionários, os beligerantes não-estatais e todos os indivíduos que participem ou não nas hostilidades. O âmbito de aplicação geográfico (*ratione loci*) está relacionado com o território dos beligerantes e com os restantes locais onde as hostilidades decorrem. Existem também regras em relação aos Estados neutros. Por fim, a aplicação temporal (*ratione temporis*) diz respeito ao espaço de tempo em que estas regras são aplicadas, isto é, durante a duração do conflito armado, existindo algumas disposições específicas, destinadas a resolver algumas situações após o término do conflito (idem).

Quando a questão da aplicabilidade<sup>22</sup> estiver resolvida, as normas substantivas podem ser aplicadas.

### **3.2.3.2- Proteção concedida pelo Direito Internacional Humanitário**

#### **3.2.3.2.1- População civil**

Como salienta Fleck (1995: 83-84) as relações entre um governo beligerante e os nacionais da parte adversária, são reguladas tanto pelo Direito Internacional, como pelas leis nacionais. Estes são normalmente classificados como não-combatentes, em que nesta última categoria se incluem alguns membros das forças armadas (capelão, pessoal sanitário e os que se encontram fora de combate), tal como todos os civis, ou seja, todas as pessoas que não estejam direta ou indiretamente ligadas às forças armadas. Estes são

---

<sup>22</sup> Veja-se Anexo 2 Aplicabilidade das normas de Direito Internacional Humanitário.

tratados de acordo com as CG e I PA no caso de um conflito internacional e de acordo com as disposições do Direito nacional do Estado ocupante ou detentor, no entanto enquanto a sua liberdade de circulação pode ser restringida, o seu tratamento deve estar de acordo com a IV CG. Nos CANI os civis estão protegidos pelo artigo 3.º comum às quatro CG<sup>23</sup>, pelo II PA e pelo DIC existente.

O DIH não dispõe sobre as relações com os civis nacionais dos Estados beligerantes. Estas ficam sujeitas às normas de DIDH, constrangidas à discricionariedade dos beligerantes e reguladas pelo Direito Interno. Este facto pode ser constatado, por exemplo, nas relações comerciais com o inimigo (Green, 2000: 89-90).

É proibido praticar ou tolerar atos ou ameaças de violência, incluindo as realizadas por rádio ou através da guerra psicológica, cujo objetivo principal consiste em disseminar o terror entre a população civil (idem: 159-160).

Uma das regras mais antigas do Direito da Guerra prevê a proteção da população civil não-combatente e proíbe que os civis sejam alvo direto de ataques. Esta regra surge nos Regulamentos de Haia, com a proibição do bombardeamento dos locais sem defesa, o requisito de que o atacante deve avisar as autoridades antes de iniciar o bombardeamento e a interdição da pilhagem (idem: 229).

#### **3.2.3.2.2- Feridos, doentes e náufragos**

Os ferimentos, a doença ou o naufrágio constituem incapacidades comparáveis, no sentido em que obrigam os combatentes a depor as armas e a abster-se de qualquer ato hostil, como tal não podem ser alvo de ataques (Deyra, 2001: 91-92). O princípio fundamental da inviolabilidade destas pessoas aplica-se tanto aos conflitos internacionais (artigos 12.º da I e II CG<sup>24</sup> e 10.º do I PA<sup>25</sup>), como aos conflitos não-internacionais (artigo 3.º comum às quatro CG e artigo 7.º<sup>26</sup> do II PA).

#### **3.2.3.2.3- Mulheres e idosos**

---

<sup>23</sup> Este artigo proíbe “(...) as ofensas contra a vida e integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, as mutilações, os tratamentos cruéis, torturas e suplícios, a tomada de reféns, as ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes, as condenações proferidas e as execuções efetuadas sem prévio julgamento, realizado por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados”.

<sup>24</sup> Este artigo dispõe que “Os membros das forças armadas e as outras pessoas mencionadas no artigo seguinte que sejam feridos, doentes ou náufragos deverão ser respeitados e protegidos em todas as circunstâncias (...)”.

<sup>25</sup> O seu n.º 1 estipula que “Todos os feridos, doentes e náufragos, seja qual for a Parte a que pertençam, devem ser respeitados e protegidos”.

<sup>26</sup> No seu n.º 1 é indicado também que “Todos os feridos, doentes e náufragos, quer tenham ou não tomado parte no conflito armado, serão protegidos e respeitados”.



Como relembra Deyra (2001: 122-123) a par da proteção concedida às mulheres membros das forças armadas, é-lhes também garantida uma proteção especial, enquanto membros da população civil. A mulher é protegida contra todos os ataques à sua honra e nomeadamente, contra a violação, prostituição e atentados ao pudor (artigos 27.º da IV CG<sup>27</sup>, 75.º e 76.º do I PA<sup>28</sup> e 4.º do II PA<sup>29</sup>). Por outro lado, beneficia de um tratamento preferencial em termos de alimentação, cuidados médicos e assistência, ao passo que a mulher privada de liberdade deverá ser mantida separada dos homens, beneficiando de medidas especiais caso esteja grávida, ou seja mãe de uma criança de tenra idade (artigo 38.º da IV CG<sup>30</sup> e 76.º I PA<sup>31</sup>). O mesmo acontece em relação aos idosos, que beneficiam de uma proteção similar.

#### **3.2.3.2.4- Crianças**

As crianças com menos de quinze anos devem beneficiar de uma proteção especial, em particular quando são órfãs, ou quando estão separadas das suas famílias, devido ao conflito. Devem ser tomadas medidas relativas à sua educação e orientação religiosa, tarefas que sempre que possível devem estar a cargo de pessoas com as mesmas raízes culturais. Devem ser realizados esforços, com vista ao reagrupamento familiar, ou à manutenção do contacto entre os seus elementos. Se as crianças forem presas, ou detidas por motivos relacionados com o conflito, estas devem ser separadas dos adultos, a não ser que estejam em unidades familiares (Fleck, 1995: 73).

Os menores de quinze anos não devem ser recrutados para as forças armadas, devendo ser feitos todos os esforços para evitar que participem nas hostilidades. Se crianças entre os quinze e os dezoito anos forem recrutadas, a prioridade deve ser dada às mais velhas. Se uma criança que tenha participado nas hostilidades for capturada,

---

<sup>27</sup> O artigo dispõe que “As mulheres serão especialmente protegidas contra qualquer ataque à sua honra, e particularmente contra violação, prostituição forçadas ou qualquer forma de atentado ao seu pudor”.

<sup>28</sup> O artigo 75.º n.º 2 b) estipula que são proibidos “Atentados contra a dignidade da pessoa, nomeadamente os tratamentos humilhantes e degradantes, a prostituição forçada e qualquer forma de atentado ao pudor” e o artigo 76.º indica que “1 - As mulheres devem ser objeto de um respeito especial e protegidas nomeadamente contra a violação, a prostituição forçada e qualquer outra forma de atentado ao pudor”.

<sup>29</sup> O seu n.º 2 e) dispõe em particular que são proibidos “Os atentados à dignidade da pessoa, nomeadamente os tratamentos humilhantes e degradantes, a violação, a coação à prostituição e todo o atentado ao pudor”

<sup>30</sup> O seu ponto 5) estipula que “As crianças com menos de 15 anos, as mulheres grávidas e as mães de crianças com menos de 7 anos beneficiarão, nas mesmas condições que os súbditos do Estado interessado, de qualquer tratamento de preferência”.

<sup>31</sup> No n.º 2 é indicado que “Os casos de mulheres grávidas ou de mães de crianças de tenra idade dependentes delas e que forem presas, detidas ou internadas por razões ligadas ao conflito armado serão examinados com prioridade absoluta”.

continua a ser tratada como um prisioneiro de guerra e a beneficiar de proteção especial (idem).

#### **3.2.3.2.5- Jornalistas**

Como salienta Green (2000: 243), o DIH reconhece a posição dos correspondentes de guerra corretamente identificados. De acordo com o artigo 79.º do I PA, os jornalistas enviados em missões perigosas para situações de conflito armado, portadores de um cartão de identificação, devem ser tratados como civis. Estes são protegidos pela IV CG e I PA, desde que não pratiquem nenhuma ação que afete o seu estatuto enquanto civis. Em caso da ocorrência de um CANI, como enfatizámos, os civis estão protegidos pelo artigo 3.º comum às quatro CG, II PA e pelo DIC.

#### **3.2.3.2.6- Pessoal sanitário**

A imunidade do pessoal e das instalações está subordinada às finalidades sanitárias prosseguidas, à busca, evacuação, transporte, diagnóstico e ao tratamento dos feridos, doentes e náufragos, bem como à profilaxia das doenças. O emblema da cruz, do crescente, do sol, do leão e do cristal vermelhos sob fundo branco são os símbolos desta proteção (Deyra, 2001: 96-97). É de salientar que o pessoal e as unidades sanitárias fixas ou móveis tanto podem ser civis como militares.

#### **3.2.3.2.7- Combatentes**

A definição legal de combatente é relativamente recente. As I e II CG no seu artigo 13.º determinavam as categorias de pessoas com direito a participar diretamente nas hostilidades e a combater, sendo enunciadas seis categorias: os membros das forças armadas de uma parte no conflito, incluindo as milícias e os corpos voluntários; os membros dos movimentos de resistência que respeitem certas condições; os membros de uma força regular que reclamem uma autoridade não reconhecida pela Potência detentora; as pessoas que seguem as forças armadas sem delas fazerem diretamente parte; os membros das tripulações da marinha mercante e da aviação civil das partes no conflito e os indivíduos da população de um território não ocupado, que se levantem em massa para evitar o avanço do inimigo, sob condição de usarem visivelmente armas e respeitarem as leis e costumes da guerra. Como enfatiza Deyra (2001: 53-54), apesar de qualquer membro das forças armadas ser um combatente deverá ter um uniforme, ou sinal distintivo e usar armas abertamente, para não ser desprovido do seu estatuto.

O artigo 43.º do I PA<sup>32</sup>, já não fixa a pertença a categorias de formações militares, como condição para a atribuição do estatuto de combatente, mas unicamente a pertença a forças armadas, isto é, a qualquer grupo ou unidade armada e organizada, colocada sob um comando responsável pela conduta dos subordinados, face a uma parte no conflito (idem: 54-55).

#### **3.2.3.2.8- Mercenários**

Até à adoção do I PA, não tinham sido realizadas tentativas para distinguir os membros das forças armadas, com base na sua nacionalidade, ou nos motivos que os levaram a alistarem-se nessas forças, quer essas motivações fossem ideológicas ou de cariz económico (mercenário). Todavia, devido ao elevado número de mercenários que se alistaram nos exércitos coloniais, ou que estavam dispostos mediante pagamento a participar em ataques dirigidos contra grupos de libertação nacional, e a agitação crescente entre os Estados em vias de desenvolvimento, deu origem à condenação destes grupos, qualificados como mercenários (Green, 2000: 114-115).

Como relembra Green (idem: 115) para os Estados que ratificaram o I PA esta situação foi alterada. De acordo com o artigo 47.º um mercenário não pode ser considerado um combatente, ou um prisioneiro de guerra. Contudo, mesmo estas pessoas não se encontram desprovidas de proteção. Ao não serem combatentes são considerados civis e devem, deste modo, beneficiar da proteção da IV CG, ao serem considerados combatentes ilegítimos perdem esta proteção e são julgados, contudo, mesmo nesta situação continuam a beneficiar de um conjunto mínimo de requisitos, relacionados com um julgamento justo e imparcial e das garantias fundamentais do artigo 75.º do I PA<sup>33</sup>. Nos CANI aplica-se o artigo 3.º comum às quatro CG, o II PA e o DIC.

#### **3.2.3.2.9- Tropas irregulares**

Green (idem: 117) enfatiza que as tropas irregulares e os movimentos de resistência, apenas têm direito a proteção, se satisfizerem os critérios que lhes permitam

---

<sup>32</sup> No seu n.º 1 é indicado que “As forças armadas de uma Parte num conflito compõem-se de todas as forças, grupos e unidades armadas e organizadas, colocadas sob um comando responsável pela conduta dos seus subordinados perante aquela Parte, mesmo que aquela seja representada por um governo ou uma autoridade não reconhecidos pela Parte adversária. Essas forças armadas devem ser submetidas a um regime de disciplina interna que assegure nomeadamente o respeito pelas regras do Direito Internacional aplicável nos conflitos armados”.

<sup>33</sup> Este artigo indica no n.º 2 que são proibidos “ (...) os atentados contra a vida, saúde e bem-estar físico ou mental das pessoas, nomeadamente: i) Assassínio; ii) Tortura sob qualquer forma, física ou mental; iii) Castigos corporais; e iv) Mutilações; b) Atentados contra a dignidade da pessoa, nomeadamente os tratamentos humilhantes e degradantes, a prostituição forçada e qualquer forma de atentado ao pudor; c) Tomada de reféns; d) Penas coletivas; e) Ameaça de cometer qualquer dos atos supracitados ”.

ser reconhecidos como combatentes, o que lhes confere em caso de captura um tratamento enquanto prisioneiros de guerra. De acordo com o I PA não é necessário identificação, apesar de esta constituir uma salvaguarda. É exigido que estejam sob um comando responsável e que as armas sejam visíveis durante o ataque, ou a preparação do mesmo (artigos 43.º e 44.º do I PA<sup>34</sup>). O autor salienta que uma vez que é do interesse da unidade considerada, a Parte envolvida num conflito deve informar o adversário da existência de unidades irregulares e do emblema que as identifica. Ao facultar esta informação não é necessário especificar as localizações e os quantitativos.

No caso de um beligerante ser confrontado por tropas governamentais, ou por uma autoridade que não o reconheça, continua a beneficiar da proteção concedida pelas CG, princípio que advém do Direito Consuetudinário (idem: 118).

#### **3.2.3.2.10- Proibição de atacar certas zonas**

É comum os beligerantes acordarem que certas áreas sejam colocadas fora da zona de operações, o que pode ser feito numa base temporária ou permanente. Estas podem dizer respeito ao estabelecimento de zonas de segurança onde os civis podem ser concentrados, zonas neutras, locais sem defesa ou zonas desmilitarizadas. Desde a adoção da I e IV CG que é reconhecido que durante o tempo de paz, um Estado pode declarar que na eventualidade de um conflito armado, uma determinada área deve ser considerada como área de segurança. Após o início de um conflito armado, zonas de segurança e sanitárias podem ser criadas em território ocupado, tal como também pode ser estabelecida uma área neutra no teatro de operações (idem: 98).

O DIH proíbe qualquer ataque a locais sem defesa, sendo desejável protegê-los. Era do entendimento geral que estes não deviam conter instalações fortificadas, continuando a ser objeto de discussão, se um local defendido por armamento antiaéreo, destinado à proteção contra um ataque ilegal, o torna defensável (Fleck, 1995: 186).

#### **3.2.3.2.11- Proibição de atacar bens de carácter civil**

---

<sup>34</sup> O artigo 43.º dispõe que “ 1 - As forças armadas de uma Parte num conflito compõem-se de todas as forças, grupos e unidades armadas e organizadas, colocadas sob um comando responsável pela conduta dos seus subordinados perante aquela Parte (...). Essas forças armadas devem ser submetidas a um regime de disciplina interna que assegure nomeadamente o respeito pelas regras do Direito Internacional aplicável nos conflitos armados”. O Artigo 44.º estipula que “3 - Para que a proteção da população civil contra os efeitos das hostilidades seja reforçada, os combatentes devem distinguir-se da população civil quando tomarem parte num ataque ou numa operação militar preparatória de um ataque. Dado, no entanto, existirem situações nos conflitos armados em que, devido à natureza das hostilidades, um combatente armado não se pode distinguir da população civil, conservará o estatuto de combatente desde que, em tais situações, use as suas armas abertamente”.

A proibição de atacar certos bens constitui um importante avanço dos Protocolos relativamente às CG, as quais se limitavam a prever a assistência às populações vulneráveis e salvaguardar os bens necessários à vida dos civis em território ocupado (Deyra, 2001: 65).

Esta proibição não se coloca, quando estes bens são destinados à subsistência das forças armadas, ou quando são por elas utilizados para fins militares.

A *Convenção sobre a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado*, de 1954 (e o seu I Protocolo da mesma data), começou por reconhecer no seu Preâmbulo que os danos causados aos bens culturais pertencentes a qualquer governo, constituem atentados ao património cultural de toda a humanidade, dado que cada povo traz uma contribuição para a cultura mundial (Dos Santos, 2001: 741-742). Posteriormente foi adotado um segundo Protocolo em 1999, com vista a reforçar a proteção deste património.

O I PA<sup>35</sup> impõe uma obrigação mais restrita de respeito pelos bens culturais, já que não prevê qualquer derrogação. Os ataques contra os bens civis, que devem estar munidos de um sinal especial de identificação, podem constituir uma infração grave (Deyra, 2001: 66).

O artigo 56.º do I PA<sup>36</sup> proíbe o ataque a instalações que contenham forças perigosas. Deyra (idem: 158) salienta, no entanto, que os Estados que não sejam Partes do Protocolo não se encontram vinculados pelas obrigações decorrentes do mesmo, podendo atacar este tipo de instalações, respeitando os princípios da proporcionalidade e as normas referentes ao sofrimento desnecessário, o que faz com que a sua liberdade esteja limitada.

Como relembra Deyra (2001: 66) a proibição de ataques e represálias diz expressa e unicamente respeito às barragens, diques e centrais nucleares e a outros objetivos militares que se encontrem sobre, ou na proximidade destas obras. Esta lista é exaustiva e outras obras, passíveis de libertar forças perigosas não são cobertas pela proteção, contudo devem-se respeitar sempre os princípios da proporcionalidade, da

---

<sup>35</sup> O seu artigo 53.º proíbe ” “Cometer qualquer ato de hostilidade contra monumentos históricos, obras de arte ou lugares de culto que constituam património cultural ou espiritual dos povos; utilizar esses bens para apoio do esforço militar e fazer desses bens objeto de represálias”.

<sup>36</sup> Como estipulado no artigo “As obras ou instalações contendo forças perigosas, tais como barragens, diques e centrais nucleares de produção de energia elétrica, não serão objeto de ataques mesmo que constituam objetivos militares, se esses ataques puderem provocar a libertação dessas forças e, em consequência, causar severas perdas na população civil”.

necessidade e da humanidade, evitando sofrimentos desnecessários, o que constitui, pelo menos de certo modo, uma salvaguarda.

#### **3.2.3.2.12- Ambiente**

Uma limitação quanto às armas que causem um sofrimento desnecessário foi introduzida pelo I PA pelo artigo 35.º n.º 3<sup>37</sup> que formula um novo princípio básico, no que concerne aos métodos e meios de combate. Como enfatiza Green (2000: 127) este princípio tem origem no Direito Consuetudinário, o que significa que, é proibido utilizar meios e métodos de combate que tenham como objetivo, ou que seja de esperar que causem danos em larga escala, severos ou a longo prazo ao meio ambiente. Este princípio constitui uma confirmação da *Convenção sobre a Proibição do Uso Militar ou de Qualquer Outra Utilização Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental*.

#### **3.2.3.2.13- Armas**

Todas as restrições aos meios e métodos de combate e ao armamento que pode ser utilizado durante um conflito armado, destinam-se a proteger os combatentes e os não-combatentes do sofrimento desnecessário e dos danos que se podem prolongar para além do fim das hostilidades, salvaguardar os direitos humanos de todos os que fiquem em posse do inimigo e a facilitar a restauração da paz (idem: 128).

De acordo com Green (idem: 128-129) na ausência de uma norma específica de DIH relativamente a um tipo de armamento, restringindo ou controlando o seu uso, a utilização das armas está sujeita às normas gerais do DIH<sup>38</sup>, sendo a questão da legalidade decidida de acordo com as mesmas, especialmente as que dizem respeito ao sofrimento e à proporcionalidade.

É de salientar que a opinião pública desempenhou um papel importante na adoção dos tratados que proíbem diversas armas, pelos danos por vezes irreversíveis e o sofrimento humano causado, o que demonstra que o conceito de letalidade pode ser relativo e não deve ser o único a ser tido em consideração (Couplan e Loye, 2000: 2).

É certo que os armamentos que vão surgindo constituem um importante desafio ao DIH, mas parece-nos que este se denota mais ao nível do controlo e

---

<sup>37</sup> Este dispõe que é “proibido utilizar métodos ou meios de guerra concebidos para causar, ou que se presume que irão causar, danos extensos, duráveis e graves ao meio ambiente natural”.

<sup>38</sup> É de destacar o artigo 3.º comum às quatro CG. Este artigo permite garantir um mínimo humanitário em todas as circunstâncias, inspirado na *Cláusula de Martens*. No mesmo sentido o artigo 36.º do I PA indica que “durante o estudo, preparação, aquisição ou adoção de uma nova arma, de novos meios ou de um novo método de guerra, a Alta Parte Contratante tem a obrigação de determinar se o seu emprego seria proibido, em algumas ou em todas as circunstâncias, pelas disposições do presente Protocolo ou por qualquer outra regra do Direito Internacional aplicável (...)”.

responsabilização da sua utilização, pois os efeitos que podem causar já se encontram regulamentados, sendo muitos dos quais proibidos pelos seus efeitos indiscriminados ou excessivos (armas químicas, minas antipessoais ou as *munições cluster*)<sup>39</sup>.

### 3.2.4 - Prevenção das infrações, supervisão e sanções

Em diversos países, muitas das infrações ao DIH são também consideradas delitos face ao Direito Penal e julgadas como tal. Porém, nem todos os sistemas jurídicos conferem jurisdição aos seus tribunais, quando a vítima ou o infrator são estrangeiros, ou a infração foi cometida fora do seu território. Todavia, como os crimes de guerra são infrações ao Direito Consuetudinário, que todos os Estados têm interesse em defender, a jurisdição sobre os mesmos é universal. Assim, o DIP permite o julgamento se o sistema local aceitar esta responsabilidade, o que fez com que muitos Estados alterassem a sua Lei Penal, de modo a assumir esta responsabilidade extraterritorial. No que concerne aos membros das forças armadas de um Estado, não há necessidade de recorrer à jurisdição universal, uma vez que o Estado é responsável pelo comportamento dos membros das suas forças, salvo se este não assumir as suas responsabilidades (Green, 2000: 278).

Na perspetiva de Dutli (1998: 248-249) o conceito de crimes de guerra é mais extenso do que o das violações ao DIH, uma vez que inclui para além dos atos enumerados nos artigos 50.º, 51.º, 130.º e 147.º das quatro CG<sup>40</sup>, 11.º e 85.º do I PA respetivamente, outras violações do DIH, tanto consuetudinárias, como as resultantes de outros tratados, independentemente de estas terem sido cometidas em situações de conflito armado internacional ou não-internacional.

A maior inovação, relativa à supervisão do cumprimento das obrigações decorrentes do DIH surge com o I PA, através da criação de uma Comissão Internacional para o Apuramento dos Factos (artigo 90.º), de carácter permanente que entrou em vigor em 1992. A pedido de um beligerante pode examinar alegadas violações. Se o inquérito comprovar a infração, as partes têm a obrigação de lhe pôr

---

<sup>39</sup> Há armamentos que se encontram regulamentados através de convenções internacionais, como a *Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização de Armas Químicas e sobre a sua Destruição*, a *Convenção de Otava* ou a *Convenção sobre Munições Cluster*.

<sup>40</sup> Estes artigos dispõem que as infrações graves são o homicídio intencional; a tortura ou os tratamentos desumanos, compreendendo as experiências biológicas; o facto de causar intencionalmente grandes sofrimentos ou de ofender gravemente a integridade física ou a saúde; a destruição e a apropriação de bens não justificados por necessidades militares e executados em grande escala, de forma ilícita e arbitrária; obrigar um prisioneiro de guerra a servir nas forças armadas da Potência inimiga, ou o propósito de privá-lo do seu direito de ser julgado regular e imparcialmente; a deportação ou transferência ilegais; a reclusão ilegal e a obrigatoriedade de uma pessoa protegida servir as forças armadas de uma Potência inimiga ou o propósito de privá-la do seu direito de ser julgada regular e imparcialmente.

termo (Fleck, 1995: 545-546). No entanto, esta Comissão está sujeita à aceitação prévia dos Estados, sendo que a maioria não aceitou a sua competência.

A existência de um mecanismo de sanções é essencial para a eficácia de qualquer acervo normativo, no qual se inclui o DIH. Além do principal objetivo de punir as infrações, a sua importância pode ser considerada fundamental ao nível da prevenção e dissuasão de futuras transgressões.

A diferença mais relevante entre os dois regimes (conflitos internacionais e não-internacionais), situa-se ao nível da garantia do respeito das normas aplicáveis. Em especial, o regime dos conflitos armados internacionais contém um sistema de infrações graves, que compreende a repressão penal das violações mais graves ao DIH (Baptista, 2005: 430).

De acordo com Baptista (idem: 430-431) as CG não se limitaram, porém, a sancionar as violações consideradas mais graves, tendo igualmente consagrado um conjunto de deveres dos Estados-Partes, para a efetiva repressão das infrações. Como as normas tipificadoras das infrações contêm apenas a descrição da conduta penalmente relevante, os Estados devem aprovar legislação penal que venha completar a lista de condutas criminais, prevendo as penas aplicáveis a cada infração. No que respeita ao julgamento dos eventuais criminosos, as CG consagram o dever de cada Estado julgar os criminosos nos seus próprios tribunais. Este dever incumbe não só aos Estados-Partes no conflito, abrangendo o julgamento dos seus próprios nacionais, como igualmente a qualquer Estado-Parte das Convenções.

Podemos constatar que o sistema de sanções do DIH depende da sua aplicação por parte dos Estados, uma vez que é necessária a consagração das infrações na legislação nacional, contudo é de salientar que a institucionalização dos tribunais internacionais permite, pelo menos em parte, colmatar a incapacidade, ou a falta de vontade dos Estados em cumprir as suas obrigações nos termos do DIH.

### **3.2.5.- Aplicação do Direito Internacional Humanitário em tempo de paz**

A paz internacional que constituía um ideal antigo, na qual estavam depositadas as aspirações dos povos e que inspirou diversos escritores e intelectuais, foi reconhecida como constituindo o bem supremo de toda a humanidade, sendo protegida pelo Direito Internacional e dando origem a um verdadeiro Direito da Paz a favor dos Estados e dos povos (Zourek, 1974: 43-44).

O DIH tem uma aplicação importante em tempo de paz. A difusão consiste numa obrigação de natureza convencional que tem por destinatários, tanto as forças



armadas, como o conjunto da população civil. As autoridades militares e civis devem possuir e conhecer os instrumentos pertinentes; formar pessoal qualificado, com vista a facilitar a aplicação dos textos legais e incorporar conselheiros jurídicos nas forças armadas, a fim de prestar auxílio às chefias militares. Os Estados devem igualmente prever mecanismos apropriados, para assegurar a criminalização das violações do DIH, através da adoção de legislação penal, que deverá ser comunicada aos outros Estados e sinalizar as instalações e bens protegidos (Deyra, 2001: 49-50).

Dutli (1998: 245-246) enfatiza que mesmo no decurso das hostilidades continua a ser necessário levar a cabo medidas que garantam o respeito das normas. Contudo, a ação que é desencadeada apenas após a eclosão do conflito é provavelmente escassa e tardia. A autora salienta que a aplicação efetiva do DIH requer um planeamento e uma ação preventiva. Com o objetivo de impedir e deter as violações, este acervo jurídico prevê um conjunto de medidas de implementação, que devem ser levadas a cabo por todos os Estados-Partes dos tratados e que se aplicam tanto em tempo de paz como de guerra. Estas medidas decorrem da obrigação geral de respeitar e fazer respeitar o DIH em todas as circunstâncias patente no artigo 1.º comum às CG. Com base neste princípio geral, os legisladores que conceberam as Convenções consideraram ser necessário explicitar mais precisamente como a implementação deveria ser feita e que medidas deveriam ser tomadas a nível nacional, de modo a garantir o respeito pelo DIH.

As medidas que devem ser levadas a cabo para a implementação do DIH são complexas e envolvem diversas esferas da atividade governamental e setores da vida pública. É essencial uma cuidadosa interação e coordenação por parte de todos os ministérios, administrações públicas, entidades estatais e outras instituições. Isto pode ser conseguido através do estabelecimento de mecanismos apropriados, especialmente da criação de órgãos vocacionados para tratar de questões relacionadas com a aplicação do DIH a nível nacional (idem: 251).

### **3.2.6- Considerações finais**

Devemos evidenciar que não existe relação direta entre o armamento moderno mais sofisticado e a maciça morte de civis. Esta pode ou não acontecer, sendo certo que o aumento dos civis mortos nas guerras contemporâneas se deve menos ao armamento utilizado e mais a deliberadas políticas de genocídio feitas até com armamento muito pouco sofisticado, como no caso do Ruanda. No entanto, como salienta Dutli (idem: 257) nas I e II Guerras Mundiais, o desenvolvimento da tecnologia militar contribuiu para um aumento das fatalidades e da destruição. Nos combates modernos, por vezes, os

ataques com mísseis e os bombardeamentos não fazem distinção entre combatentes e não-combatentes, ou entre bens civis e objetivos militares.

De facto, as populações civis são consideradas como alvo, de modo a destruir a base de apoio das forças opositoras, pelo infringir de danos físicos e psicológicos. Os problemas relacionados com a guerra não se limitam aos ferimentos e às mortes. As pessoas morrem tanto em virtude do impacto indireto da guerra, como de ferimentos, pois o combate destrói os meios de subsistência, pela interrupção das transações económicas e das atividades sociais (Ho-Won, 2002: 57-58), daí se poder inferir que a violência se aplica a todos os setores da vida social.

A guerra assume diversas formas. A sua forma, intensidade, número de vítimas, motivos e armamento são variáveis. Contudo, há uma característica da guerra que pode ser considerada universal ao longo do tempo e do espaço: a guerra constitui uma tirania. Esta afirmação está relacionada com o facto, de as pessoas que não tiveram qualquer influência no início da guerra serem incluídas num mecanismo de combate, mobilizado para defender o território, os valores e a identidade coletiva da agressão. Sem desejo de lutar, as vítimas têm de tentar sobreviver (Flint, 2005: 3-4).

É impossível prever o futuro. Todavia, parece quase certo que irão continuar a existir guerras e, como consequência, vítimas. Também constitui um facto, que durante os primeiros anos do século XXI, os instrumentos, aparelhos e mecanismos para a proteção das vítimas da guerra serão os que conhecemos atualmente. Então, coloca-se a questão de saber que proteção podem as vítimas dos conflitos de amanhã esperar dos instrumentos, aparelhos e mecanismos de hoje (Kalshoven, 2007: 729).

Não pretendendo discutir estes instrumentos artigo a artigo, Kalshoven faz um comentário ao artigo 1.º comum às CG, que tem em vista respeitar e assegurar o respeito pelas Convenções em todas as circunstâncias. O autor prevê que continuará a ser invocado com frequência pelo CICV, sempre que queira gentilmente fazer com que os governos tomem uma atitude relativamente a violações maciças do DIH num conflito em curso, ou pelos beligerantes interessados.

As medidas nacionais de implementação e imposição do DIH, previstas nas CG e noutros instrumentos continuarão a ser insuficientemente aplicadas, não assegurando uma proteção satisfatória das vítimas, especialmente nos CANI. Desde modo, devem ser envidados esforços para aumentar o seu cumprimento a nível interno. A educação constitui a palavra-chave a este nível e, é simultaneamente, uma indicação sobre onde começam as dificuldades. Não existe razão para acreditar que estes esforços possam

deixar de ser realizados num futuro próximo. Devemos recordar que nas sociedades atuais, o conhecimento entre a opinião pública das disposições do DIH é na melhor das hipóteses diminuto (idem: 729-730).

Como relembra Dupont (2001: 59-60), as normas de DIH adquiriram uma importância universal, contribuindo para modificar a questão dos meios e métodos de combate. É precisamente esta evolução das ideias, que está na origem dos esforços da comunidade internacional para se dotar de instrumentos mais eficazes para prevenir e reprimir as violações do Direito. Depois de ter servido a causa da guerra, o Direito não cessa de desenvolver instrumentos para a limitar.

De acordo com o conceito clássico de guerra justa, o soldado lutava para preservar a vida daqueles ameaçados pela violência. A função do soldado foi, é e será a de combater para assegurar que a ordem e a segurança não desapareçam, sempre respeitando as normas humanitárias existentes.

### **3.3- Algumas dificuldades decorrentes da aplicação das normas de Direito Internacional Humanitário nos conflitos armados do século XXI**

#### **3.3.1- Introdução**

Os Estados são, além do cumprimento das suas obrigações legais, igualmente responsáveis por assegurar o bem-estar dos seus cidadãos, através da prestação de bens públicos, como a sua segurança física, que sustentam o contrato social entre o Estado e o seu povo. O princípio da humanidade, que atua para proteger a população (combatentes e não-combatentes) e a sua propriedade (Schmitt, 2010: 799) está ligado à função da ordem militar nos Estados e na sociedade.

À luz desses interesses, muitas vezes contraditórios, os Estados devem fazer escolhas políticas, na forma de tratados ou práticas, quanto à sua acomodação mais eficiente. Naturalmente, todas as decisões políticas são contextuais, no sentido de se basearem em circunstâncias passadas, existências ou previsões (idem).

Como relembra Schmitt quando as circunstâncias mudam, a suficiência percebida de um equilíbrio particular de necessidade militar e humanidade pode ser colocada em questão. Em resposta pode confirmar, rejeitar, retificar ou complementar o DIH atual. Interpretar a aplicação da legislação em vigor também pode ser resultante do aparecimento de novas circunstâncias, constituindo muitas vezes uma válvula de escape para a justificação de determinadas ações.

### **3.3.2- As normas de Direito Internacional Humanitário nos conflitos armados contemporâneos**

A guerra inevitavelmente envolve morte e destruição, sendo que a única maneira de impedir que tal aconteça é evitar que esta situação ocorra. O propósito do DIH é reduzir o sofrimento humano e os danos causados no decurso de um conflito, pelo que se trata de um Direito restritivo. No desenvolvimento de normas legais para aplicação em situações de conflito é, portanto, essencial ter em consideração a realidade do conflito e as evoluções que se vão registando em termos de intervenientes, meios e métodos de combate, sendo de ter em especial atenção as interpretações dúbias das suas disposições, pelos riscos que acarretam em termos de cumprimento pelas várias partes envolvidas num conflito armado (Schmitt, 2010: 799).

Questiona-se atualmente se uma certa leitura da lei terá contribuído para a proliferação da violência e não para a sua contenção e se alguns ataques não foram contidos por um uso extensivo do DIH. Para Weizman (2010: 12) uma certa interpretação e uso da lei permitiu, não só a justificativa da violência, mas fundamentalmente, o infligir de maiores níveis de destruição.

Para o autor (idem: 13) as novas fronteiras do desenvolvimento militar, que complementam a evolução na área da vigilância e da distinção, estão a ser exploradas através de uma combinação de tecnologias legais e complexas práticas institucionais que são agora muitas vezes referidas como *lawfare*, ou seja, a utilização do Direito como arma de guerra. Esta justificação de muitos atos através da lei constitui, em nosso entender, uma evolução que pode fazer perigar o respeito pelo DIH por parte dos diversos intervenientes, encontrando os mesmos alguns subterfúgios legais para o não cumprimento de algumas regras essenciais estabelecidas, em especial no que concerne à distinção entre civis e militares e entre objetos civis e objetivos militares.

O DIH é um corpo de leis que tem sido desenvolvido com a contribuição militar. Como resultado, não é aceitável que estes tenham o direito de violar a lei justificada pela necessidade militar ou por exigências dos imperativos militares. Atualmente o alcance juridicamente relevante da necessidade militar está limitado a (i) áreas do Direito que não são adequadamente tratadas pela lei existente. Contudo, quando em algumas áreas existam lacunas, a necessidade militar deve ser sempre equilibrada com os imperativos humanitários numa equação de proporcionalidade e é somente quando a necessidade militar supera estes imperativos que uma ação é permitida. E a (ii) certas

disposições específicas previstas em tratados que permitam explicitamente determinadas atividades (Fenrick, 2005: 168).

Existe outro paradoxo estrutural, pois quando as leis da guerra proíbem alguma coisa, autorizam outras. Assim, é definida uma linha entre o que é permitido e o que é proibido. Esta linha não é estável, mas sim, dinâmica e elástica, e o seu caminho é complexo e está em constante mudança. Uma intensa luta é conduzida em torno desta linha com a finalidade de moldar este limite de acordo com diferentes objetivos estratégicos (Weizman, 2010: 14).

A proporcionalidade constitui um princípio clássico do DIH, que proíbe um ataque indiscriminado, no qual se possa esperar que cause a perda accidental de vidas civis, ferimento de civis, danos a objetos civis, ou uma combinação de ambos, que seriam excessivos em relação à vantagem militar concreta e direta prevista. O dar e receber da necessidade militar e do humanismo é evidente na natureza relativa dos termos “excessivo” ou “dano colateral” (Schmitt, 2010: 804-805).

O conceito é importante porque os objetivos militares, os civis e os objetos civis estão muito frequentemente localizados na mesma área. Os civis e os objetos civis não têm imunidade absoluta sobre os efeitos do combate. Alguns ataques são lícitos, a menos que causem perdas civis desproporcionais. Não é possível determinar se as vítimas civis são legítimas ou ilegítimas até que haja determinações para saber se o ataque que causou a morte de civis foi dirigido contra um objetivo militar e se, a resposta for positiva, se foi antecipado que iria resultar num número desproporcionado de vítimas civis (Fenrick, 2005: 174-175). A palavra proporcionalidade não é usada no I PA, mas está implicitamente contida em várias disposições constantes nos artigos 51.º, 57.º e 85.º, as quais se referem a uma proibição de ataques indiscriminados.

De acordo com Schmitt (2010: 804-805) existe uma contradição ao constatar-se que se pode travar um ataque legal, se a vantagem militar que reverte para o atacante for pequena, enquanto um elevado número de danos colaterais podem ser justificados se a vantagem militar correspondente for considerável, o que acarreta o risco de abusos que não protegem a população civil.

Estas constatações demonstram a fé no Direito Internacional de uma maneira que necessita de ser problematizada na era do *lawfare*, quando entrar na área do Direito e falar em seu nome pode ser uma parte do problema (Weizman, 2010: 16).

Como relembra Schmitt (2010: 796) não há princípio mais central para o DIH, nem mais mal compreendido, do que a necessidade militar. Este tem sido utilizado para

justificar abusos durante conflitos armados e impor restrições impraticáveis e perigosas para aqueles que lutam, uma vez que podem colocar em questão o cumprimento das normas em geral. Os conflitos contemporâneos, bem como os esforços em curso para esclarecer a aplicação do DIH aos mesmos, ainda não foram totalmente clarificados, dada a multiplicidade dos atores envolvidos e as características dos conflitos, que levantam dúvidas em relação à sua qualificação.

A vantagem militar adquirida num ataque bem-sucedido a um objetivo militar pode variar dependendo das circunstâncias. Por exemplo, um ataque sempre dá ao atacante uma vantagem militar, mas a extensão da vantagem militar concreta e direta que ganhou pode variar. Também deve ser notado que todos os civis que não participem diretamente nas hostilidades devem ser incluídos no lado das perdas civis. Os civis, que trabalham em fábricas de guerra também são civis, embora contribuam para o esforço de guerra e nesta situação possam ser alvo de ataques. São civis também os que se colocam, ou são colocados por outros nas imediações dos objetivos militares, nesta última situação o ato é punível criminalmente (Fenrick, 2005: 176).

Se um ataque não for considerado ilegal, então a resultante morte, ferimento ou dano não será passível de constituir um crime, pelo que cada ataque deverá ser analisado adequadamente tanto pelos beligerantes como, caso se suspeite de abusos, pela própria comunidade internacional e demais entidades competentes.

É de salientar que a *Cláusula de Martens* demonstra que o DIH é excluído de qualquer afirmação positivista, no sentido de que tudo o que não é proibido na lei internacional é permitido. Consequentemente, a mera ausência de uma regra expressa sobre o DIH não justifica necessariamente uma ação sobre a base da necessidade militar, as ações de guerra devem igualmente refletir o respeito pelos princípios da humanidade (Schmitt, 2010: 800).

A defesa e a violação consecutiva ou simultânea do Direito Internacional não podem ser entendidas como uma contradição simples, mas como a própria lógica do poder operativo da lei e como um sinal discursivo no campo de batalha, tal como da sua falta de lógica (Weizman, 2010: 19), pelo que é necessário estar atento a esta evolução, analisando-a e denunciando-a publicamente, para que práticas abusivas não se transformem em regra, passando a constituir uma espécie de exceção, que se pode institucionalizar através do costume.

Como salienta Fenrick (2005: 183-184) outra questão importante na atualidade são os mecanismos de responsabilização dos intervenientes num conflito armado. Todas

as pessoas mortas ou feridas em combate podem ser vítimas de um crime de guerra, se forem mortas ou feridas pelo uso de armas ilegais, ou como resultado de uma traição. O artigo 8.º do Estatuto do TPI referente aos crimes de guerra indica que uma das violações das leis ou costumes da guerra inclui o emprego de armas venenosas ou outras armas calculadas para causar sofrimento desnecessário. Ainda de acordo com o autor, apesar de não existirem precedentes judiciais sobre a morte de pessoas por uso de armas ilegais, podem-se vislumbrar situações como a utilização de armas químicas pelo Iraque durante o conflito Irão-Iraque entre 1980-1989 como ilegais, pelo que os mortos nestes incidentes, até mesmo os combatentes, seriam vítimas de crimes de guerra.

Dada a exposição à ação jurídica internacional as tecnologias legais devem complementar o desenvolvimento da tecnologia de aquisição de alvos para a seleção de alvos legítimos através da neutralização dos alvos e utilização de armas inteligentes, como as tecnologias de aviso (*target acquisition*). Os espaços de combate são ambientes desorganizados, perigosos e confusos. Transmitir uma advertência pode pretender salvar uma vida, mas também pode, em princípio, ter a vantagem de tornar alvos legítimos aqueles cuja destruição teria sido uma violação da lei (Weizman, 2010: 21). Outra situação é avaliar o tipo de tecnologias utilizadas, para aferir da sua compatibilidade com o DIH, não deixando margem para que os Estados se sintam livres para conduzir as suas operações militares tendo apenas em consideração os critérios da eficácia e da necessidade militar.

Os princípios da necessidade militar e da humanidade coexistem num equilíbrio frágil no DIH. Por um lado, a guerra não pode ser realizada sem restrições, pois os Estados são responsáveis pelo bem-estar das suas populações (incluindo dos combatentes) e devem, portanto, acordar com inimigos potenciais as limitações que salvaguardem os seus interesses. Além disso, a História tem demonstrado que forças indisciplinadas são difíceis de conduzir e controlar, incentivam o inimigo a combater e antagonizam a população em áreas sob o seu controlo (Schmitt, 2010: 837).

### **3.3.3- Considerações finais**

Green (2000: 66) considera que uma vez que o I PA rege os conflitos internacionais e o II PA diz respeito aos conflitos não-internacionais a definição destes últimos deve ser salientada. O artigo 1.º do II PA define o campo de aplicação de um conflito não-internacional entre as forças armadas de uma Alta Parte Contratante e as forças armadas dissidentes, que satisfaçam um conjunto de critérios de organização, comando e controlo.

Na perspetiva do autor (idem: 66-67), a definição prevista no II PA, além de ser mais rigorosa que a das CG, é tão rígida que exclui a maioria das rebeliões e provavelmente não será aplicada numa guerra civil, até que os rebeldes tenham conseguido controlar parte do território e estabelecido uma forma de organização.

Para Carmona (2002: 368-369), mais do que um problema de aplicação, a questão que se tem colocado é a da justificação da permanência da distinção entre os conflitos armados no DIH, o que implica a existência de um regime de menor proteção humanitária para os conflitos não-internacionais. De acordo com a autora, além das questões específicas do Direito Penal Internacional e do DIH, a crescente relevância internacional dos conflitos não-internacionais tem sido um traço marcante da evolução recente do DIP, consubstanciada na qualificação destes como ameaças à paz e à segurança internacional. Neste contexto é possível traçar uma estratégia de solução da deficiência da proteção humanitária nestes conflitos através da sua internacionalização.

O problema insere-se, assim, na complexidade da relação entre soberania e direitos humanos e, como tal, quer a estratégia da internacionalização dos conflitos, quer a estratégia da criação de um regime penal para estes conflitos, terão que ser equacionadas nesta perspetiva (idem: 369). Esta situação tem tido a resistência de diversos Estados, além do facto de em determinadas situações (quando não exista a intervenção de uma terceira parte), a internacionalização resultar de uma avaliação subjetiva da magnitude dos efeitos do conflito armado.

De acordo com Carmona (idem: 369) enquanto um Estado que negue que os seus opositores estão envolvidos numa luta pela autodeterminação prevista no I PA, pode acusá-los de violação das disposições das CG, do I PA e das leis e costumes da guerra, o mesmo não acontece nos CANI, dado não existirem disposições penais previstas no II PA. Todavia, uma vez que o artigo 3.º comum às CG é aplicável a estes conflitos, e proíbe certos atos, os infratores podem ser responsabilizados por terem desrespeitado as normas do referido artigo, o que é confirmado pelo Estatuto dos dois Tribunais Internacionais *ad hoc* para o Ruanda e Ex-Jugoslávia. Ainda na perspetiva da autora, caso não seja criado um tribunal para o conflito, o cumprimento do Protocolo ficará a cargo das autoridades governamentais do país, ou da autoridade dissidente, que julgarão os incumpridores, o que pode levantar dúvidas quanto à imparcialidade do julgamento. O TPI veio solucionar algumas das lacunas existentes em termos de responsabilização, contudo o facto de nem todos os Estados terem decidido tornar-se partes do Estatuto de Roma levanta ainda inúmeros problemas, sendo necessário um



encaminhamento da situação por parte do Conselho de Segurança ao Tribunal com base numa ameaça à paz e à segurança internacionais.

### **3.4- Algumas alterações nos conflitos armados atuais decorrentes da revolução dos assuntos militares**

#### **3.4.1- Introdução**

O significado da guerra e as suas dimensões organizacional e espacial transformaram-se em formas complexas que têm consequências para os direitos humanos. A robótica militar não só revolucionou a guerra, mas pode colocar em questão muito do nosso entendimento sobre a guerra moderna, o que constitui o campo de batalha, o estatuto formal dos civis e as principais questões éticas relacionadas com o comando e a responsabilização. Existe uma desconexão entre os novos meios de combate e o DIH (Bhatt, 2012: 818-819), a cujos desafios se tem de responder.

As revoluções tecnológicas levaram a uma compreensão diferente do que constitui o campo de batalha como um espaço jurídico, social e geográfico, em que a violência é considerada legítima. Se não formos capazes de responder a esses processos, então a ambiguidade jurídica que é uma característica social, poderá fazer surgir situações complexas e de abusos. Se a visão dos direitos humanos e do DIH universais escapar aos limites normativos nestes processos, podem talvez tornar-se vivas em sociedades formas novas e imprevisíveis de violência (idem: 826) com consequências potencialmente nefastas para civis e militares, não esquecendo, no entanto, que muitas das violações do DIH são também cometidas com armas primitivas ou ligeiras, como aconteceu no Ruanda, Congo, Sudão ou no Afeganistão.

#### **3.4.2- As novas tecnologias aplicadas aos conflitos armados contemporâneos**

O campo das relações internacionais que trata dos assuntos político-militares sofreu três evoluções importantes. A primeira é referente à análise das questões de segurança. Traço dominante das primeiras décadas da Guerra Fria, a segurança era principalmente concebida sobre uma base nacional. Hoje é mais regional, internacional ou global, em que a proeminência dos Estados se confronta com interdependências cada vez maiores (David, 2001: 20-21).

Uma segunda evolução diz respeito ao facto de as estratégias estarem intimamente ligadas à perceção que os atores tiverem das ameaças que se exercem contra eles e dos tipos de resposta que levarem a cabo (idem: 21).

A terceira evolução diz respeito à força utilizada, para aplicar estratégias e garantir a segurança. Os meios militares refletem, em primeiro lugar, as constantes

transformações tecnológicas que influenciam o uso da força. Neste sentido, a revolução dos assuntos militares (RAM) é um indício significativo das mudanças em curso. A difusão e a disseminação das tecnologias aceleram o acesso às armas e criam um mercado mundial, no qual os mecanismos de controlo e de interdição devem ser desenvolvidos e instituídos. Finalmente, uma democratização e uma privatização da violência fazem com que os atores não-estatais entrem em concorrência com os Estados, pelo controlo sobre o uso dessa mesma força (idem: 22).

Embora não haja unanimidade quanto ao significado preciso da expressão RAM, estabeleceu-se um certo consenso quanto à coexistência de três elementos distintos: uma “revolução técnico-militar” relacionada com as aplicações militares das novas tecnologias; uma “reformulação das estratégias” e uma adaptação das diversas organizações militares, a novos conceitos de atuação e à operacionalização de novos sistemas de armas (Vaz, 2002: 30).

A RAM duplica as capacidades de visibilidade, de agilidade e de letalidade graças aos desenvolvimentos da microeletrónica, das munições de precisão e da furtividade decorrente do seu C<sup>4</sup>ISR (comando, controlo, comunicações, computadores, informações, observação e reconhecimento), perfeitamente integrado. O resultado destes fatores traduz-se no domínio pelo conhecimento do espaço de combate.

Apontam-se, assim, algumas das novas tecnologias ao serviço das forças militares como a possibilidade de cobertura satélite a nível mundial, em qualquer altura e com grande exatidão; o uso de aeronaves não tripuladas (UAVs); os avanços consideráveis na metodologia de seleção de alvos e na precisão cirúrgica dos ataques; a utilização de munições guiadas por precisão, também conhecidas por “armas inteligentes”; a possibilidade de neutralizar os sistemas de fornecimento de eletricidade, água e gás às populações e ao setor militar e industrial e a manipulação da informática como forma de perturbar o funcionamento das instituições (Leandro, 2003: 34).

Os veículos aéreos não tripulados, comumente conhecidos como *drones*, e sistemas não tripulados em geral, representam, talvez, o mais importante desenvolvimento contemporâneo de armamento militar convencional. Estes sistemas oferecem inúmeras vantagens para os militares, especialmente em relação a tarefas menos próprias, monótonas, ou perigosas. As máquinas podem operar em ambientes perigosos, pois não necessitam de padrões de higiene e treino. Tendo energia suficiente também não necessitam de descanso. E, por fim, o seu uso em situações perigosas, como missões de reconhecimento, desarmamento de bombas, ou a supressão das

defesas aéreas inimigas significa que os soldados podem ser protegidos. A sua eficácia, assim parece óbvia, do ponto de vista militar, até porque a procura de UAVs cresceu ao longo da última década (Sauer e Schörnig, 2012: 363-364).

É de salientar que brechas legais e políticas para os UAVs já estão a ser criadas. A questão que se coloca é saber se vão mudar a definição do que constitui uma guerra, se o seu uso será considerado um ato de guerra, uma ação de policiamento ou uma ação preventiva (sob o *jus ad bellum*) (Sharkey, 2011: 232). Provavelmente dependerá da sua utilização no caso específico.

Apesar de o Congresso dos Estados Unidos só se ter preocupado com o envolvimento na Líbia, o uso de *drones* para assassinatos seletivos foi realizado em pelo menos três outros países com os quais o país não está em guerra, a Somália, o Iémen e o Paquistão (idem: 233).

Este constitui um precedente perigoso que é, na melhor das hipóteses, legalmente questionável sob o DIH (idem: 233-234), o que coloca em evidência esta simbiose entre o DIH e o *jus ad bellum* cada vez mais frequente, a que já nos referimos.

Os sistemas não tripulados à primeira vista, aparentemente, permitem cumprir o DIH. Em combinação com as suas munições guiadas com precisão, as informações em tempo real, a vigilância e o reconhecimento permitem supostamente atacar com precisão suficiente para minimizar ou mesmo evitar vítimas civis e danos desnecessários, respeitando os princípios da distinção e proporcionalidade. Como os *drones* podem correr maiores riscos, voando a baixa altitude poderiam aumentar a precisão (Sauer e Schörnig, 2012: 370).

É, no entanto, de salientar que sob o princípio da distinção, apenas os combatentes são alvos legítimos de ataque. Todos os outros devem ser imunes. A mesma imunidade abrange combatentes que estão fora de combate, os que estão feridos, que se renderam ou os que estão mentalmente incapazes.

A distinção entre civis e combatentes é por si problemática, ainda mais para qualquer tipo de robô ou sistema de computador, em especial nos conflitos atuais (Sharkey, 2011: 236-237), em que há uma multiplicidade de intervenientes e funções.

Questões similares surgem para a regra da proporcionalidade. Os soldados humanos estão numa zona cinzenta quando têm de avaliar os objetivos militares face aos civis e objetos civis. Parece impossível colocar essa imprecisão em código binário. Os defensores da guerra robótica certamente têm um ponto ao argumentar que, no decurso da História, os seres humanos têm feito milhares de erros, equívocos, ou

decisões conscientes que levaram à perda sem sentido de vidas inocentes, e que os robôs, em geral, devem ser julgados à luz do que a História escrever, em vez de serem avaliados contra padrões teóricos. Isto, no entanto, levanta a questão adjacente da responsabilidade pelos atos praticados (Sauer e Schörnig, 2012: 374).

A ação humana contra o DIH pode ser responsabilizada, seja por um tribunal internacional, ou por autoridades civis. Por oposição, questiona-se quem deve ser responsabilizado pelos acidentes letais de um robô. É condição fundamental do combate que alguém possa ser responsabilizado moralmente e legalmente pela morte de inimigos.

Isso seria útil se, e somente se, existisse maneira de dar ao computador uma especificação precisa do que é um civil. As CG requerem, em algumas situações, o uso do senso comum para determinar a diferença entre um civil e um combatente, enquanto o I PA define essencialmente um civil no sentido negativo, como alguém que não é um combatente (Sharkey, 2011: 236-237).

Em geral, os defensores dos sistemas não tripulados e dos robôs esperam reduzir o sofrimento humano e a morte na guerra no curto prazo, evitando conflitos a longo prazo. A verdade é que o mesmo se pensou em relação a invenções como a metralhadora ou o armamento nuclear, mas esta situação não aconteceu (Sauer e Schörnig, 2012: 371).

Todos estes novos meios e métodos de combate têm por missão concretizar os objetivos militares, minimizando as baixas. Porém, para o conseguirem devem ser aplicados de acordo com as normas de DIH que regem os conflitos armados. Estas normas internacionais que regulam a condução das hostilidades são transpostas para regras de empenhamento específicas, que fazem a ligação entre a teoria e a prática aquando da confrontação militar (O'Donnell e Kraska, 2003: 136).

As grandes mudanças na condução dos assuntos militares, aliadas à força da jurisprudência e da opinião pública, deram origem às sucessivas alterações da estrutura normativa do DIH, em particular das CG (Leandro, 2003: 37), que permitiram ampliar a proteção de civis e combatentes.

Tendo os princípios do DIH em mente, os decisores têm de ter informação adicional precisa para que possam autorizar um ataque, recorrendo às novas tecnologias. Deste modo, torna-se essencial conhecer bem o alvo – trata-se de uma infraestrutura, de uma pessoa, de uma rede – tendo também de prever o seu efeito direto, colateral, indireto ou em cascata (O'Donnell e Kraska, 2003: 157).

Para Lawrence Freedman (2006: 21) a RAM parece pouco pertinente para prevenir as violências etnopolíticas, para contrariar as ações das guerrilhas ou dos narcotraficantes, dos extremistas religiosos, dos mercenários, dos predadores ou das máfias de branqueamento de capitais, ou para assistir as missões de paz em situações caóticas. Na perspectiva do autor o seu contributo para o exercício da diplomacia coercitiva, no caso de conflitos de baixa intensidade, parece igualmente limitado. De facto, o poder da RAM é ele próprio vulnerável a ataques contra as suas infraestruturas electroinformáticas, perpetradas por grupos terroristas ou fanáticos.

É certo que hoje as relações internacionais se desenvolvem segundo uma lógica diferente da que prevalecia no passado. E portanto, como salienta Eliot Cohen, a questão crucial não consiste em saber que tipo de guerra se tornou obsoleta, mas sim que tipo de guerra é que o futuro nos reserva. E se, como suspeito, ela vier a afetar a política internacional numa dimensão significativa, então há toda a razão para lhe chamar grande guerra (Vaz, 2002: 340).

O soldado do futuro terá como missões proteger, socorrer e apoiar. A proteção é antevista, como a utilização do vetor militar para conter a aplicação de uma força destrutiva, esteja ela ligada a uma componente terrorista, a um grupo armado ou ao comércio de droga (Freedman, 2006: 49-51), podendo incluir o próprio governo.

As leis da guerra nunca foram um fenómeno isolado. Sempre foram moldadas por fatores sociais, económicos, políticos e militares. Estes evoluíram numa ampla estrutura jurídica internacional, sendo de constatar que a definição do *jus in bello* é hoje maior do que nunca (Rosas, 1987: 219). Neste cenário de expansão, algumas normas do DIH tornaram-se também algo discutíveis, muito em virtude das novas tecnologias aplicadas ao combate e aos objetivos do mesmo, pelo que devemos refletir sobre as consequências da sua utilização de acordo com as normas do DIH. A grande questão refere-se ao controlo da sua utilização e essencialmente à responsabilização que, em última análise, deverá, em nossa opinião, recair sobre os Estados.

### **3.4.3- Considerações finais**

Não está claro que mudanças necessitam ser feitas no DIH. Estas abrangem claramente os requisitos para a distinção e proporcionalidade. No entanto, o mapeamento entre as novas tecnologias e o DIH pode ser problemático quando o detalhe operacional da nova tecnologia não é claro e muda constantemente. Alguns esclarecimentos e aditamentos ao DIH podem ser necessários, mas vai ser difícil a sua atualidade no futuro. Forças armadas constituídas por robôs autónomos são armas

indiscriminadas e desproporcionais que devem continuar a ser tratadas enquanto tal. Assim sendo, as Nações Unidas devem considerar colocá-los na lista de armas proibidas no âmbito da *Convenção sobre Certas Armas Convencionais* devido aos riscos existentes (Sharkey, 2011: 240).

O facto de um Estado agir em violação (ou não) do *jus ad bellum* não o liberta do cumprimento do *jus in bello*. Apesar desta evidência, a realidade é que na maioria dos conflitos, um lado age ilegalmente, o outro legalmente, em relação ao recurso à força armada. Na prática, esta assimetria exerce uma poderosa influência sobre a vontade das partes respeitarem o DIH (Schmitt, 2007: 40).

Existem várias formas de assimetria que influenciam a aplicação ou interpretação do DIH nos conflitos armados do século XXI. Claramente, a influência mais visível é a exercida por diferenças tecnológicas no poder militar de lados opostos. No entanto, outras motivações também reduzem a vontade dos participantes de respeitar as normas do DIH, ou, talvez mais precisamente, desviar-se delas (idem: 41).

Como salienta Schmitt (idem: 41-42) o perigo real é que as violações do DIH por um lado geralmente levam a violações correspondentes do outro, iniciando assim um ciclo vicioso de ilegalidade. As partes concordam em limitar as suas ações durante as hostilidades, já que beneficiam quando o oponente faz o mesmo. Todavia, quando a assimetria perturba a presunção e um lado viola as regras acordadas, o incentivo prático para o cumprimento por parte dos outros desaparece. O DIH começa a aparecer como se operasse em benefício dos inimigos, podendo desencadear uma dinâmica que enfraquece os alicerces deste ramo do Direito.

Por um lado, o desenvolvimento recente do DIH pode ser considerado um sucesso. As suas normas estão entre as mais extensas e detalhadas do Direito Internacional. Os seus principais tratados têm uma aceitação universal. Contudo, como analisámos basta observar o que está a acontecer nos conflitos armados mais recentes, para nos apercebermos de que estão a ocorrer sérias violações do DIH em todo o mundo. Daqui se infere, que é o cumprimento das suas normas que constitui o maior desafio com que o DIH se depara atualmente, mais do que a existência ou a adequação das suas disposições (Dutli, 1998: 245).

## Capítulo IV

### As Nações Unidas enquanto garante da salvaguarda da vida e dignidade humana – os casos da Líbia e da Síria

#### 4- As Nações Unidas enquanto garante da salvaguarda da vida e dignidade humana

*Nós, os povos das Nações Unidas decidimos:*  
*A preservar as gerações vindouras do flagelo da Guerra que por duas vezes, no espaço de uma vida humana, trouxe sentimentos indivisíveis à humanidade;*  
*A reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor a pessoa humana (...);*  
*A estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das obrigações de correntes de tratados e de outras fontes do Direito Internacional (...).*  
Carta das Nações Unidas – Preâmbulo

#### 4.1- Introdução

O Direito Internacional é uma ordem dinâmica. Como tal a noção de *jus cogens*, ao serviço dos valores fundamentais da humanidade, não pode deixar de ter em consideração as realidades da sociedade internacional (Eriksson, 2000: 161).

Após as atrocidades cometidas durante as duas Guerras Mundiais foi criada a ONU dotada de um sistema para a manutenção da paz e da segurança internacionais de aplicação universal, com o intuito de regular as relações entre os Estados através de disposições legais (artigo 2.º n.º 4 da CNU<sup>41</sup>). No seu artigo 1.º n.º 3 é afirmado que a Organização tem por objetivos alcançar uma cooperação internacional, com vista a resolver os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, promover e estimular o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que embora salvaguardando a soberania dos Estados no artigo 2.º n.º 7<sup>42</sup>, não estabelece uma proteção total da interferência nos assuntos internos, uma vez que esta disposição não prejudica a aplicação de medidas coercivas pelo Conselho ao abrigo do Capítulo VII da Carta, tanto de natureza militar como não militar.

<sup>41</sup> Este artigo dispõe no seu n.º 4 que “Os membros deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objetivos das Nações Unidas”.

<sup>42</sup> Neste artigo é indicado que “Nenhuma disposição da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervir em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado, ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercivas do Capítulo VII”.

Apesar da proibição do uso da força, exceto em casos de legítima defesa (artigo 51.º da CNU<sup>43</sup>), ou de segurança coletiva, a comunidade internacional ainda não concretizou o seu objetivo de abolir o recurso à força nas relações internacionais. Pelo contrário, o número de conflitos armados continua a ser elevado, em especial os de caráter não-internacional, com o consequente aumento do número de vítimas, o que tem exigido em muitas situações uma resposta por parte da comunidade internacional (Eriksson, 2000: 331), como se verificou recentemente na Líbia e atualmente o exige a situação vivida na Síria, consideradas situações que podem fazer perigar a paz e a segurança internacionais.

Como relembra Vítor Rodrigues Viana (2002: 31-32) longe de se ter atingido o fim da História, a situação internacional permanece volátil, incerta e complexa, como resultado das características de um sistema marcado pela heterogeneidade de modelos políticos, culturais e civilizacionais. Se é certo que se abriram novas oportunidades tendentes a uma maior cooperação e diálogo entre os Estados, também cedo se tornou evidente a tendência para o aumento da conflitualidade regional.

A tendência natural do ser humano para a guerra sempre requereu a aplicação de regras, que contribuíssem para regular a conduta das partes envolvidas num conflito. É neste contexto que surge o DIH, como um conjunto de normas convencionais e consuetudinárias que tem por objetivo resolver os problemas decorrentes dos conflitos armados, limitando os meios e métodos de combate e estabelecendo a proteção das pessoas e da propriedade que não constituam alvos militares legítimos. Daqui se infere a pertinência da sua consideração e aplicação por parte da ONU, e demais organizações por si mandatadas, na concretização dos objetivos que estiveram na base da sua constituição e que têm formado a base da argumentação de muitas das suas resoluções e relatórios, em conjunto com as normas que fazem parte do DIDH, dada a crescente interoperacionalidade entre os dois ramos do Direito nas situações de conflito atuais.

#### **4.2- O sistema de manutenção da paz e segurança internacional das Nações Unidas e normas enquadrantes – breve análise**

Tanto o Direito Internacional como as organizações internacionais se associaram a projetos de construção de uma sociedade internacional, onde os Estados partilham interesses e valores comuns (Saraiva, 2001: 16).

---

<sup>43</sup> Este artigo dispõe que “Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias (...)”.



O estatuto jurídico da ONU foi definido por decisão do TIJ em 1949, na questão sobre as indenizações devidas no caso de ferimentos ou morte dos funcionários ao serviço das Nações Unidas<sup>44</sup>. O TIJ deliberou que apesar de a ONU ter personalidade jurídica não é um Estado e, como tal, não tem os mesmos direitos e deveres de um Estado. Conquanto não é um Estado é-lhe permitido enviar forças para operações de manutenção ou imposição da paz, com base no Capítulo VII da CNU ou, segundo outros, com base nos Capítulos VI e VII, se considerarmos que as operações de manutenção da paz têm base no Capítulo VI e as de imposição da paz no Capítulo VII. De modo a exercer as suas funções a Organização teria, assim, personalidade jurídica para negociar, exercer direitos e cumprir deveres.

As operações de manutenção da paz não estavam previstas na Carta, todavia o TIJ na sua decisão de 1962 referente a certas despesas das Nações Unidas<sup>45</sup>, determinou que a Organização também é constitucionalmente competente para levar a cabo este tipo de operações, tendo estas sido enquadradas entre o Capítulo VI e VII, como fazendo parte de uma espécie de Capítulo 6,5.

Desde as primeiras missões de observação de finais dos anos 40 e das primeiras mobilizações de capacetes azuis, em meados dos anos 50, a ONU está no centro das estratégias de paz. No contexto interestatal da Guerra Fria, as estratégias de paz traduziram-se numa manutenção da paz, ou seja, excetuando algumas raras ocasiões as operações realizaram-se com o consentimento das partes em conflito. No contexto intraestatal do pós-Guerra Fria, a ONU foi mandatada para realizar objetivos de restabelecimento, imposição e de consolidação da paz, em condições muito mais arriscadas e por vezes sem a autorização das partes (David, 2001: 314).

Pode dizer-se que as operações militares da ONU incluem uma vasta gama de atividades, que vão da manutenção tradicional da paz, à imposição da paz, visando desativar e resolver conflitos. Durante a Guerra Fria, o conceito de manutenção da paz foi o único correntemente utilizado. Com a multiplicação das missões e dos mandatos, depois de 1989, novos conceitos foram propostos (idem: 314-315).

Face ao elevado número de solicitações que têm vindo a ser feitas à ONU, que têm excedido mesmo a sua capacidade de resposta, tornou-se notória a necessidade e a

---

<sup>44</sup> International Court of Justice (ICJ), *Reparation for injuries suffered in the service of the United Nations*, ICJ Advisory Opinion of 11 April 1949.

<sup>45</sup> International Court of Justice (ICJ), *Certain expenses of the United Nations* (Article 17, paragraph 2, of the Charter), ICJ Advisory Opinion of 20 July 1962. Veja-se Michael Kelly (1999), *Restoring and maintaining order in complex peace operations – The search for a legal framework*, The Netherlands: Kluwer Law International, p. 172.

vantagem de fomentar uma maior articulação e cooperação com organizações regionais – desde que dispostas a atuar no quadro regional numa ótica de segurança coletiva – promovendo a descentralização, a delegação de poderes e a cooperação com as Nações Unidas, de modo a que aquelas organizações desempenhem um papel na manutenção ou restabelecimento da paz, nos termos do Capítulo VIII da Carta (Viana, 2002: 91).

Apesar de o CSNU ter aprovado resoluções apoiando medidas deste género, com frequência pressionado pela opinião pública, tem havido relutância em impor este tipo de medidas.

A CNU, as CG de 1949 e respetivos PA de 1977 são as normas de carácter geral que regulam as operações de paz. Para além destas, para cada operação de paz são trabalhadas durante o processo de decisão um conjunto de normas enquadrantes, das quais importa destacar o mandato da força, os termos de referência as e as diretivas para os diversos governos contribuintes com forças (IAEM, 1996: 2).

O Acordo sobre o Estatuto da Força (SOFA) é um acordo bilateral entre a nação hospedeira, a organização internacional que implementa a operação de paz e os países participantes, no qual é definido o estatuto detalhado da força e dos seus elementos e o seu enquadramento jurídico, descrevendo o modo como as autoridades desejam ver aplicada a lei local (idem: 3).

Para além de seguir o princípio da imparcialidade, deve ter em conta como fatores fundamentais a independência da força em relação às autoridades locais e a sua liberdade de movimentos. Como princípio, a força de qualquer tipo só deve se usada em último recurso, quando todos os meios pacíficos de resolução do conflito falharem, no entanto, a elaboração das regras de empenhamento (ROE) considera, em geral, sempre a força armada e a força desarmada (idem).

#### **4.3- As Nações Unidas e o Direito Internacional Humanitário**

Atualmente a distinção entre operações de manutenção da paz e de imposição da paz tornou-se pouco clara. A complexidade dos conflitos em que as Nações Unidas se têm envolvido através da manutenção da paz, por vezes, em virtude de alterações do seu espetro transformam a operação de manutenção da paz em imposição da paz de acordo com o Capítulo VII, autorizada pelo CSNU a utilizar todos os meios necessários de modo a criar um ambiente seguro (Condorelli, La Rosa e Scherrer, 1995: 123).

A atitude das Nações Unidas em relação à aplicabilidade do DIH às operações de paz desenvolveu-se em resposta à posição do CICV<sup>46</sup>, de que as tropas à disposição da ONU têm de cumprir as CG e restantes normas do DIH. A posição do Comité tem sido de que os princípios de DIH reconhecidos como fazendo parte do DIC são vinculativos para todos os Estados e todas as forças armadas em situação de conflito, independentemente da natureza do conflito, do estatuto jurídico das partes ou dos territórios visados. O que é universalmente vinculativo para todos os Estados, também deve ser considerado obrigatório para a Organização universal estabelecida pelos mesmos Estados, com as necessárias adaptações (Greenwood, 1998: 18).

Ao declarar o seu compromisso em relação à aplicação do DIH, a Organização afirmou que no cumprimento do seu mandato as forças atuam em nome da comunidade internacional, não podendo ser consideradas uma “parte” do conflito, nem uma “potência” no sentido das CG. As operações de manutenção da paz das Nações Unidas devem ser vistas como objetivas e neutrais, sendo o seu único interesse no conflito o restabelecimento e a manutenção da paz e da segurança internacionais (Condorelli, La Rosa e Scherrer, 1995: 323). O que não ocorre no caso de operações de imposição da paz, em que se aplica o DIH na sua totalidade por se tomar parte no conflito armado em questão. A imposição da paz pode-se referir a uma missão militar em segurança coletiva, como é o caso da Líbia, e no sentido de operação de imposição da paz, Capítulo 6,75 em que se pode usar a força ofensivamente para além da legítima defesa, por exemplo para preservar o mandato humanitário. Em ambos os casos o DIH deve ser respeitado, uma vez que os intervenientes se tomam parte direta nas hostilidades.

As Nações Unidas procuraram reforçar a aplicabilidade do DIH às forças de manutenção da paz e fortalecer os procedimentos para a sua implementação, pelos Estados que contribuem com contingentes. Com este intuito, as regulamentações sobre o uso da força nas diversas operações, dispõem que esta deve respeitar os princípios e espírito das convenções internacionais aplicáveis à conduta do pessoal militar (Condorelli, La Rosa e Scherrer, 1995: 323-324).

Devido à responsabilidade dos Estados contribuintes em assegurar o respeito do DIH pelas suas tropas colocadas à disposição das Nações Unidas, foi inserida uma

---

<sup>46</sup> Esta posição foi expressa em diversas ocasiões, a título exemplificativo encontra-se patente no Memorando *Application and dissemination of the Geneva Conventions* de 10 de novembro de 1961 dirigido aos Estados-Partes das CG e aos membros das Nações Unidas e na Resolução XXV *Application of the Geneva Conventions by the United Nations Emergency Forces*, adotada na 20ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha em Viana no ano de 1965.

cláusula no Modelo de Acordo entre as Nações Unidas e os Estados-membros que contribuam com pessoal e equipamento, em que a missão ou a operação de manutenção da paz das Nações Unidas se compromete a cumprir e respeitar os princípios e o espírito das convenções gerais aplicáveis à conduta do pessoal militar e, que a participação dos Estados requer que estes assegurem que os membros dos seus contingentes nacionais tenham conhecimento dos mesmos (idem: 324).

Nas ações de imposição da paz levadas a cabo pelos Estados sob autorização do CSNU, o controlo e comando operacional é dos Estados que conduzem a operação, tal como a responsabilidade internacional pela conduta das suas tropas (idem: 330).

Ao autorizar uma operação sob comando e controlo dos Estados, as Nações Unidas detêm uma responsabilidade residual pela condução da operação, estando também vinculadas pela obrigação de assegurar o respeito por parte dos Estados dos princípios e espírito das CG, como disposto no artigo 1.º comum às quatro CG.

A questão relativa à lei que se aplica às forças das Nações Unidas envolvidas como combatentes num conflito armado de carácter não-internacional e se a sua intervenção internacionaliza o conflito, ainda não suscitou problemas de maior. Tem sido posição dominante que o Direito aplicável às forças da ONU nesta situação deve ser, pelo menos em certa medida, a lei aplicável aos conflitos internacionais. Primeiro, porque a atual distinção entre conflitos internos e internacionais é cada vez mais difícil de manter, numa época em que a maioria dos conflitos internos tem uma escalada de violência, destruição e sofrimento humano igual à dos conflitos internacionais; em segundo lugar, porque a intervenção de uma terceira parte num conflito interno, de facto, internacionaliza o conflito (Condorelli, La Rosa e Scherrer, 1995: 333).

Também no contexto da obrigação consuetudinária de respeitar e fazer respeitar as regras do DIH a Organização assume a responsabilidade de reprimir as infrações graves cometidas pelos membros das suas forças armadas, tal como fazer cessar as infrações menos graves. Na prática, constata-se que a Organização não dispõe dos mecanismos necessários para reprimir estas infrações e que esta tarefa compete aos Estados que fornecem os contingentes colocados à disposição da Organização, devendo esta zelar para que estes cumpram as suas obrigações (idem: 370).

Como salientam Condorelli, La Rosa e Scherrer (idem: 420) um dos principais obstáculos consiste em garantir a responsabilidade das partes no conflito em relação aos crimes de guerra durante uma operação de imposição da paz. Uma solução consiste no facto de estas operações atuarem como polícias e investigarem alegações destes atos,

prenderem os acusados e apresentarem-nos perante os tribunais locais, o que também dependerá da capacidade e imparcialidade dos mesmos.

Caso as condições de eficácia e imparcialidade não se verifiquem, então existe a necessidade de julgamentos perante Estados terceiros, ou perante um tribunal internacional, como é o caso do TPI.

#### **4.4- Líbia**

##### **4.4.1- O caso da Líbia no contexto do *jus ad bellum* e do *jus in bello***

A intervenção militar na Líbia, mandatada pela Resolução 1973 do CSNU de 17 de março de 2011, foi expressamente desenvolvida com o objetivo de proteger os civis em perigo. Não foi a primeira vez que o Conselho aprovou medidas de execução com referência à responsabilidade de proteger (R2P)<sup>47</sup>, pese embora a circunstância da referência surgir no preâmbulo da resolução. No entanto, foi a primeira vez que autorizou o uso da força com o objetivo de proteção humana contra a vontade do governo de um Estado em exercício de funções (ao contrário do que está a ocorrer na Síria), que se tornou posteriormente objeto de uma campanha de mudança de regime prosseguida por forças rebeldes e apoiada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Dembinski e Reinold, 2011: 1).

Os Estados olham cada vez mais para as organizações regionais como fornecedores de segurança, e estas moldam de forma progressiva o leque de opções políticas que estão disponíveis para os atores estatais (idem: 2), com base, é certo, nas disposições previstas na CNU no seu Capítulo VIII. Porém, há que ter em atenção em que moldes o irão fazer, tendo em consideração o respeito pelos princípios do Direito Internacional no qual se inclui o *jus ad bellum* (cerne da análise sobre a R2P), o DIH e o DIDH e respetivos mecanismos de responsabilização.

Assumir a R2P e dar-lhe base doutrinária, política e vida institucional aos níveis nacional, regional e internacional pode ajudar a congregar a vontade política para tomar decisões difíceis, como forma de evitar atrocidades semelhantes às testemunhadas em Srebrenica e no Ruanda. No coração da R2P está a noção de que a soberania dos Estados não confere apenas direitos, mas também responsabilidades (Winkler, Rød-Larsen e Mikulaschek, 2010: 23).

---

<sup>47</sup> É de salientar a resolução 1674 do CSNU adotada a 28 de abril de 2006, que reafirma as resoluções 1265 (1999) e 1296 (2000) relativas à proteção de civis em período de conflito armado, as diversas resoluções sobre crianças em período de conflito armado, tal como as relativas à temática das mulheres, paz e segurança e a resolução 1631 (2005) sobre a cooperação entre as Nações Unidas e as organizações regionais na manutenção da paz e da segurança internacionais.

Esta decisão da comunidade internacional resulta da necessidade de resposta face a violações massivas do DIDH e do DIH, neste último caso, devemos lembrar, quando a situação atinge a categoria de um conflito armado.

Além do princípio da reta intenção, tanto a escala, a duração e a intensidade da intervenção militar devem ser o mais possível controladas, para garantir o objetivo humanitário em questão. Os meios têm de ser compatíveis e estar em linha com a magnitude da provocação original. O efeito sobre o sistema político do país visado deve ser limitado, uma vez mais, ao que é estritamente necessário para realizar a finalidade da intervenção (Dembinski e Reinold, 2011: 5).

O CSNU, como vimos, é o principal responsável pela manutenção da paz e segurança internacionais. Primeiro, os Estados devem em todos os casos procurar a autorização do Conselho antes da realização de qualquer ação militar, exceto no caso de se tratar de legítima defesa. Em segundo, em casos de violações massivas dos direitos humanos, os membros permanentes do CSNU devem concordar em não usar o seu poder de veto e, terceiro, se estes exercerem o seu veto pode-se recorrer à Assembleia Geral e a arranjos regionais, procurando o subsequente consentimento do CSNU, segundo o modelo proposto no *Relatório sobre a Responsabilidade de Proteger* publicado em 2001<sup>48</sup>.

A crise na Líbia irrompeu inesperadamente no início de 2011. A revolta rapidamente se tornou violenta e os rebeldes assumiram o controlo de cidades e vilas na parte oriental do país, tendo havido ameaças claras por parte do governo líbio contra os rebeldes e a população civil (Dembinski e Reinold, 2011: 6-7).

Quando um Estado não cumpre manifestamente a sua R2P e o compromisso preventivo por parte da comunidade internacional não evita atrocidades, esta tem a responsabilidade de assumir uma ação coletiva, ainda mais quando é o próprio Estado que comete essas infrações. Tal resposta coletiva a atrocidades em massa tem de estar de acordo com o Direito Internacional e pode fazer uso de toda a gama de medidas ao abrigo dos Capítulos VI, VII e VIII da CNU. A ação militar para proteger as populações contra atrocidades em massa deve ser sempre uma medida de último recurso (Winkler, Rød-Larsen e Mikulaschek, 2010: 36).

A 25 de fevereiro de 2011, o Conselho de Direitos Humanos aprovou a resolução S-15/L.1 condenando as graves e sistemáticas violações dos direitos humanos

---

<sup>48</sup> ICISS – International Commission on Intervention and State Sovereignty (December 2001), *The responsibility to protect*, Ottawa: The International Development Research Centre.

e alertou o governo líbio para cumprir a responsabilidade de proteger a sua população. Um dia mais tarde, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1970 de 26 de fevereiro de 2011, exigindo o fim imediato da violência e estabelecendo, entre outras medidas, um embargo de armas. As Organizações regionais como a Liga dos Estados Árabes e a União Africana (UA) também reagiram condenando o uso indiscriminado e excessivo da força e armas letais contra a população civil, tendo sido posteriormente decretada uma zona de exclusão aérea.

A aprovação no CSNU da resolução 1973 de 17 de março de 2011 contou com o apoio da Liga Árabe e da UA, dando à missão militar uma inquestionável legitimidade internacional no período inicial. A resolução autorizou a criação de uma zona de exclusão aérea na Líbia e um embargo naval e deu aos Estados-membros a faculdade de adotar todas as medidas necessárias para proteger os civis, exceto a formação de uma força de ocupação estrangeira em terra. Alguns analistas leem o consenso em torno desta resolução como uma vitória histórica para uma abordagem mais intervencionista nos assuntos globais e na defesa dos direitos humanos (Garrigues, 2011: 2).

A abstenção da China e da Rússia no CSNU, apesar da relutância histórica em colocar qualquer limite ao princípio da soberania em favor dos direitos humanos, deve também ser enquadrada no contexto das revoltas árabes. Como salienta Garrigues (idem) a relativa importância geopolítica da Líbia para estes países não justifica inteiramente a sua decisão, uma vez que não confiavam suficientemente no líder líbio, como aliás ocorria com as restantes potências, o que poderá ter sido considerado como uma oportunidade para derrubar um regime incómodo desde há várias décadas. Os recursos naturais do país foram também na altura mencionados, conferindo a queda do regime uma estabilização a diversos níveis.

A campanha de bombardeamento aéreo, a primeira realizada por uma coligação de países ocidentais (a cargo da OTAN) apoiados pelo Qatar e os Emirados Árabes Unidos, começou imediatamente após a adoção pelo Conselho da Resolução 1973 com base no Capítulo VII da CNU. Inicialmente, a campanha aérea destinava-se a desativar a defesa aérea na Líbia e destruir as armas pesadas do exército. Os ataques aéreos rapidamente travaram o avanço das tropas líbias e abriram o caminho para as forças rebeldes. A organização declarou que a Operação *Unified Protector* se restringiria à aplicação da Resolução e terminaria assim que o governo líbio cumprisse três exigências: travar os ataques contra civis e áreas povoadas (desrespeito dos princípios da distinção e proporcionalidade no DIH); eliminar as bases das forças militares e

permitir o acesso humanitário ilimitado (também um princípio básico do DIH). Apesar destas garantias, surgiu rapidamente a impressão que a OTAN procurava derrubar o regime líbio (Dembinski e Reinold, 2011: 7-8).

De acordo com Evans (2011: 12-13) existem cinco critérios a serem cumpridos aquando de uma intervenção, para que esta esteja de acordo com os requisitos do *jus ad bellum*. O primeiro teste é o da gravidade do risco. O segundo é saber se o objetivo principal da ação militar proposta é, na realidade, deter ou evitar a ameaça em questão. O terceiro teste é o último recurso, se todas as opções não militares foram, se não aplicadas na prática, pelo menos exploradas. O quarto é o da proporcionalidade, se a escala, duração e a intensidade de uma ação militar proposta é a do mínimo necessário para enfrentar a ameaça em questão. E por fim, o teste da legitimidade que consiste no equilíbrio das consequências.

A única questão para Evans que surgiu sobre a Líbia foi a do cumprimento do critério da proporcionalidade da resposta na condução efetiva da operação militar.

Outros autores, como Dembinski e Reinold (2011: 12), consideram que além da controvérsia sobre a necessidade e a proporcionalidade da ação militar para proteger os civis líbios, os critérios de intenção e não-seletividade foram igualmente colocados em questão.

De acordo com estes autores, no caso da Líbia os Estados interventores claramente ultrapassaram o mandato do CSNU. Por exemplo, ao fornecer armas aos rebeldes, levantaram inevitavelmente dúvidas sobre a sua intenção (*jus ad bellum*), mas também o que nos parece mais grave com base no *jus in bello*, permitiram a capacitação de atores não-estatais que cometeram eles próprios crimes de guerra contra civis desarmados e ex-combatentes.

Em nossa opinião, para evitar futuramente uma interpretação livre dos mandatos, deveria ser introduzido um mecanismo de supervisão por parte do CSNU e da AGNU, no sentido do acompanhamento do cumprimento das disposições legais internacionais de acordo não apenas com o DIP, mas também com o DIH e o DIDH e respetiva responsabilização por infrações cometidas, o que permitiria simultaneamente uma maior democratização e legitimação das ações, além de um controlo mais efetivo e transparente em benefício da comunidade internacional como um todo.

Nada garante que após a intervenção a Líbia será um lugar melhor para os líbios e para a comunidade internacional. As divisões entre os rebeldes são motivo de preocupação, não se podendo excluir cenários como a divisão do país, a tomada de



poder por um regime autoritário ou militar, ou a continuação da guerra civil. Mas na Líbia a comunidade internacional optou por acreditar nas notícias de que o massacre poderia estar iminente (Garrigues, 2011: 5). Porém, acreditamos que independentemente dos motivos que conduziram à atuação, as violações massivas de direitos humanos e do DIH, com desrespeito dos princípios básicos da distinção, proporcionalidade e necessidade e a comissão de vários crimes de guerra e crimes contra a humanidade não poderiam ter ficado impunes, pois acarretariam o risco da prática de mais crimes contra a população civil.

De acordo com o CSNU (SC/10809) a nova Líbia quer que as suas relações com a comunidade internacional sejam baseadas no respeito mútuo e na cooperação para promover a paz e a segurança. Indicou que as prioridades da Líbia seriam os assuntos internos, particularmente em relação à segurança, mas também a reconstrução e desenvolvimento económico.

#### **4.4.2- O conflito armado na Líbia de acordo com o Direito Internacional Humanitário**

Os combates entre as forças armadas da coligação que atuaram sob orientação da OTAN mandatadas pela Resolução 1973 de 17 de março de 2011 do CSNU e as forças armadas líbias são regidos pelo DIH aplicável aos conflitos armados internacionais, isto é, às hostilidades entre os Estados. A Líbia (desde 1956), assim como os Estados envolvidos nas hostilidades, são partes das CG, sendo também a maioria signatária do I PA, tendo a Líbia ratificado o Protocolo em 1978. Acresce que existe a obrigatoriedade do cumprimento do DIC por parte de todos os Estados. Os combates entre forças líbias e grupos armados da oposição foram considerados como um conflito armado não-internacional (interno), após terem atingido os níveis de escalada, intensidade, duração e organização requeridos pelo DIH. Este tipo de conflitos de carácter não-internacional é regido pelo artigo 3.º comum às quatro CG e II PA (ratificado pela Líbia também em 1978), bem como pelas leis e costumes da guerra (ICRC, 16 de maio de 2013: 4).

O DIH (tanto num CAI como num CANI) tem como objetivo reduzir o sofrimento em tempo de guerra, que inclui a proteção de civis e não-combatentes contra os riscos do conflito armado. Centra-se na condução das hostilidades (nos meios e métodos de guerra) realizadas pelas partes, sendo o princípio fundamental o da distinção entre combatentes e civis e objetos civis que não podem ser atacados, exceto se participarem nas hostilidades, tal como os objetos que sejam essenciais à sobrevivência da população, mesmo que estejam a ser utilizados com fins militares.

A Comissão de Inquérito ao conflito líbio<sup>49</sup> recebeu relatos de roubo em pequena escala perpetrados pelas forças de Kadafi durante o conflito, tendo apurado que os *thuwar* (grupo rebelde de oposição) e outros grupos armados foram responsáveis pela pilhagem generalizada e destruição de propriedade em todo o país (A/HRC/19/68: 18). É de salientar que o país é signatário da Convenção sobre a Proteção dos Bens Culturais e respetivos Protocolos (ICRC, 16 de maio de 2013: 4), o que lhe confere obrigatoriedade de proteção e responsabilização por parte dos infratores.

O DIH oferece uma série de garantias fundamentais aos não-combatentes (civis, combatentes capturados e aqueles que são incapazes de combater devido a ferimento ou doença). Proíbe a violência e ataques à dignidade pessoal, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes.

A Comissão concluiu que as forças de Kadafi estiveram envolvidas no uso excessivo da força contra os manifestantes, causando mortes e ferimentos significativos. A natureza das lesões indica a intenção de matar e o nível de violência sugere uma política central de repressão violenta. Essas ações constituem uma violação do DIDH como uma privação arbitrária da vida (A/HRC/19/68: 6-7).

Foram encontradas provas de que as forças do governo executaram e torturaram até à morte um grande número de prisioneiros nos centros de detenção. Durante um conflito armado, estes atos equivalem à prática de crimes de guerra. Muitos dos detidos faziam parte da população civil, pelo que as execuções sistemáticas e generalizadas constituem um crime contra a humanidade. Os grupos de rebeldes, por seu turno, também foram responsáveis pela tortura e execução de apoiantes de Kadafi e supostos mercenários leais ao regime, o que constitui também um crime de guerra. Um número significativo de pessoas foram também submetidas a detenções arbitrárias e a desaparecimentos forçados por ambas as partes. A Comissão entrevistou vários ex-prisioneiros masculinos e femininos que descreveram abusos sexuais de vária índole. Esta prática foi também reportada pelas forças da oposição (idem: 9-11).

Existem alegações de que a violação foi um crime praticado na Líbia também contra a população civil durante o conflito (idem: 13-14), pelo que estas estão a ser objeto de investigação por parte do TPI (SC/11000). Caso se comprove a prática de crimes sexuais (uma das armas de guerra mais utilizadas), estes devem ser punidos não

---

<sup>49</sup> A 25 de fevereiro de 2011 o Conselho de Direitos Humanos da ONU estabeleceu uma Comissão Internacional de Inquérito sobre a Líbia mandatada para investigar as alegadas violações do DIDH e do DIH no país aquando do conflito.

apenas no seu conceito enquanto crimes de guerra, mas também no sentido de ressarcir as vítimas e a sociedade, sendo um passo fundamental no processo de reconstrução de uma sociedade pacífica.

Ainda neste âmbito encontra-se a proteção das crianças, especialmente vulneráveis em situações de conflito, tendo a Líbia ratificado a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989 e o Protocolo relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados, de 2000 (ICRC, 16 de maio de 2013: 4). Esta proteção que é devida às crianças não é assegurada quando são feitos por parte das autoridades responsáveis ataques indiscriminados ou se usam escudos humanos, além da não facilitação de prestação de assistência humanitária.

A Comissão encontrou indícios de que o governo de Kadafi e os *thuwar* terão recrutado e usado crianças menores de 18 anos nas suas forças armadas, em violação das obrigações da Líbia (A/HRC/19/68: 17-18).

Os princípios gerais do DIH aplicam-se em todos os teatros de operações. No entanto, a aplicação prática destas regras poderá exigir algumas adaptações consoante o teatro em que se desenrolar o conflito armado.

Andersson e Lagot (2012) relembram que a resolução 1973 de 17 de março de 2011 não só autorizou a criação de uma zona de exclusão aérea, mas também deu amplos poderes aos Estados da coligação para tomar todas as medidas necessárias para proteger os civis. Assim, esses Estados poderiam usar a força militar contra uma ampla gama de alvos militares, de modo a assegurar o cumprimento da zona de exclusão aérea.

Os especialistas enfatizam que o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea deve estar de acordo com o DIH sobre os métodos e meios de combate. Mais especificamente, não permite os ataques contra objetivos militares e alvos terrestres nesta área. Ataques contra civis e alvos civis, como aviões de passageiros e outras aeronaves são também proibidos.

Os aviões da OTAN voaram um total de 17.939 missões armadas na Líbia, empregando exclusivamente munições guiadas de precisão. A Organização disse à Comissão que tinha um padrão de “expectativa zero” de morte ou ferimento de civis. A maioria das munições que usou destinaram-se a evitar efeitos colaterais, pelo que foram empregues as munições necessárias para atingir os objetivos. Também foram fornecidos alertas à população na forma de folhetos e programas de rádio antes dos ataques (A/HRC/19/68: 16).

Apesar das precauções tomadas pela OTAN a Comissão registou, no entanto, incidentes de mortes de civis e danos a infraestruturas civis. A Comissão considerou, porém, que a Organização não teve deliberadamente como alvos os civis na Líbia. Para os poucos alvos registados dentro de centros populacionais, a OTAN tomou precauções para assegurar que os civis não fossem mortos. No entanto, houve um pequeno número de situações em que a Comissão não conseguiu tirar conclusões sobre a razão de ser, ou as circunstâncias dos ataques (idem: 17).

No que respeita ao armamento utilizado, além das normas referentes aos meios e métodos de combate que constam das CG e do DIHC, que se referem à abstenção de causar sofrimento ou dano excessivo, a Líbia ratificou o Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, de 1968; a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Armazenamento de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e Tóxicas e sua Destruição, de 1972; a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre sua Destruição, de 1993 e o Tratado sobre a Proibição Total de Testes Nucleares de 1996 (ICRC, 2012: 71), que restringem a sua atuação.

A Comissão concluiu que tanto as forças de Kadafi como os *thumar* lançaram munições não guiadas em áreas residenciais, em violação do princípio fundamental da distinção. As forças de Kadafi fizeram bombardeamentos sustentados em muitas vilas e cidades em todo o país durante o conflito, tendo atingido civis. O uso de armas não-guiadas, nestes casos, constituiu um ataque indiscriminado (A/HRC/19/68: 15).

Comprovou também que as forças de Kadafi utilizaram munições *cluster* (bombas de fragmentação) e minas anti-pessoal e anti-veículos não permitidas pelo DIP e pelo DIC, inclusive em áreas civis (idem: 17).

O DIDH também deve ser respeitado em situações de conflito armado. A Líbia é parte de diversos tratados internacionais de direitos humanos, incluindo o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais; a Convenção contra a Tortura (UN) e a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Esses tratados estabelecem os direitos e garantias fundamentais que lhes são inerentes e que protegem a população (civis e militares). É permitida a restrição de certos direitos em situações de emergência pública, no entanto, qualquer derrogação a estes direitos deve ser excecional e temporária e deve ser estritamente limitada às exigências da situação como salientámos no Capítulo II.

O CSNU na sua resolução 1970 de 26 de fevereiro de 2011 reconheceu ao TPI poder para julgar crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos por nacionais de Estados partes do Estatuto (S/RES/1970). Todos os Estados, incluindo os países que não são partes do Estatuto do TPI, como é o caso da Líbia (UNa), são, no entanto, obrigados pelo DIP a investigar e julgar os membros das forças armadas e os atores não-estatais envolvidos em crimes de guerra.

A Comissão concluiu que crimes internacionais, especialmente crimes contra a humanidade e crimes de guerra foram cometidos pelas forças de Kadafi na Líbia. A Comissão confirma a sua conclusão que houve atos de assassinato, tortura, desaparecimentos forçados e certos atos de violência sexual cometidos pelas forças do governo no contexto de um ataque generalizado ou sistemático contra a população civil, que constituem crimes contra a humanidade (A/HRC/19/68: 20).

Confirmou também que houve violações do DIH por parte das forças de Kadafi, que constituem crimes de guerra. As violações identificadas foram assassinato, tortura, violação e ataques contra civis e alvos civis e edifícios protegidos, unidades médicas e de transporte. Infrações ao DIH e DIDH incluem ataques indiscriminados, a detenção arbitrária, recrutamento e uso de crianças-soldado (idem: 21). Dado que o caso foi, como salientámos, enviado pelo CSNU para o TPI, existem três casos que foram considerados pelo Tribunal. Muammar Mohammed Abu Minyar Kadafi, com mandado de prisão emitido a 27 de junho de 2011. O caso foi encerrado em 22 de novembro de 2011, após a sua morte, cujas causas não foram apuradas pela Comissão. Atualmente o Procurador deduziu acusação contra Saif Al-Islam Kadafi e Abdullah Al-Senussi cujos mandados de prisão foram emitidos a 27 de junho de 2011. Em relação à responsabilidade penal individual, Saif Al-Islam Kadafi é acusado de ter responsabilidade indireta como co-autor e Abdullah Al-Senussi de responsabilidade indireta como perpetrador de dois crimes contra a humanidade: assassinato, na aceção do artigo 7.º (1) (a)<sup>50</sup> e de perseguição na aceção do artigo 7.º (1) (h)<sup>51</sup> do Estatuto (ICC-01/11-01/11).

---

<sup>50</sup> De acordo com este artigo “Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por «crime contra a Humanidade» qualquer um dos atos seguintes, quando cometidos no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque: a) Homicídio (...)”.

<sup>51</sup> De acordo com a alínea h) “Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de sexo, tal como definido no n.º 3, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis em Direito Internacional, relacionados com qualquer ato referido neste número ou com qualquer crime da competência do Tribunal”.

A Comissão também concluiu que foram praticados crimes de guerra e crimes contra a humanidade pelos *thuwar* (A/HRC/19/68: 21) que o governo de transição deverá julgar, o que tem gerado inúmeras dificuldades.

No início de 2010, o governo líbio aprovou a Resolução n.º 345 com o intuito de rever os códigos militares e adaptá-los às convenções internacionais e tratados ratificados. Foi também aprovada uma publicação periódica especializada em DIH, ministrados cursos de formação aos diversos agentes em DIH, tendo este também sido incorporado nos programas de ensino militar (ICRC, 2012: 71-72), o que denota uma preocupação internacional com estas questões. O grande desafio consiste na aplicação prática quando ocorrem as situações, na medida em que a vitória por vezes se sobrepõe a outras considerações, pelo que deve ser também prestada especial atenção ao tipo de estrutura militar que cada Estado dispõe para se poder ter uma noção do grau de cumprimento do DIH.

O controlo civil e democrático das instituições estatais e não-estatais da violência organizada foi um processo lento que se desenvolveu a diferentes velocidades e de forma diversa, tendo implicações significativas na forma como a segurança das pessoas e das comunidades foi concebida (Krause, 2007: 11).

O peso dos militares e um aparato de segurança robusto, em geral, têm sido vistos por muitos analistas como um, se não o principal obstáculo, às reformas políticas e à democratização no Médio Oriente e Norte de África. No entanto, as forças militares têm respondido de forma bastante diferente em toda a região aos movimentos pró-democracia (Lutterbeck, 2012: 2).

O grau de institucionalização das forças armadas e a sua relação com a sociedade em geral pode ser responsável pelas respostas divergentes aos movimentos de protesto.

Estruturas duplas (ou mesmo estruturas militares múltiplas) baseadas na ideologia e lealdade tribal, podem ser encontradas no Irão, Iraque (até 2003), ou na Líbia sob Kadafi. Além de um exército regular, esses Estados criaram forças militares paralelas, cuja principal tarefa é a de proteger o regime no poder contra as ameaças internas, incluindo desafios por parte do exército regular (Lutterbeck, 2012: 4).

Enquanto Kadafi manteve deliberadamente a sua estrutura institucional militar (e militarmente) fraca, procurou assegurar a lealdade de importantes comandantes militares através de recompensas financeiras (idem).

De acordo com Lutterbeck (2012: 13-14), por um lado, quando os protestos começaram em fevereiro de 2011, parte do exército líbio desertou de forma relativamente rápida para a oposição. Por outro, a lealdade das unidades de elite mais estreitamente ligadas ao regime manteve-se inabalável até ao fim, tendo respondido sem restrição aos protestos e provavelmente ganho o conflito se não se tivesse verificado a intervenção.

Em geral, pode-se argumentar que a natureza altamente patrimonial dos militares da Líbia, pelo menos das suas unidades de elite, bem como o uso de combatentes estrangeiros sem conexão com a sociedade líbia, resultou numa resposta muito violenta para com os movimentos de reforma. O resultado final foi uma fratura do setor militar e seis meses de duração sangrenta do conflito entre as forças pró e anti-Kadafi (idem: 15). Há muitas vozes a condenar a intervenção. Mas o que não sabemos é como teria terminado o conflito se não tivesse existido uma tomada de posição internacional, mesmo em termos do número de vítimas. A memória do Ruanda pode ajudar a explicar as decisões tomadas na Líbia, dado o grau de incumprimento das regras do DIH e do DIDH verificado, ao arrepio das obrigações internacionais conhecidas e assumidas por parte de militares e do governo.

#### **4.4.3- Considerações finais**

O recurso à força armada não é proibido pelo Direito Internacional. Os Estados podem legalmente recorrer à força com a autorização das Nações Unidas, para fins de legítima defesa, e mais contenciosamente talvez por razões humanitárias. A resolução 1973 de 17 de março de 2011 do CSNU, por exemplo, autoriza os Estados-membros a tomarem as medidas necessárias para proteger os civis e áreas civis povoadas para evitar graves violações dos direitos humanos e do DIH na Líbia (Editorial, 2012: 91).

A resolução confirma implicitamente a justeza da guerra, referindo-se no artigo 2.º às exigências legítimas do povo líbio. Ambas as partes, no entanto, estão sujeitas à lei humanitária, e cada uma pode justamente ser impedida de ferir civis. Este exemplo destaca como o *jus ad bellum* e o *jus in bello* se podem sobrepor. O desdobramento dos acontecimentos tornou evidente para muitos que este era um processo que protegia os civis contra as forças do governo, mas não contra os rebeldes (idem: 94).

Como os acontecimentos no Afeganistão, Iraque e na Líbia demonstram, a relação entre o *jus ad bellum* e o *jus in bello* é consideravelmente esbatida, pelo caráter não-internacional da guerra. O conceito de guerra justa tem sido invocado em relação a todos os conflitos mais recentes. Na Líbia, por exemplo, a causa justa para a intervenção

foi explicitamente invocada pela necessidade de evitar que as forças do governo matassem civis inocentes. O modo como o mandato foi elaborado e ampliado sem uma resolução adicional da ONU, fez com que a questão do *jus ad bellum* levasse a uma secundarização das questões de conduta e apenas se dedicasse atenção à aplicação das regras do conflito armado, *jus in bello* (idem: 107).

É de salientar ainda que os acontecimentos desde o bombardeamento do *World Trade Center* demonstraram que a assistência humanitária pode também ser usada como uma arma no arsenal para conquistar corações e mentes. Por outras palavras, a independência, neutralidade e imparcialidade, que foram os esteios morais da assistência humanitária, são invocados cada vez mais para servir objetivos políticos e militares relacionados com as estratégias dos Estados, o que reflete uma evidente distorção dos princípios do DIH (Kent, 2004: 857). Este é um dos principais riscos, a distorção, por se colocar em questão o respeito pelas normas, aumentando o sofrimento de civis e colocando ainda mais em risco situações sensíveis de distinção entre combatentes e não-combatentes e da sua consideração enquanto alvos legítimos em termos de necessidade militar.

Mais de meio século após a aprovação da Convenção contra o Genocídio de 1948, os casos de Estados que intencionalmente matam a sua população continua a aumentar. Genocídios e politicídios (Krain, 2005: 363-364)<sup>52</sup> têm feito parte de algumas políticas nacionais desde pelo menos o final da II Guerra Mundial, e não há razões para esperar que o assassinato em massa patrocinado pelo Estado vá deixar de constituir um problema. A persistência destes atos e a selvajaria no Bangladesh, Uganda, Camboja, Ruanda e Bósnia, entre outros, renovou o interesse no desenvolvimento de medidas para deter a matança nos casos em que o Estado patrocina o assassinato em massa.

As normas internacionais têm evoluído na direção de uma aceitação cada vez maior de intervenções à custa da soberania do Estado neste tipo de situações, o que se tem comprovado pela prática da ONU (idem). Contudo, nem todos os conflitos internos são iguais. Como resultado, podemos esperar que uma intervenção tenha efeitos diferenciados sobre os diferentes tipos de conflito (Harff, 1992: 28).

---

<sup>52</sup> De acordo com o autor, o genocídio compreende uma política de assassinatos organizada em que as vítimas são escolhidas em função da sua pertença a um grupo particular. Já os politicídios seguem um padrão diferente, em que as vítimas são definidas primordialmente em termos da sua posição hierárquica ou oposição política ao regime e grupo dominante. Politicamente, este conceito reflete a necessidade de reunir numa mesma categoria um conjunto de práticas dos regimes autoritários a que não corresponde uma categoria autónoma no Direito Penal Internacional. Nos dois crimes, há uma intenção da parte do agressor em destruir o grupo alvo, no todo ou na parte. Donde, o que verdadeiramente separa os dois crimes não é a intenção mas os grupos alvo.



Com a opção da intervenção é provável que seja mais eficaz retardar ou parar os assassinatos durante um genocídio ou politicídio em curso. Não fazer nada, como nas reações iniciais à Bósnia e Ruanda, apenas permite a carnificina, e pode até levar à escalada, transmitindo apatia ou consentimento. Os ataques são normalmente realizados contra civis desarmados (Krain, 2005: 366). Esta situação ocorreu na Líbia e está a acontecer de forma massiva na Síria, em desrespeito das normas internacionais, a responsabilização de ambos os regimes por parte da comunidade internacional é que está a ser diferente. Não se defende que tenha de necessariamente ocorrer na Síria uma intervenção, mas sim que o DIH e DIHC sejam cumpridos, tal como o próprio DIDH, pelas diversas partes no conflito, em conformidade com as suas obrigações internacionais, podendo ser exercidos vários tipos de pressões políticas, económicas e sociais, levando a um isolamento internacional. Caso estas medidas sejam insuficientes, podendo fazer perigar a paz e a segurança internacionais, serão necessárias medidas mais musculadas. Um cidadão não escolhe o Estado da sua nacionalidade, mas tem, certamente, um conjunto de direitos (muitos dos quais aceites pelos Estados) que lhe advêm do simples facto de ser um ser humano.

#### **4.5- Síria**

##### **4.5.1- O caso da Síria no contexto do *jus ad bellum* e do *jus in bello***

Os Estados autocráticos constroem, por norma, um sistema político desequilibrado, em que os líderes têm uma importância desproporcionada no processo de tomada de decisão (Malici e Buckner, 2008: 784), como acontece na Síria.

Outros factores ajudam a explicar a atual situação na Síria. A posição da Rússia no conflito sírio fica a dever-se a antigos laços políticos e económicos com o regime de Assad. Devemos ter sempre isso em mente quando se discute o curso dos acontecimentos na Líbia e a falta de ação na Síria (Evans, 2011: 10).

Quando se trata de uma ação militar, alguns casos serão sempre mais fáceis de contemplar do que outros, nomeadamente sempre que estejam envolvidos pequenos países. O mesmo sucede quando o país em questão tem fraca capacidade militar própria; sempre que esse Estado esteja isolado internacionalmente e nos casos em que se vislumbre que uma intervenção militar não vai ter amplas consequências regionais (idem: 11).

De acordo com Evans (idem: 12) deve também ter-se em atenção quão diferente é a ação coerciva militar de outros mecanismos de resposta e de quantos obstáculos

devem ser superados antes de cada autorização, que só deve ser contemplada nas circunstâncias mais extremas.

As manifestações pacíficas contra o governo sírio começaram em fevereiro de 2011. Os manifestantes, pedindo profundas reformas jurídicas, económicas e políticas e, posteriormente, a queda do presidente Assad, foram imediatamente recebidos com violência pelo exército, pelas forças de segurança e milícias. Registraram-se prisões generalizadas e relatos de tortura (A/HRC/S-17/2/Add.1). O nível de violência tem aumentado e a resposta internacional ao conflito tem variado. Enquanto algumas sanções foram impostas por países a título individual, bem como por parte da União Europeia e da Liga Árabe, o contexto internacional incerto tem dificultado as perspectivas de uma solução política para o conflito (Geneva Academy, 2012).

Na opinião de Evans (2011: 12), no caso da Síria os critérios explanados anteriormente para que uma intervenção armada se possa considerar legítima (gravidade do risco, objetivo principal da ação militar proposta, último recurso, proporcionalidade e legitimidade) não são necessariamente tão claros como na Líbia. Certamente alguns critérios estão já cumpridos mas outros, em particular o teste das consequências, pode ter implicações potencialmente mais amplas em termos de escala, comparativamente com a Líbia. Também no caso da Síria, não há qualquer sinal do entusiasmo regional como tivemos na Líbia, o que levanta a questão de que qualquer intervenção internacional na ausência de apoio regional abre a possibilidade de gerar maior hostilidade no mundo árabe e islâmico.

Para o autor (idem: 14) o verdadeiro teste é o que aconteceria se enfrentássemos agora um outro Camboja, Ruanda ou outra Srebrenica, como muitos casos na década de 1990 sobre os quais nos sentimos ainda tão envergonhados.

Teria que existir algum tipo de resposta e uma resposta muito mais eficaz do que a que vimos nos anos 90 do século passado.

A revolta na Síria em curso desde março de 2011 (2 anos) causou até ao momento cerca de 70 mil mortos, o que equivale a uma média de 3,043 mortes por mês; a guerra civil na Líbia que decorreu de fevereiro a outubro de 2011 (8 meses) causou aproximadamente 30 mil mortes, o correspondente a 3,750 mortes por mês em média, enquanto por exemplo, a guerra na Ex-Jugoslávia que teve lugar de março de 1991 a novembro de 1995 (4 anos e 7 meses) e de fevereiro de 1998 a junho de 1999 (1 ano 4 meses) provocou cerca de 140 mil mortes, o que equivale a uma média de 1,972 mortes por mês (CNN, 2013). Pelos dados apresentados, o caso da Síria está a atingir uma

situação dramática equivalente à da Ex-Jugoslávia em termos de fatalidades, o que decorre da duração prolongada do conflito, pelo que em nossa opinião, mesmo se tivéssemos em consideração apenas o número de mortes, na sua maioria civis, esta situação não pode ser deixada impune, tendo os infratores de ser responsabilizados, além da urgência do término do conflito.

Preocupada com a escalada da violência na Síria e após o fracasso do CSNU para chegar a acordo sobre medidas para assegurar o cumprimento pela autoridade síria das suas decisões – a 20 de julho de 2012, a China e a Federação Russa vetaram uma resolução do Conselho que ameaçava avançar com sanções se as recomendações para acabar com a espiral de violência não fossem cumpridas –, a Assembleia Geral condenou fortemente o uso indiscriminado de armas pesadas em áreas civis e as violações generalizadas dos direitos humanos, exigindo que todas as partes se comprometessem a acabar com o conflito, entendendo o conflito como um teste a tudo o que a Organização representa (GA/11266).

Existe também preocupação com o impacto humanitário da violência, incluindo a repressão dos direitos fundamentais e o fluxo de refugiados sírios para os países vizinhos, pelo que a Assembleia manifestou a sua determinação em procurar os meios necessários para fornecer proteção à população síria.

Após as ameaças por parte das autoridades sírias em usar armas químicas ou biológicas no conflito, a resolução também exigiu que o governo se abstenha de utilizar ou transferir tais armas para atores não-estatais, e que respeite as obrigações internacionais referentes a essas armas.

O Secretário-Geral da ONU comparou a luta em Aleppo com Srebrenica, que representou um dos mais escuros capítulos da história das Nações Unidas, quando a comunidade internacional falhou na proteção dos civis que acabaram massacrados. No mesmo sentido, a Liga dos Estados Árabes e o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos afirmaram repetidamente que tais atos podem constituir crimes contra a humanidade e outros crimes internacionais, como os crimes de guerra pelas violações do DIH (GA/11266).

Também foi considerado que o impasse no CSNU envia sinais errados a todas as partes no conflito da Síria. No entanto, em tais momentos de impasse, a Assembleia Geral, sob a Carta das Nações Unidas, tem um papel a desempenhar na manutenção da paz e segurança internacionais, pelo que consideramos que a aprovação desta resolução pela AGNU constituiu um sinal positivo numa tentativa de resolução do conflito.

A situação na Síria está a ser, em nossa opinião, catastrófica e, até ao momento, ninguém parece suficientemente disposto a agir de forma eficaz para resolver o conflito. É tão urgente no presente travar a violência como prestar assistência à população síria pelas trágicas consequências humanas que estão a ocorrer, tão mais graves quanto mais se prolonga o conflito.

Em alguns países da região, o resultado das revoltas atuais é difícil de prever. Enquanto os protestos anti-regime em países como a Síria ou o Iémen continuam inabaláveis e ganharam projeção apesar da repressão do governo, não se sabe se e quando os regimes desses países vão cair. O que parece quase certo, porém, é que as revoltas nesses países vão continuar a ser uma questão sangrenta (Lutterbeck, 2012: 19), o que envolve diversas violações do DIH e do DIDH.

#### **4.5.2- O conflito armado na Síria de acordo com o Direito Internacional Humanitário**

Devido à extensão e natureza organizada e sustentada da violência armada e ao nível de organização dos grupos armados não-estatais que lutam contra o regime sírio, a situação em todo país foi qualificada como um conflito armado de caráter não-internacional. De acordo com o CICV e as Nações Unidas os conflitos em diversas áreas cumpriram os três critérios de um CANI (intensidade, duração e nível de organização dos rebeldes que lutam contra as forças do governo), estando por este motivo a situação no país abrangida pelas normas do DIH (Geneva Academy, 2012). Devemos lembrar que antes de ter atingido a dimensão de um conflito armado a situação de crise, violência e distúrbios internos deveria respeitar o DIDH, a lei aplicável a tais situações, o que não aconteceu.

A República Árabe da Síria ratificou as quatro CG de 1949 em 1953; o I PA às CG relativo à Proteção de Vítimas nos Conflitos Armados Internacionais, de 1977 em 1983; a Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, de 1948; a Convenção sobre a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, de 1954 e o Protocolo I em 1958; a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989 em 1993; o Protocolo Facultativo sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, de 2000 em 2003 e o Protocolo sobre a Proibição do Uso de Gases Asfixiantes, Venenosos ou Outros, e de Métodos Bacteriológicos de Guerra, de 1925 em 1968 (ICRC, 16 de maio de 2013: 6 e 11; ICRC, 2012: 50). Embora não seja parte a Síria assinou também a Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Armazenamento de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e Tóxicas e sua Destruição, de 1972; a Convenção

sobre a Proibição do Uso Militar ou Qualquer Outro Uso Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental, de 1976; o Estatuto de Roma do TPI, de 1998 e o Protocolo II sobre a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, de 1999 (ICRC, 2012: 50), o que lhe confere responsabilidades internacionais de não ir contra os princípios das mesmas, pela aceitação dos seus princípios de base.

A qualificação do conflito enquanto CANI, por ter atingido a intensidade, duração e o nível de organização necessário dos rebeldes que lutam contra as forças do governo em termos de estrutura de comando e controlo, significa que as pessoas que cometem ataques contra civis podem ser acusadas de crimes de guerra em violação do DIH. Todos os combatentes são obrigados a respeitar este ramo do Direito, que de acordo com os compromissos internacionais assumidos inclui o DIHC e as disposições das CG, mais concretamente num conflito interno o seu artigo 3.º comum às quatro CG, tal como o DIDH, embora a Síria não seja parte do II PA.

Estas regras impõem limites aos meios e métodos de combate, de modo a proteger os civis e os seus bens e os ex-combatentes que não tomem parte nas hostilidades. Exigem o tratamento humano de todas as pessoas em mãos inimigas e o dever de prestar assistência aos feridos e doentes. De acordo com os princípios do DIH, as autoridades devem saber que a advertência aos civis antes de um ataque não é uma medida suficiente de proteção, pelo que existe responsabilização por ataques indiscriminados ou desproporcionais, o que ocorre quando se usa artilharia para bombardear áreas densamente povoadas, como tem acontecido.

Estima-se que milhares de pessoas foram detidas, torturadas e sujeitas a tratamentos cruéis, desumanos e degradantes. Numerosas deserções das forças de segurança têm ocorrido desde o início dos protestos, tendo-se alguns destes elementos organizado no Exército Sírio Livre que assumiu a responsabilidade por ataques armados contra militares e forças de segurança (A/HRC/S-17/2/Add.1: 8)<sup>53</sup>.

A situação dos direitos humanos na Síria tem-se deteriorado significativamente desde novembro de 2011. Violência generalizada e condições socioeconómicas cada vez mais débeis deixaram muitas comunidades em situações de carência. A atual situação corre o risco de radicalizar ainda mais a população, aprofundando as tensões entre as comunidades e corroendo a sociedade. O governo tem manifestamente falhado

---

<sup>53</sup> A deterioração da situação na Síria levou o Conselho de Direitos Humanos a criar uma Comissão Internacional Independente de Inquérito para investigar as alegadas violações dos direitos humanos neste país desde março de 2011.

na sua responsabilidade de proteger o seu povo. Desde novembro de 2011, as suas forças cometeram violações sistemáticas e generalizadas dos direitos humanos. Grupos anti-governo também cometeram abusos (A/HRC/19/69: 1).

Após a retirada dos observadores da Liga dos Estados Árabes no final de janeiro de 2012, o exército intensificou o bombardeamento com armas pesadas sem nenhum aviso à população. Como resultado, um grande número de pessoas, incluindo crianças, foram mortas. Várias áreas foram bombardeadas e, em seguida, invadidas por forças do Estado que prenderam, torturaram e executaram sumariamente suspeitos, desertores e ativistas da oposição (idem: 11).

A Comissão ouviu vários relatos de como aqueles que estavam a tentar resgatar os feridos e recolher os corpos de manifestantes também foram atacados (A/HRC/S-17/2/Add.1: 11).

Alegações de desaparecimentos forçados foram recebidas. Vários métodos de tortura, incluindo a tortura sexual, foram utilizados pelas forças armadas e de segurança (idem: 13-14).

Numerosos testemunhos foram recebidos em relação à obstrução e recusa de assistência médica aos feridos e doentes. Testemunhos consistentes alegam que os membros das forças de segurança rastrearam manifestantes feridos em hospitais públicos e privados e que manifestantes feridos foram presos e levados para hospitais militares, onde terão sido interrogados e torturados (idem: 15-16).

Registaram-se violações dos direitos das crianças como o direito à educação ou alimentação. As autoridades também não fizeram esforços visíveis para proteger as crianças que têm sido mortas durante o conflito. As crianças feridas não beneficiaram de um tratamento médico adequado e muitas estão traumatizadas e necessitam de apoio psicológico como resultado do testemunho das atrocidades (A/HRC/19/69: 15).

A Comissão recebeu informação credível sobre a destruição de propriedade. No contexto de ataques, as forças de segurança e militares receberam ordens dos seus superiores para saquear sistematicamente casas, lojas e outras propriedades (A/HRC/S-17/2/Add.1: 16).

A 28 de agosto de 2011, o governo emitiu uma nova lei de imprensa (Decreto n.º 108/2011), que estabelece uma série de direitos básicos em matéria de liberdade de expressão e informação para jornalistas e cidadãos que inclui amplas proibições, incluindo a proibição de publicar qualquer notícia relacionada com as forças armadas não emitida pelas próprias forças (A/HRC/19/69: 12).

A Comissão documentou um padrão generalizado e sistemático de violações cometidas por forças do Estado e por grupos armados antigovernamentais em condições de impunidade desde março de 2011 (idem: 16).

Examinando operações específicas, a Comissão recebeu evidências credíveis e consistentes, identificando membros das forças armadas que deram ordens aos seus subordinados para atirar contra manifestantes desarmados e matar soldados que se recusaram a obedecer a tais ordens. Diversos comandantes militares e superiores civis são também suspeitos de responsabilidade por crimes contra a humanidade pela sua incapacidade em adotar as medidas necessárias e adequadas para prevenir ou reprimir a prática de crimes pelos seus subordinados ou submeter estes casos às autoridades competentes (idem:18-19).

Existe também preocupação com a situação vulnerável das mulheres neste contexto de conflito armado, incluindo o facto de serem alvo de discriminação, violação sexual e física, abuso da sua privacidade, prisões e detenções arbitrárias, inclusive para forçar os seus parentes homens a renderem-se (A/RES/66/253 B: 2).

As Nações Unidas reafirmaram o seu forte compromisso com a soberania, independência, unidade e integridade territorial da Síria e os princípios da CNU. Condenaram veementemente as contínuas violações, generalizadas e sistemáticas dos direitos humanos e liberdades fundamentais por parte das autoridades sírias e milícias, tal como o uso da força contra civis, massacres, execuções arbitrárias, assassinatos e perseguição de manifestantes, defensores dos direitos humanos e jornalistas, as detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, a interferência no acesso a tratamento médico, tortura, violência sexual e maus-tratos, inclusive contra crianças, bem como de quaisquer abusos dos direitos humanos por parte de grupos armados da oposição (idem: 3).

A Organização exige que as autoridades sírias observem estritamente as suas obrigações sob o Direito Internacional no que diz respeito às armas químicas e biológicas, incluindo a resolução 1540 do CSNU, de 28 de abril de 2004 e do Protocolo de 1925, e solicita também que as autoridades sírias se abstenham de utilizar ou transferir para atores não-estatais quaisquer armas químicas ou biológicas, ou qualquer material relacionado e que cumpram as suas obrigações de prestar contas e proteger todo o arsenal de armas químicas e biológicas e qualquer material relacionado (idem: 4).

Na República Árabe da Síria, desde março de 2011, o uso excessivo da força pelas forças de segurança nacional já terá custado a vida de mais de 9 mil pessoas,

enquanto outros milhares tiveram de se refugiar. As execuções extrajudiciais foram relatadas, assim como a utilização generalizada de tortura pelas forças de segurança. Os civis têm suportado o peso da violência, como bloqueios que impedem a assistência médica e o fornecimento de bens essenciais e toques de recolher obrigatório. O uso de armas explosivas em áreas povoadas teve profundas consequências humanitárias, incluindo em termos de danos a edifícios e infraestruturas essenciais, além da ameaça contínua representada pelos explosivos remanescentes de guerra. Outra situação são os ataques à bomba supostamente perpetrados por grupos armados de oposição que também custaram a vida de civis (S/2012/376: 3). Considera-se, portanto, que o limite legal para um ataque indiscriminado, como uma violação do DIH foi alcançado, devendo haver responsabilização.

A Síria tornou-se um lugar perigoso para os trabalhadores humanitários. Apesar do reduzido número de trabalhadores no terreno devido a dificuldades de acesso e segurança. Estes ataques, e qualquer outro ataque deliberado contra os trabalhadores humanitários, constituem uma violação direta do DIH (Comisión Europea, 2012: 3) e, como tal, um crime de guerra. A Síria ratificou as CG e a Lei do Emblema da Síria (Lei n.º 36 de 1/12/2005) que aprovou o Crescente Vermelho e os emblemas da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho atribuídos com a tarefa de supervisionar o uso do emblema. A referida Lei também identificou os órgãos e instituições autorizadas a utilizar o emblema (ICRC, 2012: 50), o que vai de encontro às obrigações internacionais assumidas de respeitar e proteger os seus legítimos utilizadores, reiterando o reconhecimento e legitimidade da sua atuação.

A violência na República Árabe da Síria e o conflito do ano passado na Líbia também destacaram os perigos para jornalistas e outros profissionais que trabalham em tais situações (S/2012/376: 4).

Países como a Argélia, o Egito, ou a Síria são exemplos de regimes políticos autocráticos. Nestes países, as forças armadas têm poder político, em particular através da sua relação orgânica com o presidente, sendo esta a base do poder supremo (Lutterbeck, 2012: 3-4).

Como os seus regimes podem contar com a fidelidade dos exércitos altamente patrimoniais (e outras forças de segurança), que tendem a mostrar pouca contenção na repressão das revoltas populares, derrubar esses líderes provavelmente irá produzir muitas vítimas. E mesmo se os governantes destes países eventualmente renunciarem ou forem removidos do poder, o caminho para uma maior democracia, incluindo relações



civis-militares mais democráticas, certamente vai ser um caminho longo e árduo (idem: 19).

Devido à violência usada pelas forças armadas e de segurança, o seu futuro parece fortemente ligado a Assad. Em julho de 2011, a polícia e o exército foram responsáveis pela morte de cerca de 1.500 pessoas durante as manifestações. No Egito e na Tunísia, o exército manteve os manifestantes neutralizados. Este cenário parece improvável de ocorrer na Síria, podendo-se entrar assim numa espiral de violência (Spindel, 2011: 2).

No caso sírio, em contraste com a Líbia ou o Iémen, os militares sírios (bem como as forças de segurança) reprimiram vigorosamente a revolta popular, sem uma fragmentação das forças armadas ou deserções em escala significativa, o que pode ser explicada pelo grau bastante elevado de patrimonialismo dentro de setor militar, bem como uma relação relativamente fraca entre as forças armadas e a sociedade síria em geral (Lutterbeck, 2011: 45).

A Síria criou um centro de documentação e informação com relatórios e leis relevantes sobre o DIH; coopera e coordena a sua atividade neste âmbito com outros países; identificou o DIH e convenções internacionais ratificadas pelo país, destacando as obrigações que necessitem de procedimentos nacionais para a sua implementação e envidou esforços para introduzir o DIH nos currículos, convidando vários meios audiovisuais e impressos para elaborar um plano com vista a explorar o melhor meio de divulgação do DIH, tal como procedeu a diversas ações de formação em DIH (ICRC, 2012: 51), o que denota a consciência das responsabilidades assumidas. A grande questão é a sua aplicação prática quando as situações ocorrem, demonstrando um esquecimento dos compromissos assumidos em nome dos interesses do momento.

#### **4.5.3- Considerações finais**

A Síria, como a maioria dos governos em grande parte do Médio Oriente, não alterou o seu *modus operandi* de décadas. As estratégias comuns utilizadas para manter a população apaziguada incluíam um sistema de emprego público em larga escala; vários tipos de subsídios; autonomia tribal; influência da religião e a contínua atenção que lhe era prestada em diversas questões externas (Spindel, 2011: 1).

Na opinião de Spindel (idem: 2), o Médio Oriente e o Norte de África não possuem os pré-requisitos de democratização. A falta de uma sociedade civil forte, de uma economia orientada para o mercado, rendimentos e níveis de alfabetização

adequados, ausência de vizinhos democráticos e de uma cultura democrática explicam a incapacidade da região para concluir este processo.

Desde que chegaram ao poder em 1970, os Assad têm usado a violência absoluta como a ferramenta preferida para manter o controle dos diversos grupos religiosos e étnicos (Sunitas, Xiitas, Alauitas, Cristãos, Curdos, Drusos, Circassianos, Armênios) que compõem o país e competem por influência. A violência sectária é temida entre esses grupos. Deste modo, com a queda de Assad existe a possibilidade de que a situação na Síria poderia resultar numa guerra civil ao estilo libanês (idem: 4).

A criação de corredores humanitários que permitam a entrega de ajuda humanitária à população é importante, porém é improvável que a Rússia e a China aceitem, já que equivaleria a permitir forças militares estrangeiras na Síria, um cenário que lembra muito a experiência recente na Líbia.

A Rússia continua a ser um fator crítico na determinação do resultado deste conflito, mas a crescente pressão internacional está a tornar esta posição muito menos sustentável, pelo que tem aceite algum diálogo sobre a questão. Esta situação pode começar mesmo a afetar a capacidade de trabalhar em conjunto em outras áreas de interesse comum, o que pode levar a uma cedência.

A Síria assinou, mas não ratificou o Estatuto de Roma, o TPI só tem jurisdição sobre os crimes no país através de uma resolução do CSNU, agindo nos termos do Capítulo VII da Carta. Esta foi a forma como a situação na Líbia foi encaminhada para o TPI na resolução do CSNU 1970 de 26 de fevereiro de 2011, sendo de salientar que a Líbia, ao contrário da Síria, nem sequer tinha assinado o Estatuto do TPI, o que por si já vincula o Estado sírio a não ir contra as suas disposições, por ter aceite os princípios básicos.

Temores que um governo ultraconservador islâmico chegue ao poder são provavelmente infundados. As estimativas são de que, no máximo, os radicais constituam cerca de 15% da população (Spindel, 2011: 4-5).

Alternativamente à sua queda, a pressão continuada dos manifestantes pode forçar Assad a fazer algumas mudanças no governo. No entanto, não se deve esperar uma reforma substantiva, mas apenas as suficientes para manter o equilíbrio precário que irá definir o cenário para eventuais revoltas no futuro (idem: 5). Deveriam ser encontrados compromissos para chegar a um acordo, que permitiriam ao governo ceder poder ao atender às reivindicações da população, acabando com o conflito.

De acordo com Spindel (idem: 6) recessão económica, desemprego elevado, diminuição da influência do Estado sobre a população e a arrogância autoindulgente para com corruptos governos instáveis definem o cenário, fazendo da Primavera Árabe uma certeza, em vez de um se. Não foram só os regimes que passaram a manipular mensagens facilmente, a tecnologia também permitiu que grupos aparentemente separados se organizassem e alcançassem a unidade de propósitos. O que nos parece que será difícil será fazer cumprir o DIH nas situações de conflito armado e o DIDH, evitando a criação de precedentes pelo incumprimento de algumas regras.

#### **4.6- Conclusão**

As Nações Unidas representam uma evolução significativa no sistema jurídico internacional, na medida em que com a sua instituição, se abandonou o sistema baseado no Concerto Europeu, tendo sido estabelecida com base num tratado multilateral aberto, um sistema permanente de governação internacional, de natureza democrática com características autocráticas e com um fundamento humanitário. Todavia, como refere Richard Falk, o sistema reflete um grau considerável de tensões políticas que existem na vida internacional. É com este pano de fundo que as Nações Unidas têm procurado contribuir para o aperfeiçoamento do DIH, e para o *jus ad bellum*, através dos mecanismos disponíveis na Carta, constituindo, no limite, o encarnar do interesse geral da humanidade, harmonizando Estados e povos (Leandro, 2005: 107-108).

As operações atuais da ONU adotam uma posição mais multidisciplinar do que as suas antecessoras, focando-se não apenas na cessação das hostilidades militares, mas também na criação de condições para uma paz durável. As operações recentes têm cumprido mandatos complexos, muito mais ambiciosos do que no passado. Estas centram-se em objetivos como a prestação de assistência humanitária, administração civil, monitorização, treino policial e reconstrução económica (Cochayne e Malone, 2005: 9).

O maior envolvimento em conflitos internos, também forçou as Nações Unidas a encontrar novas ferramentas para a paz. O CSNU tem procurado impor sanções não militares aos regimes, como alternativa ao uso da força. Estes regimes tornaram-se mais sofisticados, tendo como alvos determinados indivíduos, grupos, ou infraestruturas (idem: 9-10), o que tem exigido novos tipos de abordagem e mecanismos de responsabilização.

Ao estabelecer uma ampla jurisdição internacional, o TPI lida ao mesmo tempo com o DIH e o DIDH, estabelecendo uma clara ligação entre os dois ramos do Direito.

Esta relação deve-se ao facto, de por um lado se colocarem as infrações graves do DIH e do DIDH sob a mesma jurisdição internacional e, por outro, da codificação dos crimes sujeitos à jurisdição do Tribunal estarem relacionados com os dois ramos do Direito (Politi e Nesi, 2002: 68).

O Estatuto estabelece que os crimes de guerra devem ser vistos como violações do DIH, enquanto os crimes contra a humanidade são principalmente violações do DIDH. Salienta também que os crimes de guerra se aplicam a conflitos não-internacionais, mas não se aplicam a situações de tensão ou perturbações internas, como os motins e atos esporádicos e isolados de violência e outros atos semelhantes, que não podem ser considerados conflitos armados internos (*idem*).

De acordo com uma corrente do DIHC, a natureza dos crimes que devem ser punidos pelo TPI leva a crer que todos os Estados-Partes das CG de 1949 e do I PA, apesar de não serem Parte do Estatuto, têm a obrigação de cooperação na repressão deste tipo de crimes. Este será um dos meios através dos quais os Estados-Partes dos referidos instrumentos jurídicos poderão respeitar e garantir o respeito pelo DIH (Cassese; Gaeta e Nesi, 2002: 1609), tal como proceder à responsabilização dos infratores.

Deste modo, a conduta dos Estados que não cumpram a obrigação de cooperar com o TPI pode ser sancionada tanto pelos restantes Estados, como pelo CSNU. De facto, a ONU tem entre as suas funções a de respeitar e garantir o respeito pelo DIH. A existência de uma tal obrigação implica que os Estados que são membros da ONU, em cooperação com a Organização, com base no artigo 89.º do I PA possam intervir em casos de não cumprimento das obrigações de cooperar na repressão dos crimes enumerados no artigo 5.º do Estatuto<sup>54</sup> (Politi e Nesi, 2002: 223).

Em suma, a obrigação de cooperar, mesmo para os Estados não-Partes que não assinem nenhum acordo de cooperação com o Tribunal, pode ser deduzida de instrumentos diferentes do Estatuto.

A imagem dos diversos papéis assumidos por parte dos atores internacionais é de uma tradição que está a ser constantemente revisitada e reinterpretada à luz em parte de pressões externas, mas também de crítica moral interna, e mais amplos debates sobre a moralidade nas relações internacionais. É esta combinação que faz com que a filosofia da guerra seja uma disciplina vital. As forças da OTAN estiveram envolvidas na

---

<sup>54</sup> Crime de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e o crime de agressão.

intervenção na Líbia, enquanto as operações de combate continuam no Afeganistão. Igualmente não estão envolvidas em intervenções na Síria, no Bahrein, ou no Chade (Editorial, 2012: 91).

A situação de massacre iminente da população foi considerada na Líbia como inaceitável (sendo discutível que estivesse iminente), ao passo que na Síria é apenas objeto de censura e pequenas sanções por parte de alguns países (com a expulsão de embaixadores) e de organizações regionais através da suspensão da sua participação enquanto membro. É certo que se poderia aplicar esta situação também em relação à participação nas Nações Unidas, por desrespeito da sua essência e princípios fundamentais, porém esta é uma situação delicada, por não se ter aplicado a outros membros, incluindo os membros-permanentes do CSNU e pela interpretação subjetiva que se pode fazer do artigo 2.º n.º 4, levantando-se a questão histórica muito discutida internacionalmente de até onde poderá ir a soberania de um Estado. O certo é que existem obrigações internacionais assumidas que devem ser cumpridas, não estando um Estado isento das mesmas. Esta situação poderia levar a um isolamento por não conformidade com a vida na comunidade internacional.

Quando Bashir al-Assad começou a atacar civis de forma indiscriminada na Síria muitos se questionaram porque é que a comunidade internacional interveio na Líbia e não na Síria. É razoável que a opinião pública faça esta pergunta, mas a resposta é evidente para qualquer pessoa com conhecimento da região. Na Síria muitos países (os EUA, Israel, Irão, Turquia) têm importantes interesses em jogo, fazer uma intervenção militar com a aprovação do CSNU e apoio regional, como foi o caso na Líbia, seria quase impossível. Também parece provável que uma intervenção militar na Síria poderia piorar a situação de outros conflitos, como o conflito do Líbano, Iraque ou Afeganistão (Garrigues, 2011: 5), além da oposição de atores importantes na região como a Rússia e a China com interesses estratégicos fundamentais.

De acordo com o exposto, as maiores contribuições que a ONU poderá fazer ao nível do DIH é o seu respeito, a fiscalização do seu cumprimento e o seu aperfeiçoamento. A responsabilização, mesmo que apenas possa ser realizada através da pressão política e exposição pública é e continuará a ser um fator essencial para que os Estados não se esqueçam das obrigações nacionais e internacionais assumidas e alterem o seu comportamento em conformidade. O envio das situações de infração grave ao TPI, isto é, o reconhecimento da sua competência, como aconteceu no caso da Líbia e se está a tentar na situação vivida na Síria, constitui um exemplo desta situação.

## Capítulo V

### Considerações finais

#### 5- Considerações finais

*(...) One hundred and fifty thousand  
persons were (...) carried away captive,  
one hundred thousand were (...) slain,  
and many times that number died (,,)  
[I]f the hundredth part of the thousandth part  
were now to suffer the same fate,  
it would be a matter of regret (...).  
Edict XIII, 257 BC*

A extrema violência dos conflitos armados e as alterações bruscas das estruturas sociais e políticas que lhes são inerentes, desde sempre impressionaram a imaginação do homem, e mais do que qualquer outro fenómeno social, a guerra marcou e perdurou na memória dos seres humanos (De Azeredo, 1988: 105).

Ao longo dos tempos a guerra tem sido uma realidade tão constante e evidente, que bem pode afirmar-se que a paz, na vida dos povos, tem sido na maioria das vezes não mais que o fim de um conflito e a preparação do próximo.

É assim que Clausewitz (1979: 73) defende, que a guerra constitui um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade.

Quando se vê os povos civilizados recusarem-se, a conduzir os prisioneiros à morte, ou a saquear cidades e campos é porque a inteligência tem um lugar muito mais importante na sua forma de conduzir a guerra, e que ela lhes ensinou a utilizar a força um modo mais eficaz do que a manifestação brutal do instinto (idem: 75).

Através destas passagens, constatamos que o próprio Clausewitz reconhece a existência de restrições aos meios e métodos de combate e, que a aplicação das mesmas deriva da inteligência das civilizações na forma de conduzir as hostilidades. De facto, a utilização da força de um modo mais eficaz é uma mais-valia em relação à manifestação brutal do instinto, pois como sabemos forças indisciplinadas são difíceis de comandar e controlar e antagonizam com as populações com as quais contactam, incentivando também o adversário a lutar de forma mais eficaz e cruel.

Têm sido repetidas e abundantes as classificações propostas para os diferentes tipos de guerra e de paz, classificações que variam consoante a perspetiva sobre a qual o problema é abordado (De Azeredo, 1988: 110).

No contexto de uma valoração moral, teremos guerras justas e injustas (*jus ad bellum*), ponto de partida para os conceitos de legitimidade ou ilegitimidade dos conflitos (idem). Tal ponto de vista encontra a sua limitação na própria subjetividade do processo de avaliação, como as recentes situações na Líbia e na Síria tão bem ilustram.

Se nos ativermos à questão da iniciativa das hostilidades, encontraremos guerras defensivas ou de sobrevivência e as guerras ofensivas ou de agressão, mas também aqui permanece o elemento subjetivo de apreciação, plasmado na frequência da questão do imperativo de legítima defesa para justificar uma agressão (De Azeredo, 1988: 110).

Enquanto o homem tiver ideias, religião, necessidades ou ambições, enquanto mantiver a sua incansável busca de segurança, de bem-estar e até de paz, a guerra estará connosco e ela será fruto amargo na seara humana.

Desta constatação, dura, embora real, temos que o admitir, surge a necessidade de normas que regulem a conduta das partes envolvidas em conflitos armados, através da limitação dos meios e dos métodos de combate e da proteção dos que não participam nas hostilidades, ou seja, do desenvolvimento do DIH.

De acordo com Deyra (2001: 14), na sua origem o DIH representa a expressão jurídica do sentimento de humanidade que corresponde à benevolência e compaixão que nutrimos pelos nossos semelhantes. O DIH não impõe uma visão da humanidade, propondo-se simplesmente manter o indivíduo do ponto de vista da sua integridade física e dignidade aquando da ocorrência de conflitos armados. Sendo impossível fazer com que o ser humano renuncie à guerra, é o sentimento de humanidade que o leva a opor-se aos seus efeitos mais nefastos.

Do lado do combatente, o DIH prevê restrições na conduta das hostilidades; do lado das vítimas enuncia os mecanismos de proteção das pessoas que caíram em poder do inimigo. Trata-se, assim, de regulamentar as hostilidades a fim de atenuar as suas consequências (idem: 15).

Encontramos quatro termos quando nos referirmos a este ramo do Direito. Por ordem de antiguidade temos o Direito da Guerra (*jus in bello, ius belli*); Direito dos Conflitos Armados, termo utilizado nas CG de 1949; DIH, expressão utilizada mais frequentemente nos nossos dias pelas Nações Unidas e pelo CICV, defendida por Jean Pictet (Kolb, 2003: 9) e Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados, termo mais abrangente com vista a abarcar todo o espectro das situações atuais conforme defendido por Francisco Leandro (2005: 30).

A guerra não constitui apenas um facto observável no terreno, não é um simples confronto de armas, é antes um estatuto jurídico complexo. Logo após a elaboração das CG de 1949, relativas à proteção das pessoas afetadas pelas hostilidades, sentiu-se que a utilização do termo guerra deixava muitas lacunas. Era necessário, portanto, tentar regular toda a utilização efetiva da força belicosa, uma vez que as vítimas também são afetadas por outras medidas para além da guerra. No artigo 2.º comum às CG de 1949, manteve-se o termo guerra mas aditaram-lhe o de conflito armado internacional, ao dizer que as suas disposições se aplicam em caso de guerra declarada, mas também em situações de conflito armado, ou seja situações em que a guerra não foi declarada, ou que não são entendidas como tal pelos seus intervenientes. É de salientar que o mesmo passo foi seguido no seio do Direito da Paz, no artigo 2.º n.º 4 da CNU (Kolb, 2003: 10), que proíbe o recurso à força nas relações internacionais. Não obstante, devemos salientar que o elemento subjetivo de apreciação da intensidade de uma situação conflitual permanece, ainda mais acentuado nos conflitos atuais, muitos de natureza mista, por vezes, com o intuito de evitar determinadas obrigações internacionais decorrentes do DIH e do DIDH.

O conjunto do DIH de natureza convencional ou consuetudinária tem vários destinatários. Visa obviamente, em primeiro lugar, os Estados, mas igualmente os movimentos da libertação nacional, as partes envolvidas num CANI (incluindo a parte insurreta), os indivíduos aos quais o DIH confere diretamente direitos e obrigações, enquanto pessoas privadas com a capacidade de cometer ou de sofrer violações do DIH e, por fim, as organizações internacionais. Estas últimas, sujeitos derivados de DIP, encontram-se igualmente vinculadas pelo DIH, por consistirem numa emanção dos Estados que, por sua vez, se encontram vinculados a estas regras, devendo assim o conjunto respeitar o Direito que se impõe às partes (Deyra, 2001: 24), de entre as quais devemos destacar as Nações Unidas e as organizações por si mandatadas.

Deste modo, no contexto da obrigação consuetudinária de respeitar e fazer respeitar as regras do DIH que vinculam as Nações Unidas, esta deve assegurar que as suas regras são conhecidas pelas suas forças, na mesma medida que os Estados signatários das CG (Condorelli, La Rosa e Scherrer, 1995: 370).

No mesmo contexto, a Organização assume a responsabilidade de reprimir as infrações graves cometidas pelos membros das forças armadas envolvidas nas suas missões, tal como fazer cessar as infrações menos graves. Na prática, constata-se que não dispõe dos mecanismos necessários para reprimir estas infrações e que esta tarefa



compete aos Estados que fornecem os contingentes colocados à sua disposição, devendo esta zelar para que estes cumpram as suas obrigações (idem).

O Direito Internacional não fixa o nível de violência que as operações armadas devem alcançar para que sejam aplicáveis as regras relativas ao DIH. Estritamente regulamentadas pelo Direito da Guerra, a abertura e cessação das hostilidades não são submetidas, hoje em dia, a regras precisas. O conflito armado é um facto, mais do que uma intenção (Dinh, Pellet e Daillier, 2003: 197).

O elemento internacional até à publicação em 1977 dos PA consistia no requisito de a luta armada ter de ocorrer entre Estados. Acontece, porém, que na prática internacional contemporânea, se verificam casos de o mesmo conflito ser considerado por alguns Estados como internacional e, por outros, como guerra civil. Apesar disso, o critério preponderante consiste no facto de os conflitos armados entre Estados serem considerados internacionais (idem: 198-199). A grande questão nos conflitos contemporâneos advém da sua qualificação, uma vez que em muitas situações não temos puramente um CANI ou uma situação de tensão ou distúrbios internos, mas uma natureza mista, o que denota mais uma vez a dificuldade de avaliação de algumas questões como a intensidade dos confrontos, as suas consequências ou o nível de organização das partes envolvidas.

O DIH é acima de tudo um Direito autónomo, mesmo que *à priori* pareça paradoxal a existência de um Direito da Guerra, já que por um lado a guerra consiste, na maior parte dos casos, numa violação do Direito e por outro, por ser esta mesma violação que vai condicionar a aplicabilidade do DIH (Deyra, 2001: 25).

Cada uma das partes de um conflito armado deve respeitar e garantir o respeito pelo DIH por todos os que operam sob as suas instruções, direcção ou controlo. Deve ser enfatizado que cada parte deve respeitar o DIH mesmo que o seu adversário não o faça, uma vez que a obrigação de respeitar o DIH não depende de reciprocidade.

O DIH é composto por um conjunto de normas absolutas *jus cogens*, em que não é exigido apenas o seu respeito, mas que se apresentam como regras inderrogáveis para os beligerantes. Existem leis deste género em relação aos meios e métodos de combate lícitos (sobre as armas interditas; a perfídia; o uso abusivo dos emblemas protetores; a recusa de quartel e proibição da fome como método de guerra) e sobre a protecção das pessoas e dos bens civis (princípio da distinção entre civis e militares; protecção a civis e a pessoas fora de combate; assistência aos feridos e aos doentes e tratamento humano

dos prisioneiros de guerra). O respeito destes princípios está na própria essência da existência de um DIHC (Kolb, 2003: 58).

A criação do TPI ampliou a esperança de que os Estados irão julgar os responsáveis por infrações graves do DIH, cumprindo deste modo a luta universal contra a impunidade, tanto num CAI, como num CANI.

O DIH sendo acima de tudo um Direito de conciliação e de persuasão, parte de uma conceção racional e razoável das situações de beligerância e dos comportamentos humanos. Devemos assim ter uma abordagem racional do DIH. Apesar de os princípios por si estabelecidos não serem sempre respeitados, são geralmente bem aceites pelos Estados. Em certas hipóteses, o DIH constitui mesmo o fundamento e o objetivo das missões das forças armadas, uma prova da crescente necessidade de estas terem em consideração este ramo do Direito. O interesse das duas partes é similar e o DIH surge então como um Direito do mal menor e não do bem maior (Deyra, 2001: 26-27).

Desta forma, nas hipóteses não cobertas pelos instrumentos de DIH, os civis e os combatentes permanecem sob a proteção e domínio dos princípios do Direito das Gentes, tal como decorrem dos usos estabelecidos, dos princípios de humanidade e das exigências da consciência pública. A *Cláusula de Martens* rejeita primeiramente a ideia de que tudo o que não é expressamente proibido pelos tratados aplicáveis é autorizado e, em segundo lugar, torna aplicáveis os princípios proclamados, independentemente da ulterior evolução das situações (idem: 24).

Dada a complexidade das situações atuais o DIDH e o DIH coexistem no sistema internacional, sendo complementares e interdependentes, na medida em que ambos têm como objetivo primordial a proteção do ser humano. Todavia, têm características e aplicam-se em diferentes circunstâncias. Embora haja normas de DIDH que se continuam a aplicar durante os conflitos armados, o DIH é concebido apenas para vigorar nestas situações, permanecendo, portanto, distinto do primeiro (Eriksson, 2000: 336).

Tanto o *jus ad bellum* como o *jus in bello* estão, em parte, dentro do campo da legitimidade, do recurso à força. Essas questões particulares estão, em certa medida, separadas das leis da guerra, mas a membrana entre esses campos é, na vida real, mais permeável do que na teoria jurídica (Roberts, 1993: 429), como pode ser comprovado no discurso referente aos conflitos armados atuais, em que ambas as noções jurídicas são utilizadas quase a par e muitas vezes como justificação ou não de determinadas atitudes ou atuações (casos da Líbia e da Síria).

Há mais de cinquenta anos que a comunidade internacional tem testemunhado uma importante e consistente atividade normativa na área dos direitos humanos e do DIH. Dificilmente outros ramos do DIP são constituídos por mais normas e instrumentos. A implementação e cumprimento destas normas depende, na maioria dos casos, da pressão política e aceitação voluntária. A eficiência de uma norma internacional depende do modo como é aplicada a nível nacional pelos Estados e, por sua vez, a implementação a nível internacional, a par da qualidade da norma, depende das metodologias de acompanhamento processual (monitorização) e da obrigatoriedade das sanções aplicadas (Eriksson, 2000: 510). Neste processo, a ONU desempenha um papel preponderante.

Neste sentido, o desenvolvimento recente do DIH pode ser considerado um sucesso. As suas normas estão entre as mais extensas e detalhadas do DIP e os seus principais tratados (CG) têm atualmente uma aceitação universal (Dutli, 1998: 245).

Contudo, basta observar o que está a acontecer nos conflitos armados mais recentes, para nos apercebermos que sérias violações do DIH estão a ocorrer. Daqui se infere que é o cumprimento das suas normas que constitui o maior desafio com que o DIH se depara, mais do que a existência ou a adequação das suas disposições.

A vasta adesão às CG não é suficiente para assegurar a aplicação efetiva do DIH em todas as circunstâncias. Têm de ser tomadas medidas a nível nacional para assegurar que todas as pessoas, militares e civis, conheçam as regras deste ramo do Direito, para que as violações destas normas sejam prevenidas e, se necessário punidas (Dutli, 1998: 246), muitas das quais têm de ser implementadas em tempo de paz, o que decorre da obrigação geral de respeitar e fazer respeitar o DIH em todas as circunstâncias.

Após a trágica experiência e as atrocidades cometidas antes e durante a II Guerra Mundial foi estabelecido um sistema para a manutenção da paz e da segurança internacionais no seio das Nações Unidas, que tinha como intuito a universalidade da sua aplicação. A tentativa dos Estados regularem as suas relações interestatais através de normas de Direito, em vez de recorrerem à força, ou seja, o seu desejo de resolver os diferendos por meios pacíficos, ficou patente na proibição do uso ou ameaça do uso da força nas relações internacionais de acordo com o artigo 2.º n.º 4 da CNU (Eriksson, 2000: 161), como salientámos.

Apesar da proibição do uso da força, exceto nos casos de legítima defesa ou de segurança coletiva (artigo 51.º da CNU), da sociedade internacional e dos padrões políticos estarem a mudar, as causas dos conflitos não desapareceram. Esta realidade

sempre exigiu a aplicação de regras durante os conflitos, que contribuem para regular a conduta das partes envolvidas, promovendo o máximo de humanidade como salvaguarda das pessoas protegidas (idem: 330-331).

Daqui se infere a pertinência da sua consideração e aplicação por parte da ONU na realização dos objetivos que estiveram na base da sua constituição – a manutenção da paz e da segurança internacionais, tendo o CSNU um papel crucial nestas situações.

Com o aumento da instabilidade e da conflitualidade, a ONU passou a ser crescentemente solicitada. Um dos capítulos mais importantes da CNU é o VII, intitulado *Ação em Caso de Ameaça à Paz, Rutura da Paz e Ato de Agressão*, estando o CSNU legalmente dotado de todos os poderes para intervir (Viana, 2002: 82 e 85).

As operações de paz<sup>55</sup> encontram-se legitimadas, em termos gerais, pelo disposto no Preâmbulo e no n.º 1 do artigo 1.º da CNU, pese embora ser difícil em termos específicos encontrar cláusulas na Carta clara e inteiramente aplicáveis às diferentes operações de apoio à paz, tal como são agora entendidas.

Assim, face ao elevado número de solicitações que têm vindo a ser feitas à ONU, que têm excedido mesmo a sua capacidade de resposta, tornou-se notória a necessidade e a vantagem de fomentar uma maior articulação e cooperação com organizações regionais, nos termos do Capítulo VIII da Carta (Viana, 2002: 91) como aconteceu na Líbia, em que o CSNU mandou uma organização regional, a OTAN, para colocar termo ao conflito de modo a proteger os civis, pelo que não se tratou de uma operação de paz, mas de um conflito entre a OTAN e a Líbia (operação de segurança coletiva), embora a ONU ao ter mandatado esta organização tenha responsabilidades sobre a monitorização da sua atuação e, caso se verifique, de responsabilização pela prática de atos ilícitos por parte de todos os intervenientes.

Embora o contexto da Síria seja diferente, a resposta do CSNU na situação na Líbia foi decisiva. Na sua resolução 1970 de 26 de fevereiro de 2011, o Conselho condenou as violações contra civis, exigiu o cumprimento do DIP, impôs um embargo de armas e sanções específicas e remeteu o caso ao TPI. A decisão posterior, na resolução 1973 de 17 de março de 2011, foi no sentido de autorizar medidas necessárias para proteger os civis. No entanto, à medida que a sua implementação foi percebida como indo além da proteção de civis levantou preocupações entre alguns Estados-membros. Também pode ter tido o efeito não intencional de prejudicar a proteção na

---

<sup>55</sup> Veja-se Anexo 3 Espetro das operações militares.

agenda civil, inclusive como um quadro de ação em futuras crises. No futuro, além de cumprir escrupulosamente o DIH e os direitos humanos, a implementação de tais decisões deve ser limitada a promover e assegurar a proteção dos civis (S/2012/376: 5), não interferindo no curso político dos países em questão.

Existe preocupação com a fusão contínua e imprecisa dos conceitos de proteção de civis e da responsabilidade de proteger. Enquanto os dois conceitos partilham alguns elementos comuns, particularmente no que diz respeito à prevenção e apoio às autoridades nacionais para cumprimento das suas responsabilidades para com os civis, há diferenças fundamentais. Primeiro, a proteção de civis é um conceito jurídico baseado no DIH, no DIDH e no Direito dos Refugiados, enquanto a responsabilidade de proteger é um conceito político. Em segundo lugar, há diferenças importantes na sua base. A proteção de civis está relacionada com violações do DIH e dos direitos humanos em situações de conflito armado. A responsabilidade de proteger é limitada a violações que constituem crimes de guerra ou crimes contra a humanidade ou que possam ser considerados atos de genocídio ou de limpeza étnica que podem também ocorrer em situações que não se encontram no limiar de um conflito armado (idem: 5-6), sendo a sua apreciação baseada no *jus ad bellum*. A resolução confirma implicitamente a justeza da guerra, referindo-se no artigo 2.º às exigências legítimas do povo líbio. Ambas as partes, no entanto, estão sujeitas à lei humanitária. Este exemplo destaca como o *jus ad bellum* e o *jus in bello* se podem sobrepor. O desdobramento dos acontecimentos tornou evidente para muitos que este era um processo que protegia os civis contra as forças do governo, mas não contra os rebeldes (Editorial, 2012: 94).

O CSNU continua a incluir a linguagem relativa à proteção de civis na maioria nas suas resoluções, demonstrando maior vontade em usar sanções contra aqueles que violam o DIH e os direitos humanos em situações como as da Líbia (S/2012/376: 6).

As normas internacionais têm evoluído na direção de uma aceitação cada vez maior de intervenções à custa da soberania do Estado neste tipo de situações, o que se tem comprovado pela prática da ONU (Krain, 2005: 363-364). Contudo, nem todos os conflitos internos são iguais. Como resultado, podemos esperar que uma intervenção tenha efeitos diferenciados sobre os diferentes tipos de conflito (Harff, 1992: 28), tal como distintas considerações interfiram na apreciação das diferentes situações.

Em geral, pode-se argumentar que a natureza altamente patrimonial dos militares da Líbia, pelo menos das suas unidades de elite, bem como o uso de combatentes estrangeiros sem conexão com a sociedade líbia, resultou numa resposta muito violenta

para com os movimentos de reforma. O resultado final foi uma fratura do setor militar e seis meses de duração sangrenta do conflito entre as forças pró e anti-Kadafi (Lutterbeck, 2011: 15). Há de facto muitas vozes a condenar a intervenção. Mas o que não sabemos é como teria terminado o conflito se não tivesse existido uma tomada de posição internacional, mesmo em termos do número de vítimas. A memória do Ruanda pode ajudar a explicar as decisões tomadas na Líbia, dado o grau de incumprimento das regras do DIH e do DIDH verificado, ao arrepio das obrigações internacionais conhecidas e assumidas por parte de militares e do governo.

Em nossa opinião, para evitar futuramente uma interpretação livre dos mandatos, deveria ser introduzido um mecanismo de supervisão por parte do CSNU e da AGNU, no sentido do acompanhamento do cumprimento das disposições legais internacionais de acordo não apenas com o DIP, mas também com o DIH e o DIDH e respetiva responsabilização por infrações cometidas, o que permitiria simultaneamente uma maior democratização e legitimação das ações, além de um controlo mais efetivo e transparente em benefício da comunidade internacional como um todo.

Os Estados autocráticos constroem, por norma, um sistema político desequilibrado, em que os líderes têm uma importância desproporcionada no processo de tomada de decisão (Malici e Buckner, 2008: 784), como acontece na Síria.

O sofrimento de homens, mulheres e crianças atingiu níveis sem precedentes no país. Os combates em escalada em diferentes partes do país tornam o acesso a determinadas áreas cada vez mais desafiador. Meses de luta incansável resultaram em destruições em massa, milhares de mortos e refugiados e um número cada vez maior de civis estão a ser privados de necessidades básicas (CICV, 2013).

Como a violência se intensifica, especialmente em áreas urbanas, o CICV está cada vez mais preocupado com a capacidade de todas as partes envolvidas no conflito aderirem aos princípios básicos do DIH, como a distinção entre civis e objetos civis e os objetivos militares, assim como as precauções tomadas, em termos de meios e métodos de combate decorrentes da lei aplicável aos CANI.

Na Síria muitos países (os EUA, Israel, Irão e Turquia) têm importantes interesses em jogo, fazer uma intervenção militar com a aprovação do CSNU e apoio regional, como foi o caso na Líbia, seria quase impossível. Também parece provável que uma intervenção militar na Síria poderia piorar a situação de outros conflitos, como o Líbano, o Iraque ou o Afeganistão (Garrigues, 2011: 5), além da oposição de atores importantes na região como a Rússia e a China com interesses estratégicos

fundamentais, que levaram ao veto no CSNU e ao voto negativo na AGNU de qualquer tentativa de aprovação de resoluções contra o regime sírio.

É certo que os desenvolvimentos subsequentes na Líbia resultaram numa mudança de regime na Líbia, o que torna o Conselho relutante em autorizar outra investigação por parte do TPI, que poderia ser entendida como um primeiro passo para medidas mais intrusivas. No entanto, é crucial pôr termo ao conflito e responsabilizar os infratores. É fundamental para o cumprimento e reforço da legislação a necessidade de reforçar a responsabilização por violações do DIH e dos direitos humanos, para ambas as partes em conflito e autores individuais (S/2012/376: 16), tal como decorrem das suas obrigações internacionais.

Foi considerado que o impasse no CSNU envia sinais errados a todas as partes no conflito da Síria. No entanto, em tais momentos de impasse, a Assembleia Geral, sob a CNU, tem um papel a desempenhar na manutenção da paz e segurança internacionais (GA/11266), pelo que a sua capacidade de trabalho e atuação deve ser reforçada.

Para Evans (2011: 14) o verdadeiro teste é o que aconteceria se enfrentássemos agora outro Camboja, Ruanda ou outra Srebrenica. Teria que existir uma resposta muito mais eficaz do que a que vimos nos anos 90 do século passado, pelo que pensamos que não se podem cometer os mesmos erros quando surgem conflitos deste tipo.

No caso sírio, em contraste com a Líbia ou o Iémen, os militares sírios (bem como as forças de segurança) reprimiram vigorosamente a revolta popular, sem uma fragmentação das forças armadas ou deserções em escala significativa, o que pode ser explicado pelo elevado patrimonialismo dentro de setor militar, bem como pela fraca relação entre as forças armadas e a sociedade síria em geral (Lutterbeck, 2011: 45).

Garantir o necessário grau de cumprimento e, assim, reforçar a proteção dos civis é, essencialmente, uma questão de vontade política, a vontade de conduzir as hostilidades dentro dos parâmetros do DIH, a de se abster de utilizar armas explosivas em áreas povoadas, permitir o envolvimento dos grupos armados não-estatais na legislação, autorizar o acesso aberto a todos aqueles que necessitam de assistência e responsabilizar aqueles que cometem violações. Implica também a vontade, por parte do CSNU, de, de forma consistente usar os mecanismos à sua disposição e de forma proativa considerar novas abordagens para prevenir e responder a violações do DIH e de direitos humanos (S/2012/376: 18) no cumprimento do seu mandato de preservação da paz e da segurança internacionais com base na CNU e no Direito Internacional.

O massacre de civis ocorreu na Líbia e está a acontecer de forma massiva na Síria, em desrespeito das normas internacionais, a responsabilização de ambos os regimes por parte da comunidade internacional é que está a ser diferente. Não se defende que tenha de necessariamente ocorrer na Síria uma intervenção, mas sim que o DIH e DIHC sejam cumpridos, tal como o próprio DIDH, pelas diversas partes no conflito, em conformidade com as suas obrigações internacionais, podendo ser exercidos vários tipos de pressões políticas, económicas e sociais, levando a um isolamento internacional. Caso estas medidas sejam insuficientes, podendo fazer perigar a paz e a segurança internacionais, serão necessárias medidas mais musculadas que ficariam a cargo não apenas do CSNU, mas da AGNU, em coordenação com as suas instituições de salvaguarda dos direitos humanos, como o Conselho dos Direitos Humanos, para além da atuação dos tribunais internacionais, como o TPI.

As maiores contribuições que a ONU poderá fazer ao nível do DIH é o seu respeito, a fiscalização do seu cumprimento e o seu aperfeiçoamento. A responsabilização, mesmo que apenas possa ser realizada através da pressão política e exposição pública é e continuará a ser um fator essencial, para que os Estados não se esqueçam das obrigações nacionais e internacionais assumidas e alterem o seu comportamento em conformidade. O envio das situações de infração grave ao TPI, isto é, o reconhecimento da sua competência em tais situações, como aconteceu no caso da Líbia e se está a tentar na situação vivida na Síria constitui um exemplo desta situação.

As grandes mudanças na condução dos assuntos militares, aliadas à força da jurisprudência e da opinião pública, deram origem às sucessivas alterações da estrutura normativa do DIH, em particular das CG (Leandro, 2003: 37), que permitiram ampliar a proteção de civis e combatentes. Porém, dada a complexidade dos conflitos armados atuais, colocam-se ao DIH desafios importantes, decorrentes também da evolução tecnológica, económica e social, além dos resultantes de considerações de ordem política ou político-estratégica.

Um desafio consiste em mobilizar a vontade política dos Estados para evitar as violações do DIH, sendo neste caso de destacar a importância do papel da opinião pública, da comunidade internacional e demais organizações na denúncia e exigência de responsabilização em caso de infração.

Outra questão está relacionada com a legalidade de algum tipo de armas resultantes dos avanços da RAM e com a sua utilização em algumas situações, como é o caso das UAVs e de outros dispositivos, como aconteceu na Líbia. É certo que os



armamentos que vão surgindo constituem um importante desafio ao DIH, mas parece-nos que este se denota mais ao nível do controlo e responsabilização da sua utilização, pois os efeitos que podem causar já se encontram regulamentados, sendo muitos dos quais proibidos pelos seus efeitos indiscriminados ou excessivos, pelo que não deve ser permitida a criação de brechas legais e justificações de legitimidade que podem criar precedentes perigosos em termos de atuação por parte dos diversos atores.

Como salienta Sharkey (2011: 240), não está claro que mudanças necessitam de ser feitas no DIH. Estas abrangem claramente os requisitos para a distinção e proporcionalidade. Alguns esclarecimentos e aditamentos ao DIH podem ser necessários, mas vai ser difícil a sua atualidade no futuro. Porém, há que salientar, que nos parece que também se colocam questões em relação à utilização de armas clássicas por parte dos atores não-estatais em desrespeito do DIH e não apenas em relação às novas tecnologias utilizadas pelos países mais desenvolvidos e por alguns atores internacionais, em que cada um atua de acordo com os meios à sua disposição na prossecução dos seus interesses, o que denota que ao nível teórico os princípios são aceites, mas que nas situações práticas são esquecidos ou contornados.

Outro desafio está relacionado com os grupos armados não-estatais, com os quais se tem de estabelecer contacto e aos quais se tem de inculcar a ideia de que têm responsabilidades para com a população civil e outros combatentes, podendo também ser responsabilizados por crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

O rápido florescimento das empresas militares privadas, mais propriamente da terceirização das funções de segurança e defesa, em especial em situações de conflito armado, constitui também um desafio cada vez mais premente, na medida em que os seus serviços são cada vez mais procurados, levantando questões em termos de responsabilização e do uso legítimo da força.

O problema da qualificação dos conflitos armados (CAI ou CANI), para que se possa determinar o estatuto das pessoas protegidas, tem sido uma matéria difícil. Mesmo a ajuda interpretativa do CICV, pronunciando-se no sentido de que um indivíduo em posse do adversário tem de ter um estatuto legal já não resolve todas as situações (Leandro, 2005: 210).

Outra questão prende-se com a luta contra o terrorismo que levanta questões em termos de responsabilização, atuação e eficácia.

Como relembra Schmitt (2010: 796) não há princípio mais central para o DIH, nem mais mal compreendido do que a necessidade militar. Este tem sido utilizado para

justificar abusos durante conflitos armados e impor restrições que podem colocar em questão o cumprimento das normas em geral. Os conflitos contemporâneos, bem como os esforços em curso para esclarecer a aplicação do DIH aos mesmos, ainda não foram totalmente esclarecidos, dada a multiplicidade dos atores envolvidos e as características dos conflitos, que levantam dúvidas em relação à sua qualificação. Pelo que existe um equilíbrio frágil entre este e o princípio da humanidade.

São de destacar também o problema das armas químicas e biológicas que utilizam tecnologia de duplo uso, cuja natureza furtiva torna difícil a responsabilização dos seus utilizadores; a construção e funcionamento de instalações de duplo uso em tempo de conflito; a tecnologia que permite a utilização de armas não-letais e que coloca novas opções relativas aos meios e ao uso da força; as dificuldades de controlar os armamentos que possibilitam a utilização de tecnologia em conflitos internos, assimétricos; a localização crescente de objetivos militares em áreas urbanas, acrescentando novos desafios à seleção e discriminação dos objetivos; a velocidade e a intensidade da mediatização dos conflitos – a este propósito torna-se necessário o aperfeiçoamento do estatuto jurídico do jornalista em operações militares; a cada vez mais difícil distinção entre civis e combatentes, tendo em conta a redução generalizada dos efetivos militares; a questão do uso de crianças; a proteção de obras de arte contra a sua transferência, comercialização e destruição; o problema dos ataques contra o pessoal ao serviço das Nações Unidas ou organizações regionais, atuando sobre mandato do CSNU e da efetiva responsabilização individual; as dificuldades inerentes à não ratificação do Estatuto de Roma e as exigências no seio do CSNU para novas missões onde se prevê o uso da força (Leandro, 2005: 207-210).

A dualidade de atuação no seio do CSNU pode ser constatada nos casos da Líbia e da Síria, podendo existir uma dualidade de critérios de apreciação e atuação por parte dos seus membros, o que transmite um sinal erróneo à comunidade internacional, no que concerne à responsabilização e pode fazer notar uma certa manipulação em nome de interesses individuais que este órgão não consegue impedir. Esta situação coloca cada vez mais em questão a manutenção do CSNU na sua forma atual, que tem sido alvo de diversas críticas (em especial o poder de veto dos membros permanentes que lhes permite salvaguardar os seus interesses vitais) e propostas de revisão, no sentido de uma maior eficácia, legitimidade e democratização da sua atuação que passaria por um aumento do número de membros permanentes, tal como uma maior articulação com a AGNU. A máxima de Maquiavel (1991) dividir para reinar talvez possa ser aplicada a

este órgão da ONU, principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais, no qual, tal como na Organização, todos os Estados depositaram as suas expectativas.

As leis da guerra nunca foram um fenómeno isolado. Sempre foram moldadas por fatores sociais, económicos, políticos e militares, como enfatizámos. Estes evoluíram numa ampla estrutura jurídica internacional, sendo de constatar que a definição do *jus in bello* é hoje maior do que nunca (Rosas, 1987: 219). Neste cenário de expansão, algumas normas do DIH tornaram-se também algo discutíveis, pelo que devemos refletir sobre as suas consequências de acordo com o DIH.

Existem várias formas de assimetria que influenciam a aplicação ou interpretação do DIH nos conflitos armados do século XXI. Claramente, a influência mais visível é a exercida por diferenças tecnológicas no poder militar de lados opostos. No entanto, outras motivações também reduzem a vontade dos participantes de respeitar as normas do DIH, ou, talvez mais precisamente, desviar-se delas (Schmitt, 2007: 41).

O perigo real é que as violações do DIH, por um lado, geralmente levem a violações correspondentes do outro, iniciando assim um ciclo vicioso de ilegalidade. As partes concordam em limitar as suas ações durante as hostilidades, já que beneficiam quando o oponente faz o mesmo. Todavia, quando a assimetria perturba a presunção e um lado viola as regras acordadas, o incentivo prático para o cumprimento por parte dos outros desaparece. O DIH começa a aparecer como se operasse em benefício dos inimigos, podendo desencadear uma dinâmica que enfraquece os alicerces deste ramo do Direito (idem: 41-42).

É evidente que o DIH não pode estabelecer detalhadamente os procedimentos para todas as eventualidades, havendo, por isso, precisões a fazer. Eis mais uma razão para que, dentro de cada Estado, o moderno DIH seja objeto de estudo aprofundado (Ramos, 1993: 98), de modo a colmatar lacunas também a nível nacional, o que os Estados têm feito e, nos casos em apreço, a própria Líbia e Síria, o que lhes confere credibilidade, reconhecimento e legitimidade internacional.

Questiona-se atualmente também se uma certa leitura da lei terá contribuído para a proliferação da violência e não para a sua contenção e se alguns ataques não foram contidos por um uso extensivo do DIH. Para Weizman (2010: 12) uma certa interpretação e uso da lei permitiram, não só a justificativa da violência, mas fundamentalmente, o infligir de maiores níveis de destruição.

Esta justificação de muitos atos através da lei constitui, em nosso entender, uma evolução que pode fazer perigar o respeito pelo DIH por parte dos diversos intervenientes, encontrando os mesmos alguns subterfúgios legais para o não cumprimento de algumas regras essenciais estabelecidas, em especial no que concerne à distinção entre civis e militares e entre objetos civis e objetivos militares.

Existe outro paradoxo estrutural, pois quando as leis da guerra proíbem alguma coisa, autorizam outras. Assim, é definida uma linha entre o que é permitido e o que é proibido. Esta linha não é estável, mas sim, dinâmica e elástica, e o seu caminho é complexo e está em constante mudança. Uma intensa luta é conduzida em torno desta linha com a finalidade de moldar este limite de acordo com diferentes objetivos estratégicos (Weizman, 2010: 14), pelo que é necessário estar atento a esta evolução, analisando-a e denunciando-a publicamente, para que práticas abusivas não se transformem em regra, passando a constituir uma espécie de exceção, que se pode institucionalizar através do costume.

Como salienta Manuel Campos de Almeida (2006) apesar de todos os avanços e êxitos, o DIH é e continuará sempre a ser uma obra inacabada, que necessita do trabalho, do empenhamento e da capacidade de inovação de todos, para o aperfeiçoar e ajustar aos novos desafios da mudança e da modernidade.

O DIH levanta uma controvérsia que põe em questão a sua própria existência. Invocaram-se contra ele dois argumentos principais. Seria primeiro que tudo inútil, porque está sempre atrasado face a um conflito. Estabelecido sobre as experiências do conflito precedente, seria inaplicável no seguinte devido aos progressos rápidos efetuados pela técnica dos combates. Em segundo lugar, este Direito seria vão e ineficaz. Na prática, ele não impressiona os beligerantes que sempre o transgrediram. Enquanto uma responsabilidade penal do indivíduo em Direito Internacional não seja plenamente instituída, não haverá sanções efetivas contra os atos individuais de violação (Dinh, Pellet e Daillier, 2003: 844). Devemos, no entanto, salientar que a criação dos Tribunais Internacionais *ad hoc* para o Ruanda e a Ex-Jugoslávia e o TPI têm demonstrado que este é um caminho que está a ser percorrido e que se pretende que conduza a uma sanção efetiva dos infratores das normas de DIH, tal como existem normas que são aplicáveis a qualquer situação, não admitindo exceções.

Os próprios factos se encarregarão de responder a estas críticas, não estando o recurso à força armada definitivamente eliminado da vida internacional, é necessário continuar a submeter o seu desenrolar ao Direito a fim de limitar, tanto quanto possível,

os seus perigos e os seus danos. A verdade é que a guerra pode e deve ser sujeita à disciplina jurídica, que como todas as relações entre os homens deve ser regulamentada (Dinh, Pellet e Daillier, 2003: 844).

O DIH continua a ser a estrutura jurídica mais eficaz que governa a condução das hostilidades, uma vez que foi desenvolvido especificamente para salvaguardar as necessidades legítimas de segurança dos Estados, por um lado, e proteger a vida humana e os direitos básicos por outro. É certamente possível atingir um equilíbrio entre ambos e a necessidade de o fazer continua premente. Pode-se exercer o controlo armado sobre um território, enquanto se poupa a população civil e podem-se deter as pessoas que ameaçam a ordem pública, salvaguardando a sua integridade física.

A satisfação em relação à aceitação universal das CG não obscurece a consciência de que os tratados de DIH são com frequência violados. De facto, o sofrimento dos civis demonstra que ainda estamos longe do cumprimento universal destas normas, em especial nos conflitos internos, onde o próprio Estado e as suas forças armadas e de segurança que deveriam salvaguardar a população são os principais infratores, como aconteceu na Líbia e está a ocorrer na Síria.

Após o estudo dos diversos aspetos do sistema internacional de proteção da pessoa humana que constitui o DIH, através do seu desenvolvimento histórico, dos seus princípios e postulados essenciais e dos seus mecanismos de proteção e aplicação, devemos concluir que o DIH é um Direito realista, apesar de ter sido inspirado pelos sentimentos mais nobres e idealistas (Trindade, Peytrignet e De Santiago, 2004: 46).

Consequentemente, se as fontes de inspiração do DIH são de índole filantrópica, as normas positivas dos seus tratados, negociados pelos plenipotenciários dos Estados, resultam muitas vezes de raciocínios próprios da razão de Estado, na qual os imperativos de humanidade, que constituem a pedra angular do sistema, são compensados por considerações induzidas pelas necessidades militares e outros interesses de natureza política ou económica que condicionam a sua atuação (idem).

Devemo-nos convencer, hoje mais do que nunca, que o DIH constituiu um verdadeiro património comum da humanidade que, dado o seu carácter universal protege o mundo contra o caos total e as atrocidades sem limites, pelo que o seu cumprimento não deve ser entendido como uma debilidade de uma parte em relação à outra. Se as partes em conflito entenderem esta dimensão de longo prazo, todos sairão a ganhar.

No entanto, na prática as situações são diferenciadas. Na opinião de Hassner (1997: 245), durante a Guerra Fria existia um modelo para a compreensão de todos os

conflitos, enquanto hoje, onde tudo é interdependente, temos uma parte do mundo onde a guerra está ausente há muito tempo e outro, onde parece prevalecer uma espécie de anarquia. Estamos a viver num mundo, que mais do que nunca, é comum a todos e, num mundo onde existem racionalidades muito diferentes a grande proximidade. Neste sentido podemos dizer que estamos no fim de uma época e no início de outra, tendo a impressão de viver num mundo que é mais universal e também mais fragmentado.

Outra importante constatação é que no século XX se descobriu a fragilidade da humanidade, por um lado que a humanidade pode ser destruída por armas nucleares e, por outro, que os seus acordos e códigos morais podem ser afastados pela violência (idem: 246).

O DIP continuará a desempenhar um papel crucial, na resolução das questões que continuarão a persistir nas próximas décadas, nas quais se incluem os conflitos armados. Os problemas globais requerem soluções globais, daí que estas questões necessitem da cooperação internacional para a sua resolução (McShane, 2005: 241).

Ao fazer parte do DIP e necessitando os seus problemas de serem resolvidos, o DIH continuará a sua evolução, talvez não com a celeridade necessária para resolver os problemas que vão surgindo mas continuará, certamente, a proteger as vítimas dos conflitos armados em todas as situações. A pressão que o CICV exerce a este nível, em conjunto com outras organizações foi, é, e continuará a ser fundamental.

A perspetiva realista do poder dos Estados impera ainda na atualidade, embora já não seja tão preponderante como no passado. Nenhum Estado pode ser obrigado a conformar-se com o DIP, pois este sempre foi voluntarista. Contudo, estes atores têm consciência que o Direito é essencial para regular as relações entre os vários atores, daí o seu desenvolvimento nas mais diversas áreas, de entre as quais se destaca o DIH.

O DIC tem assumido um papel cada vez mais importante, impondo-se a todos os Estados, mesmo que não tenham aceite os tratados onde certas normas estão estabelecidas. Dificilmente um Estado consegue uma oposição permanente e reiterada contra estas normas, o que significa que em último caso terá de se conformar com as mesmas. Daí a importância da análise e constituição de um DIHC, que o CICV tem procurado desenvolver, através do estudo das práticas dos Estados, em especial para aplicação aos CANI, onde os dispositivos de proteção são menos desenvolvidos e o seu cumprimento menor, pelo que é fundamental o impedimento da criação de precedentes de atuação de legitimem determinadas políticas e práticas, como enfatizámos.

Embora as normas de DIH sejam das mais respeitadas, as situações de desrespeito têm aumentado, como salientámos, pelo que deveriam ser criados mecanismos de fiscalização mais eficazes, que atuariam imediatamente após a ocorrência de um conflito armado. Também deveria ser desenvolvida legislação específica para a atuação das forças da ONU ou das forças por si mandatadas, tendo em consideração as diversas situações possíveis e o grau de periculosidade para a integridade da população civil e destas forças. A intervenção de forças internacionais, por vezes, é fundamental numa situação de conflito, uma vez que constitui uma salvaguarda para as populações no respeito das normas de DIH e de DIDH, prestando também um auxílio inestimável em termos humanitários, não devendo a sua atuação estar relacionada com quaisquer outras situações ou interferir no curso político dos acontecimentos nos Estados em questão. A sua atuação é mais facilmente controlável e torna-se fundamental, numa época em que os conflitos tendem a dominar extensas áreas do globo com trágicas consequências em termos humanos e civilizacionais.

É impossível prever o futuro. Todavia, parece quase certo que irão continuar a existir guerras e, como consequência, vítimas. Também constitui um facto que durante os primeiros anos do século XXI, os instrumentos, aparelhos e mecanismos para a proteção das vítimas da guerra serão os que conhecemos atualmente. Então, coloca-se a questão de saber que proteção podem as vítimas dos conflitos de amanhã esperar dos instrumentos, aparelhos e mecanismos de hoje (Kalshoven, 2007: 729).

As medidas nacionais de implementação e imposição do DIH, previstas nas CG e noutros instrumentos continuarão a ser insuficientemente aplicadas, deste modo, devem ser envidados esforços para aumentar o seu cumprimento a nível interno. A educação constitui a palavra-chave a este nível e é, simultaneamente, uma indicação sobre onde começam as dificuldades. Devemos recordar que nas sociedades atuais, o conhecimento que a opinião pública tem das disposições do DIH é na melhor das hipóteses diminuto (idem: 729-730), pelo que se tem de apostar na formação e divulgação deste ramo do Direito.

A guerra inevitavelmente envolve morte e destruição, sendo que a única maneira de impedir que tal aconteça é evitar que esta situação ocorra. No desenvolvimento de normas legais para aplicação em situações de conflito é, portanto, essencial ter em consideração a realidade do conflito e as evoluções que se vão registando, sendo de ter em especial atenção as interpretações dúbias das suas disposições, pelos riscos que acarretam em termos de cumprimento (Schmitt, 2010: 799).

Refletindo sobre os meios e métodos de combate e pensando na tecnologia, a supremacia tecnológica tem permitido ao ocidente e aos países mais desenvolvidos desrespeitar a lei em nome dos seus interesses. Os países em desenvolvimento também o fazem com as armas de que dispõem. Os objetivos de ambos são simultaneamente similares e distintos, pois todos pretendem salvaguardar os seus interesses.

Na opinião de Geis (2011: 169) o DIP não é a primeira e não será a última teoria científica a ser explorada ou usada por políticos para os seus propósitos, em especial depois da Guerra Fria, é apenas a mais tópica e, portanto, justamente merece a nossa atenção crítica, em especial, em nosso entender, quanto está em causa o DIH e todo o espectro do DIDH, que se referem à salvaguarda do ser humano.

Koskenniemi (2011: 9-10) salienta também que é fundamental para a competência legal perceber que a lei é baseada em factos e interesses, uma vez que permite entender que possui uma autonomia relativa, mas que podemos dizer efetiva.

Como relembra Slaughter (1995: 538) imaginar um mundo de Estados liberais não é apenas um exercício hipotético. Os princípios e postulados do DIP foram sujeitos a numerosas exceções e modificações ao longo dos tempos que refletem as assunções positivas unificadoras de unidade e igualdade funcional dos Estados. Por exemplo, o DIDH contemporâneo foi fundado no reconhecimento de que as condições políticas nacionais têm consequências para a segurança internacional. Neste sentido, o catálogo existente de direitos fundamentais inclui o direito a uma governança democrática.

As políticas interventivas foram afetadas pela noção de que as democracias são pacíficas, não podendo ser separadas do poder (Owen, 2011: 161-162).

A legitimidade inigualável que a ONU confere às ações do CSNU faz com que seja mais fácil para os Estados-membros permanentes realizar determinadas ações e mais difícil para os governos a quem se destinam evitá-las (Slaughter e Feinstein, 2004).

A Líbia foi uma operação de segurança coletiva, o que pode já por si levantar algumas dúvidas sobre os seus efetivos objetivos desde o início, pois o que se pretende é a manutenção da paz e a segurança internacionais, pelo que poderia ter sido levada a cabo uma operação de imposição da paz, na qual poderiam participar os diversos Estados da ONU com os seus recursos, como o fizeram pela OTAN.

No Iraque Saddam poderia ter sido julgado por genocídio, crimes de guerra e contra a humanidade (Slaughter, 2004: 79-80). O mesmo se poderia extrapolar para a Líbia em que a OTAN não pediu um segundo mandato ao CSNU, podendo o líder líbio também ter sido julgado por crimes de guerra e crimes contra a humanidade.



A vitória pode, em alguns casos, criar a sua própria legitimidade, mas a combinação da globalização e da revolução da informação significa que se está a assistir às consequências do uso da força e a chegar a conclusões sobre a justiça das causas (Slaughter, 2004: 84), o que pode condicionar futuras decisões e atuações.

A Líbia e a Síria constituem exemplos recentes e flagrantes do incumprimento do DIH e do próprio DIDH. O grande desafio que se coloca atualmente e também para o futuro é o de saber porque não está o DIH a ser respeitado, pelo menos em algumas das suas disposições, incluindo algumas das mais importantes, que dizem respeito à proteção dos civis e dos que estão fora de combate, apesar da crescente chamada de atenção para a importância e vinculação a estas normas tanto por parte dos atores estatais como dos não-estatais. Esta situação tem advindo do tipo de conflitos que passaram de interestatais para intraestatais, o que mudou a natureza dos conflitos e provocou pressões acrescidas pela intervenção de novos atores que não dispõem, em geral, do mesmo tipo de capacidades que os seus opositores estatais. No entanto, a lei existe e é efetiva em qualquer tempo e espaço e para os diversos atores, pelo que deverão ser responsabilizados em caso de incumprimento, para que os interesses individuais ou coletivos não se sobreponham ao interesse do ser humano e da comunidade internacional como um todo.

Neste sentido, devemos insistir na aplicação das normas existentes e responsabilização em caso de infração, evitando como salientámos todos os precedentes que tendem a ser criados. A opinião pública, as organizações não-governamentais, organizações internacionais e regionais, tal como os próprios Estados devem fazer pressão para o seu cumprimento e avanço normativo sempre que necessário, para o qual o CICV tem contribuído de forma significativa, uma vez que as regras existentes tornam o sistema internacional estável e previsível, o que tem interesse para todas as partes. O que pode parecer um benefício no curto prazo pode acarretar consequências nefastas com implicações para a comunidade internacional como um todo, o que denota a importância do cumprimento da legislação internacional, em especial ao nível do DIH e do DIDH a que os Estados vão aderindo, tal como muitos outros atores.

Os relatórios do Conselho dos Direitos Humanos e as investigações do TPI a que nos referimos no Capítulo IV têm mostrado que o movimento de oposição líbio, agora no poder, cometeu graves atrocidades durante a guerra e que esse facto o está a fragilizar e se pode virar contra ele de futuro, na medida em que afeta a sua governação, imagem e credibilidade tanto nacional como internacional. Na Líbia as milícias armadas

continuaram a cometer impunemente graves abusos de direitos humanos (Anistia Internacional, 2013: 112). A Lei n.º 38 de 2012 previa também total imunidade para os milicianos, não tendo sido realizada nenhuma investigação significativa pelas autoridades sobre os supostos crimes cometidos, tal como a cooperação com o TPI não está a ser devidamente realizada (idem: 115), pelo que surgem questões sobre o futuro do país e sobre a sua atuação a nível nacional e internacional, embora os atores tendam sempre a justificar as suas ações de acordo com a lei e a enfatizar o seu cumprimento.

Em suma, de acordo com a tese que nos propusemos defender, o DIH foi, continua e continuará a ser de extrema acuidade, tanto na atualidade e nos conflitos contemporâneos, como no futuro. Não tendo uma importância residual, não se encontra ultrapassado, em virtude da sua evolução normativa não acompanhar com a mesma celeridade os desenvolvimentos que se verificam nos conflitos, uma vez que as normas existentes, em especial o cerne das suas disposições, continuar a ser aplicável em qualquer circunstância, independentemente do tempo e do espaço. No que concerne à pergunta de partida, saber como o DIH tem influído no comportamento dos atores internacionais e tem condicionado ou não a sua atuação, analisando as questões atuais, problematizando e prospetivando a questão do DIH face à realidade contemporânea e desafios futuros, concluímos que o DIH tem influído no comportamento dos diversos atores e tem condicionado a sua atuação deste o princípio dos tempos, pois têm aderido às diversas normas internacionais e procurado adequar a sua legislação e atuação em conformidade, quando não estão em causa interesses vitais, é certo, mas que os obrigam a justificar o seu comportamento perante a comunidade internacional quando existe uma infração dessas normas, sofrendo sanções. A necessidade de pertencer a um todo, um conjunto que é o sistema internacional, não se podendo viver isolado fará com que os Estados e os restantes atores procurem sempre tentar articular os seus interesses com as normas existentes (o que lhes confere legitimidade e credibilidade) e as respeitem se não no todo, em parte, o que aumentará se forem responsabilizados sempre que não o fizerem, daí a importância de instituições independentes legais fortes e eficazes em termos jurídicos e morais, tal como da pressão política e pública.

Do exposto podemos concluir que o DIH é um Direito realista, que devido à impossibilidade de erradicar a guerra procura humanizá-la, através da limitação dos meios e métodos de combate e da proteção das vítimas e dos que se encontram fora de combate, uma vez que como afirma Maurice Torrelli (1985: 123) “*le droit humanitaire est certes un droit fragile, mais c’est l’ultime rempart contre la barbarie*”.

## Anexos

### Anexo 1

#### Espetro dos conflitos armados

#### Crime

#### Conflito armado não-internacional

#### Conflito armado internacional

P A Z	Distúrbios e tensões internas	Atos de violência isolados e esporádicos	Distúrbios e motins	Detenções em massa	Intervenção direta	Guerra não declarada	Guerra declarada	
	Crimes e delitos comuns	Terrorismo	Insurreições	Estados que apoiam atos terroristas	Guerras de libertação nacional	Guerra limitada	Guerra generalizada	Guerra nuclear
		Luta armada esporádica	Forças armadas dissidentes vs Forças regulares	Grupos armados organizados	Intervenção indireta	Operação militar sustentada e generalizada		
G U E R R A								

#### Imposição da lei



#### Conflito de baixa intensidade

#### Conflito de alta intensidade

Fonte: NATO (2008), “Introduction to Hague and Geneva Law”, in *NATO Partnership for Peace Courses* (disponibilizado pela plataforma do Instituto da Defesa Nacional aos participantes no Curso de Defesa para Jovens).

## Anexo 2

### Aplicabilidade das normas de Direito Internacional Humanitário

Aplicabilidade		Aplicação
O DIH é aplicável?		
1. Situação verificada;		
2. Pessoas envolvidas;		
3. Espaço geográfico abrangido;		
4. Tempo em que se verifica a situação.	<b>Sim</b> $\Rightarrow$	As normas em questão podem ser aplicadas.
<b>Não</b>		
		
Procurar outro tipo de normas aplicáveis, por exemplo será o DIDH aplicável?	<b>Sim</b> $\Rightarrow$	As normas em questão podem ser aplicadas.
<b>Não</b>		
		
Não existem normas aplicáveis à situação em questão. Contudo, aplicam-se sempre as normas que estão consagradas pelo Direito Consuetudinário, que derivam, por exemplo, da <i>Cláusula de Martens</i> .		

Fonte: NATO (2008), “Elementary course on International Law of Armed Conflicts”, in *NATO Partnership for Peace Courses* (disponibilizado pela plataforma do Instituto da Defesa Nacional aos participantes no Curso de Defesa para Jovens).

### Anexo 3

#### Espetro das operações militares

Ambiente	Objetivo	Operações militares	Exemplos
Guerra	Combater e vencer	Guerra	- Operações de combate em larga-escala - Ataque - Defesa
Conflito	Evitar a guerra e resolver o conflito	Outras operações para além da guerra	- Ataques e <i>raids</i> - Operações de imposição da paz - Apoio a um dos beligerantes - Combate ao terrorismo - Operações de apoio à paz - Novas operações de imposição da paz
Paz	Promover a paz	Outras operações para além da guerra	- Combate ao tráfico de droga - Assistência em caso de catástrofe - Operações de reconstrução e consolidação da paz - Assistência às nações dos mais diversos tipos

Fonte: NATO (2008), “Ethnic conflict and peace operations”, in *NATO Partnership for Peace Courses* (disponibilizado pela plataforma do Instituto da Defesa Nacional aos participantes no Curso de Defesa para Jovens).

## Bibliografia

### Fontes primárias

#### Monografias:

CICR – Comité Internationale de la Croix Rouge (1989), *Manuel de la Croix-Rouge International*, Genève: Comité International de la Croix- Rouge;

ICRC– International Committee of the Red Cross (2006), *Business and International Humanitarian Law*, Geneva: ICRC.

#### Relatórios científicos e técnicos:

ANISTIA INTERNACIONAL (2013), *Informe 2013 – O estado dos direitos humanos no mundo*, Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 180 pp.;

IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares (1996), *Operações de apoio à paz (ME-20-76-04)*, Sintra: Instituto de Altos Estudos Militares;

ICISS – International Commission on Intervention and State Sovereignty (December 2001), *The responsibility to protect*, Ottawa: The International Development Research Centre;

ICRC (2012), *ICRC sixth annual report on the national implementation of International Humanitarian Law in the Arab world, covering the period from the beginning of 2010 until the end of 2011*, Genève: ICRC;

NAÇÕES UNIDAS (2002), *O Direito Internacional Humanitário e os direitos humanos*, in *Ficha Informativa sobre Direitos Humanos* n.º 13, 25 pp.

#### Documentos oficiais:

A/HRC/19/68, *Report of the international commission of inquiry on Libya*, Human Rights Council, 8 March 2012;

A/HRC/19/69, *Report of the independent international commission of inquiry on the Syrian Arab Republic*, Human Rights Council, 22 February 2012;

A/HRC/S-17/2/Add.1, *Report of the independent international commission of inquiry on the Syrian Arab Republic*, Human Rights Council, 23 November 2011;

A/RES/66/253 B (2012), General Assembly sixty-sixth session, *The situation in the Syrian Arab Republic*;

COMISIÓN EUROPEA (19 de agosto de 2012), MEMO/12/623;

DECRETO-LEI n.º 42 991, de 26 de maio de 1960;

DIÁRIO DA REPÚBLICA I – Série A – n.º 117/91 de 22 de maio de 1991, pp. 2746- 2791;

DIÁRIO DA REPÚBLICA I Série – A, n.º 10/97;

DIÁRIO DA REPÚBLICA I Série – A, n.º 160 de 14 de Julho de 1998;

DIÁRIO DA REPÚBLICA I Série – A, n.º 161/2001;

DIÁRIO DA REPÚBLICA I Série – A, n.º 250/94;

DIÁRIO DA REPÚBLICA I Série – A, n.º 299/98;

DIÁRIO DA REPÚBLICA I Série – A, n.º 74;

DIÁRIO DA REPÚBLICA I Série – A, n.º 77/92;

DIÁRIO DA REPÚBLICA I Série, 1.º Suplemento, n.º 211/90;  
 DIÁRIO DA REPÚBLICA n.º 15, Série I – A de 18 Janeiro de 2002 n.º 15-18  
 de janeiro de 2002, pp. 362-431;  
 GA/11266 (2012), adopted by the General Assembly on 3 August;  
 ICJ – International Court of Justice (1949), *Reparation for injuries suffered in the service of the United Nations*, ICJ Advisory Opinion of 11 April;  
 ----- (1962), *Certain expenses of the United Nations* (Article 17, paragraph 2, of the Charter), ICJ Advisory Opinion of 20 July;  
 ----- (1996), *Advisory opinion on the legality of the threat or use of nuclear weapons*, adopted on 8 July;  
 NAÇÕES UNIDAS (2001), *Carta das Nações Unidas e Estatuto do Tribunal Penal Internacional de Justiça*, Lisboa: Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal;  
 S/2011/727 (2011), *Report of the Secretary-General on the United Nations support mission in Libya*, adopted on 22 November;  
 S/2012/376 (2012), *Report of the Secretary-General on the protection of civilians in armed conflict*, adopted on 22 May;  
 S/RES/1041 (1996), *Liberia*, on 29 January;  
 S/RES/1261 (1999), *Children and armed conflicts*, on 30 de August;  
 S/RES/1970 (2011), adopted by the Security Council at its 6491 meeting, on 26 February;  
 S/RES/1973 (2011), adopted by the Security Council at its 6498 meeting, on 17 March;  
 S-15/L.1, Human Rights Council, 25 February 2011;  
 SC/11000, Security Council 6962 meeting on 8 May 2013.

#### Internet:

Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, Tabela de Ratificação: Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, disponível em <http://www.achpr.org/pt/instruments/achpr/ratification/> (consultado em janeiro de 2013);  
<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/direito-internacional-humanitario/sobre-dih.html> (consultado em março de 2013);  
 ICC-01/11-01/11, disponível em [http://www.icc-cpi.int/en\\_menus/icc/situations%20and%20cases/situations/icc0111/related%20cases/icc01110111/Pages/icc01110111.aspx](http://www.icc-cpi.int/en_menus/icc/situations%20and%20cases/situations/icc0111/related%20cases/icc01110111/Pages/icc01110111.aspx) (consultado em maio de 2013);  
 ICRC (2012a). *Syria: ICRC urges full respect for International Humanitarian Law*, News Release 12/16, em <http://www.icrc.org/eng/resources/documents/news-release/2012/syria-news-2012-07-31.htm> (consultado em novembro de 2012);  
 ----- (2012b), *Libya: War's unexploded remnants still threaten*, em <http://www.icrc.org/eng/resources/documents/photo-gallery/2012/libya-wec-photo-gallery-2012-07-05.htm> (consultado em novembro de 2012);  
 ----- (2012c), *Internal conflicts or other situations of violence – what is the difference for victims?*, em <http://www.icrc.org/eng/resources/documents/interview/2012/12-10-niac-non-international-armed-conflict.htm> (consultado em dezembro de 2012);

----- (2013), *Syria: aid continues to reach those in need despite challenges*, em <http://www.icrc.org/eng/where-we-work/middle-east/syria/index.jsp> (consultado em fevereiro de 2013);

----- (16 de maio de 2013), State Parties to the following International Humanitarian Law and other related treaties, em [http://www.icrc.org/ihl/%28SPF%29/party\\_main\\_treaties/\\$File/IHL\\_and\\_other\\_related\\_Treaties.pdf](http://www.icrc.org/ihl/%28SPF%29/party_main_treaties/$File/IHL_and_other_related_Treaties.pdf) (consultado em maio de 2013);

NATO (2008a), “Introduction to Hague and Geneva Law”, in *NATO Partnership for Peace Courses* (disponibilizado pela plataforma do Instituto da Defesa Nacional aos participantes no Curso de Defesa para Jovens);

----- (2008b), “Elementary course on International Law of Armed Conflicts”, in *NATO Partnership for Peace Courses* (disponibilizado pela plataforma do Instituto da Defesa Nacional aos participantes no Curso de Defesa para Jovens);

----- (2008c), “Ethnic conflict and peace operations”, in *NATO Partnership for Peace Courses* (disponibilizado pela plataforma do Instituto da Defesa Nacional aos participantes no Curso de Defesa para Jovens);

UN, United Nations Treaty Collection disponível em <http://treaties.un.org/Pages/Treaties.aspx?id=4&subid=A&lang=en> (consultado em janeiro de 2013);

UNa, United Nations Treaty Collection disponível em <http://treaties.un.org/Pages/Treaties.aspx?id=18&subid=A&lang=en> (consultado em janeiro de 2013);

UNITED NATIONS (July 19, 2012), *Security Council fails to adopt resolution on Syria*, em <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=42513&Cr=Syria&Cr1> consultado em novembro de 2012).

## **Fontes secundárias**

### **Monografias:**

ARON, Raymond (2003), *Peace & war: A theory of international relations*, New Brunswick: Transaction Publishers (originally printed in 1966 by Doubleday & Company, Inc.);

BAPTISTA, Eduardo Correia (1996), *Jus Cogens em Direito Internacional*, Lisboa: Lex-Edições Jurídicas;

BESSA, António Marques (1993), *Quem governa? – Uma análise histórico-política do tema da elite*, Lisboa: ISCSP;

----- (2001), *O olhar do Leviathan: Uma introdução à política externa dos Estados modernos*, Lisboa: ISCSP;

BEST, Geoffrey (2002), *War & law since 1945*, New York: Clarendon Press, Oxford University Press;

BRAILLARD, Philippe (1990), “As ciências sociais e o estudo das relações internacionais”, in Philippe Brillard (eds.), *Teoria das Relações internacionais*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;

CASSESE, Antonio; GAETA, Paola and JONES, John (2002), *The Rome Statute of the International Criminal Court: A commentary*, Volume I, Oxford: Oxford University Press;

CLAUSEWITZ, Carl von (1979), *Da guerra*, Lisboa: Perspectivas e realidades;



CONDORELLI, Luigi; LA ROSA, Anne-Marie and SCHERRER, Sylvie (1995), *Les Nations Unies et le Droit International Humanitaire*, Genève: Université de Genève;

CUNHA, Joaquim da Silva (1997), *Manual de Direito Internacional Público: Introdução e fontes*, Coimbra: Almedina;

CUNHA, Joaquim da Silva e PEREIRA, Maria do Vale (2000), *Manual de Direito Internacional Público*, Coimbra: Almedina;

DAVID, Charles Philippe (2001), *A guerra e a paz – Abordagens contemporâneas da segurança e da estratégia*, Lisboa: Instituto Piaget;

DEMBINSKI, Matthias and REINOLD, Theresa (2011), *Libya and the future of the responsibility to protect – African and European perspectives*, Frankfurt: Peace Research Institute;

DEYRA, Michael (2001), *Direito Internacional Humanitário*, Lisboa: Procuradoria-Geral da República, Gabinete de Documentação e Direito Comparado;

DINH, Nguyen Quoc; PELLET Alain and DAILLIER, Patrick (2003), *Direito Internacional Público*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;

DOLGOPOL, Ustinia and GARDAM, Judith (2006), *The challenge of conflict: International law responds*, Leiden: Martinus Nijhoff Publishers;

DOMESTICI-MET, Marie-José (1999), *Cinquante ans après La Haye: Le Droit Internationale Humanitaire au temps de la guerre civile*, Genève: CICR;

DOS SANTOS, Victor Marques (2001), *A humanidade e o seu património: reflexões contextuais sobre a conceptualidade evolutiva e dinâmica evolutiva operatória em teoria das relações internacionais*, Lisboa: ISCSP;

ERIKSSON, Maja Kirilova (2000), *Reproductive freedom in the context of international human rights and humanitarian law*, The Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers;

ESCARAMEIA, Paula (2001), *Reflexões sobre temas de Direito Internacional – Timor, a ONU e o Tribunal Penal Internacional*, Lisboa: ISCSP;

----- (2003), *O Direito Internacional Público nos princípios do século XXI*, Coimbra: Almedina;

FERRILL, Arther (1997), *The origins of war: From the stone age to Alexander the Great*, New York: Westview Press;

FLAUSS, Jean-François (2003), *Les nouvelles frontières du Droit International Humanitaire*, Bruxelles: Bruylant;

FLECK, Dieter (1995), *The handbook of humanitarian law in armed conflicts*, New York: Oxford University Press;

FLINT, Colin (2005), *The geography of war and peace – From death camps to diplomats*, Oxford: Oxford University Press;

FRANK, Thomas (2003), *Recourse to force: State action against threats and armed attacks*, Cambridge: Cambridge University Press;

GARDAM, Judith Gail (1993), *Non-combatant immunity as a norm of International Humanitarian Law*, The Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers;

GREEN, Leslie (2000), *The contemporary law of armed conflicts*, Manchester: Manchester University Press;

HASSNER, Pierre (1997), *Violence and peace from the atomic bombs to ethnic cleaning*, Great Britain: Central European University Press;

HENCKAERTS, Jean-Marie and DOSWALD-BECK, L., (2005), *Customary International Humanitarian Law*, volumes I e II, Cambridge: Cambridge University Press & ICRC;

- HOLMQVIST, Caroline (2005), “Engaging armed non-state actors in post-conflict settings” Chapter 3, in Alan Bryden and Heiner Hänggi (eds.), *Security governance in post-conflict peacebuilding*, Geneva: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces;
- HO-WON, Jeong (2002), *Peace and conflict studies: An introduction*, United States: Ashgate;
- KALSHOVEN, Frits (2007), *Reflections on the laws of war*, Leiden: Martinus Nijhoff Publishers;
- KANT, Immanuel (1986), *Fundamentos da metafísica dos costumes*, Lisboa: Edições 70;
- KELLY, Michael (1999), *Restoring and maintaining order in complex peace operations – The search for a legal framework*, The Netherlands: Kluwer Law International;
- KOLB, Robert (2003), *Jus in bello: Le Droit International des Conflicts Armés*, Bâle: Helbing & Lichtenhalm;
- LEANDRO, Francisco da Silva (2005), *As armas das vítimas – Um novo prisma sobre o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados*, Lisboa: Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional;
- LEVY, Jack S. and THOMPSON, William R. (2011), *The arc of war: Origins, escalation, and transformation*, London and Chicago: The University of Chicago Press;
- MAQUIAVEL, Nicolau (1991), *O príncipe – A arte da guerra*, Lisboa: Ediclube;
- MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria (2003), *Fundamentos de Metodologia Científica*, São Paulo: Editora Atlas S.A.;
- MEYER, Michael and MCCOUBREY, Hilari (1998), *Reflections on law and armed conflicts*, The Netherlands: Kluwer Law International;
- MOREIRA, Adriano (2005), *Teoria das relações internacionais*, Coimbra: Almedina;
- MOREIRA, Carlos Diogo (1994), *Planeamento da investigação social*, Lisboa: ISCSP;
- MULLER, Jean-Marie (1995), *O princípio da não-violência: Recursos filosóficos*, Lisboa: Instituto Piaget;
- NOGUEIRA, José Freire (cor.) (2005), *Pensar a segurança e defesa*, Lisboa: Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional;
- PERNA, Laura (2006), *The formation of the treaty law of non-international armed conflicts*, The Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers;
- PICTET, Jean (1983), *Développement des principes du Droit International Humanitaire*, Genève: Institut Henry Dunant, Pedone;
- (1985), *Development of International Humanitarian Law*, The Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers;
- POLITI, Mauro and NESI, Guiseppe (2002), *The Rome Statute of the International Criminal Court: A challenge to impunity*, England: Ashgate Publishing Limited;
- RIBEIRO, Henrique Manuel Lages (2008), *Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico*, Lisboa: Gradiva;
- ROVER, Ardinete (cor.) (2006), *Metodologia científica: Educação à distância*, Joaçaba: UNOESC;
- SARAIVA, Maria Francisca (2001), *Governance: Um caminho para a segurança cooperativa*, Lisboa: ISCSP;

SHAW, Malcolm (1986), *International Law*, Cambridge: Grotius Publications Limited;

TORRELLI, Maurice (1985), *Le Droit International Humanitaire*, Paris: Presses Universitaires de France;

TRINDADE, António; PEYTRINET, Gérard e DE SANTIAGO, Jaime Ruiz (2004), *As três vertentes da protecção internacional dos direitos da pessoa humana. Direitos Humanos, Direito Humanitário e Direito dos Refugiados*, Brasil: CICV;

VAZ, Nuno Mira (2002), *Civilização das forças armadas nas sociedades demoliberais*, Lisboa: Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional;

VIANA, Vítor Rodrigues (2002), *Segurança colectiva: A ONU e as operações de apoio à paz*, Lisboa: Edições Cosmos, Instituto da Defesa Nacional;

VIOTTI, Paul and KAUPPI, Mark (1999), *International relations theory: Realism, pluralism, globalism and beyond*, Boston: Allyn and Bacon;

ZOUREK, Jaroslav (1974), *L'interdiction de l'emploi de la force en Droit International*, Geneva: Institute Henry Dunant.

### **Publicações periódicas:**

ALBUQUERQUE, Catarina (2000), “Direitos da criança”, in *Revista do Gabinete de Documentação e Direito Comparado* n.º 83-84, pp. 22-54;

ALDRICH, George (1991), “Compliance with International Humanitarian Law”, in *International Review of the Red Cross* 282, pp. 294-304;

AMER, Ramses (1994), “The United Nations reactions to foreign military interventions”, in *Journal of Peace Research* 31 (4), pp. 425-444;

ANAÍS, Seantel (2011), “Ethical interventions: Non-lethal weapons and the governance of insecurity”, in *Security Dialogue* 42 (6), pp. 537-552;

BAHGAT, Gawdat (2008), “Proliferation of weapons of mass destruction: The case of Libya”, in *International Relations* 22 (1), pp. 105-126;

BAS, Muhammet A. and COE, Andrew J. (2012), “Arms diffusion and war”, in *Journal of Conflict Resolution* 56 (4), pp. 651-674;

BELLAMY, Alex (2004), “Ethics and intervention: The humanitarian exception and the problem of abuse in the case of Iraq”, in *Journal of Peace Research* 41 (2), pp. 131-147;

BHATT, Chetan (2012), “Human rights and the transformations of war”, in *Sociology* 46 (5), pp. 813-828;

CAPRIOLI, Mary (2000), “Gendered conflict”, in *Journal of Peace Research* 37 (1), pp. 51-68;

CAPRIOLI, Mary and TRUMBOREB, Peter (2005), “Rhetoric versus reality: Rogue states in interstate conflict”, in *The Journal of Conflict Resolution* 49 (5), pp. 770-791;

CARMONA, Mafalda (2002), “Conflitos armados não-internacionais – Em especial, o problema dos crimes de guerra”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, volume XLII (1), pp. 361-477;

CARREIRA, José Manuel (2004), “O direito humanitário, as regras de empenhamento e a condução das operações militares”, in *Cadernos Navais* n.º 11, 64 pp.;

COCHAYNE, James and MALONE, David (2005), “United Nations peace operations then and now”, in *International Peacekeeping – The Yearbook of Peace Operations*, volume 9, pp. 1-26;

CONLON, Justin (2004), “Sovereignty vs. human rights or sovereignty and human rights?”, in *Race & Class* 46 (1), pp. 75-100;

DE ALMEIDA, Manuel Campos (2006), “Direito Internacional Humanitário – os novos desafios”, in *Revista Militar* n.º 2448, disponível em: [www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=50](http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=50) (consultado em agosto de 2012);

DE AZEREDO, Carlos (1988), “Guerra, paz e comunidades humanas à luz da história: Elementos para uma reflexão”, in *Nação e Defesa* n.º 45, pp. 104-118;

DUPONT, Pascal (2001), “La guerre et le droit: quel espoir pour le XXI siècle”, in *Défense Nationale* 1, pp. 56-65.

DUTLI, Maria Teresa (1998), “National implementation measures of International Humanitarian Law: Some practical aspects”, in *The Yearbook of International Humanitarian Law*, volume I, pp. 245-262;

EDITORIAL (2012), “Just war in the shadow of 9/11: Ten years on”, in *European Journal of Political Theory* 11 (2), pp. 87-91;

FENRICK, William (2005), “International Humanitarian Law and combat casualties”, in *European Journal of Population* 21, pp. 167-186;

FRASER-MOLEKETI, Geraldine J. (2012), “Democratic governance at times of crisis: Rebuilding our communities and building on our citizens”, in *International Review of Administrative Sciences* 78 (2), pp. 191-208;

FREEDMAN, Lawrence (2006), “The transformation of strategic affairs”, in *Adelphi Paper* 379, 103 pp.;

GEIS, Anna (2011), “Of bright sides and dark sides: Democratic peace beyond triumphalism”, in *International Relations* 25 (2), pp. 164-170;

GOODMAN, Ryan (2006), “Humanitarian intervention and the pretexts for war”, in *The American Journal of International Law* 100 (1), pp. 107-141;

GRAYSON, Kyle (2012), “The ambivalence of assassination: Biopolitics, culture and political violence”, in *Security Dialogue* 43 (1), pp. 25-41;

GREENWOOD, C. (1998), “International Humanitarian Law and United Nations peace operations”, in *Yearbook of International Humanitarian Law*, volume 1, pp. 3-34;

HENCKAERTS, Jean-Marie (2005), “Estudio sobre el derecho internacional humanitario consuetudinario: Una contribución a la comprensión y al respeto del derecho de los conflictos armados”, in *International Review of the Red Cross* 87 (857), pp. 1-46;

----- (2006), *Estudo sobre o Direito Internacional Humanitário Consuetudinário: uma contribuição para a compreensão e respeito do Direito dos Conflitos Armados*, Brasília: CICV, 36 pp. Este texto é uma tradução do artigo: Henckaerts, Jean-Marie (2005), “Study on Customary International Humanitarian Law: A contribution to the understanding and respect for the rule of law in armed conflicts”, in *International Review of the Red Cross* 87 (857), pp. 175-212;

----- (2010), “Customary International Humanitarian Law: Taking stock of the ICRC study”, in *Nordic Journal of International Law* 78, pp. 435-468;

HOFFMAN, F. (2006), “Complex irregular warfare: The next revolution in military affairs”, in *Orbis*, pp. 395-411;

KENT, Randolph C. (2004), “International humanitarian crises: Two decades before and two decades beyond”, in *International Affairs* 80 (5), pp. 851-869;

KOSKENNIEMI, Martti (2011), “Law, teleology and international relations: An essay in counterdisciplinarity”, in *International Relations* 26 (1), pp. 3-34;

- KRAIN, Matthew (2005), "International intervention and the severity of genocides and politicides", in *International Studies Quarterly* 49, pp. 363-387;
- LEANDRO, Francisco (2003), "Algumas implicações da revolução dos assuntos militares no Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados", in *Revista Militar* n.º 2412, volume 55 (1), pp.31-46;
- LEBOW, Richard Ned (2010), "The past and future of war", in *International Relations* 24 (3), pp. 243-270;
- LUTTERBECK, Derek (2012), "Arab uprisings, armed forces, and civil-military relations", in *Armed Forces & Society* 00 (0), pp. 1-25;
- LUTTWAK, Edward (1999), "Give war a chance", in *Foreign Affairs* 78 (4), pp. 36-44;
- MALICI, Akan and BUCKNER, Allison (2008), "Empathizing with rogue leaders: Mahmoud Ahmadinejad and Bashar al-Asad", in *Journal of Peace Research* 45 (6), pp. 783-800;
- MCSHANE, Thomas (2005), "Redefining sovereignty in the 21<sup>st</sup> century", in *The International Peacekeeping – The Yearbook of International Peace Operations*, volume 9, pp. 183-208;
- MELANDER, Erik (2005), "Gender equality and intrastate armed conflict", in *International Studies Quarterly* 49 (4), pp. 695-714;
- MERON, Theodor (2000), "The humanization of humanitarian", in *The American Journal of International Law* 94 (2), pp. 239-278;
- MIYET, Bernard (1999), "Questões actuais da manutenção da paz", in *Nação e Defesa* n.º 91, pp. 17-26;
- NYE, Joseph (2008), "Security and smart power", in *American Behavioral Scientist* 51 (9), pp. 1351-1356;
- O'DONNELL, Brian and KRASKA, James (2003), "Humanitarian law: Developing international rules for the digital battlefield", in *Journal of Conflict and Security Law* 8 (1), pp. 133-160;
- O'DRISCOLL, Cian (2011), "A fighting chance or fighting dirty? Irregular warfare, Michael Gross and the Spartans", in *European Journal of Political Theory* 11 (2), pp. 112-130;
- OWEN, John M. (2011), "Liberal tradition, not social science", in *International Relations* 25 (2) 158-163;
- OWENS, Patricia (2004), "Theorizing military intervention", in *International Affairs* 80 (2), pp. 355-365;
- PANKE, Diana and PETERSOHN, Ulrich (2011), "Why international norms disappear sometimes", in *European Journal of International Relations* 18 (4), pp. 719-742;
- PATRICK, Stewart (2006), "Weak states and global threats: Fact or fiction?", in *The Washington Quarterly* 29 (2), pp. 27-53;
- RAMOS, Alfredo Gonçalves (1993), "O Direito da Guerra e as operações militares", in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares* n.º 29, pp. 87-99;
- ROBERTS, Adam (1993), "Humanitarian war: Military intervention and human rights", in *International Affairs* 69 (3), pp. 429-449;
- ROSAS, Allan (1987), "The frontiers of International Humanitarian Law", in *Journal of Peace Research* 24 (3), pp. 219-236;
- SANTIFORT, Charlinda; SANDLER, Todd and BRANDT, Patrick (2012), "Terrorist attack and target diversity: Change points and their drivers", in *Journal of Peace Research*, pp.1-16;

SAUER, Frank and SCHÖRNING, Niklas (2012), "Killer drones: The 'silver bullet' of democratic warfare?", in *Security Dialogue* 43 (4), pp. 363-380;

SCHINDLER, Daniel (1979), "El Comité Internacional de la Cruz Roja y los derechos humanos", in *Revista Internacional de la Cruz Roja* 4 (31), pp. 3-15;

SCHINDLER, Dietrich (2003), "International Humanitarian Law: Its remarkable development and its persistent violation", in *Journal of the History of International Law* 5, pp. 165-188;

SCHMITT, Michael (2007), "Asymmetrical warfare and International Humanitarian Law", in *Air Force Law Review* 62 (1), pp. 11-48;

----- (2010), "Military necessity and humanity in International Humanitarian Law: Preserving the delicate balance", in *Virginia Journal of International Law* 50 (4), pp. 795-839;

SEMB, Anne Julie (2000), "The new practice of UN-authorized interventions: A slippery slope of forcible interference?", in *Journal of Peace Research* 37 (4), pp. 469-488;

SHARKEY, Noel (2011), "The automation and proliferation of military drones and the protection of civilians", in *Law, Innovation and Technology* 3 (2), pp. 229-240;

SLAUGHTER, Anne-Marie (1995), "International Law in a world of liberal states", in *European Journal of International Law*, volume 6 (4), pp. 503-538;

----- (2004), "The duty to prevent", in *Aspenia International* 25-26, pp. 78-85;

SLAUGHTER, Anne-Marie and FEINSTEIN, Lee (2004), "A duty to prevent", in *Foreign Affairs*, volume 83 (1), pp.131-151;

SORENESEN, Georg (2006), "Liberalism of restraint and liberalism of imposition: Liberal values and world order in the new millennium", in *International Relations* 20 (3), pp. 251-272;

SPINDEL, Chad (2011), "The people want to topple the regime: Exploring the Arab spring in Egypt, Syria, and Jordan", in *SAGE Open*, pp. 1-7;

STALM, Carsten (2006), "Jus ad bellum, jus in bello ... jus post bellum? Rethinking the conception of the law of armed force", in *The European Journal of International Law* 17 (5), pp. 921-943;

SULLIVAN, Patricia (2007), "War aims and war outcomes: Why powerful states lose limited wars", in *The Journal of Conflict Resolution* 51 (3), pp. 496-524;

TANG, Shiping (2010), "Social evolution of international politics: From Mearsheimer to Jervin", in *European Journal of International Relations* 16 (1), pp. 31-55;

TARZI, Shah M. (2004), "Neorealism, neoliberalism and the international system", in *International Studies* 41 (1), pp. 115-128;

VIJAPUR, Abdulrahim (2010), "The question of domestic jurisdiction and the evolution of United Nations law of human rights", in *International Studies* 47 (2-4), pp. 247-265;

VINUESA, Raúl E. (1998), "Interface, correspondence and convergence of human rights and International Humanitarian Law", in *Yearbook of International Humanitarian Law*, volume 1, pp. 69-110;

VOLO, Lorraine de (2004), "Mobilizing mothers for war: Cross-national framing strategies in Nicaragua's contra war", in *Gender & Society* 18 (6), pp. 715-734;

WEISS, Thomas (2001), "Researching humanitarian intervention: Some lessons", in *Journal of Peace Research* 38 (4), pp. 419-428;

WEIZMAN, Eyal (2010), "Legislative attack", in *Theory, Culture & Society* 27 (6), pp. 11-32;

WHITMAN, Jim (2005), “Humanitarian intervention in an era of pre-emptive self-defense”, in *Security Dialogue* 36 (3), 259-274;

ZANGL, Bernhard [et al.] (2011), “Between law and politics: Explaining international dispute settlement behavior”, in *European Journal of International Relations* 18 (2), pp. 369-401;

ZEHFUSS, Maja (2010), “Targeting: Precision and the production of ethics”, in *European Journal of International Relations* 17 (3), pp. 543-566.

### **Relatórios científicos e técnicos:**

BROWN, Adèle (2008), *Reinventing humanitarian intervention: Two cheers for the responsibility to protect?*, London: House of Commons Library (Research Paper 08/55);

COUPLAN, Robin and LOYE, Dominique (2000), “Legal and health issues: International Humanitarian Law and the lethality or non-lethality of weapons”, in *Jane’s Information Group*;

DAVIS, Rachel; MAJEKODUNMI, Benjamin and SMITH-HÖHN, Judy (2008), *Prevention of genocide and mass atrocities and the responsibility to protect: Challenges for the UN and the international community in the 21st Century*, Geneva: International Peace Institute (Responsibility to Protect Occasional Paper Series);

EVANS, Gareth and WILMSHURST, Elizabeth (2011), *Responding to mass atrocity crimes: The ‘responsibility to protect’ after Libya*, London: Chatham House;

FEINSTEIN, Lee (2007), *Darfur and beyond: What is needed to prevent mass atrocities*, New York: Council of Foreign Relations (CSR N.º 22);

GARRIGUES, Juan (2011), *Libya: From positive precedent to collective frustration*, Barcelona: Notes Internationals (CIDOB 37);

HOLT, Victoria K. (2005), *The responsibility to protect: Considering the operational capacity for civilian protection*, Washington: The Henry L. Stimson Center (Discussion Paper);

IPI, (2009), *Conflict prevention and the responsibility to protect task forces on strengthening multilateral security capacity*, New York: International Peace Institute (IPI Blue Paper n.º 7);

KRAUSE, Keith (2007), *Towards a practical human security agenda*, Geneva: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (Policy Paper 26);

LUTTERBECK, Derek (2011), *Arab uprisings and armed forces: Between openness and resistance*, Geneva: DCAF (SSR Paper 2);

VOGT, Andreas [et al.] (2008), *The protection of civilians and the post-conflict security sector: A conceptual and historical overview*, Oslo: NUPI Report (Security in Practice 8);

WAAL, Alex de and OMAAR, Raklya (1994), “Can military intervention be humanitarian?”, in *Middle East Report – Military Intervention and North-South Politics in the 90’s* 187/188 pp. 2-8;

WINKLER, Hans; ROD-LARSEN, Terje and MIKULASCHEK, Christoph (2010), *The UN Security Council and the responsibility to protect: Policy, process, and practice*, 39th IPI Vienna Seminar (Favorita Papers 01).

## Internet:

ALSAIDI, Abdullah (June 12, 2012), *Spillover of the Arab spring*, em <http://www.theglobalobservatory.org/analysis/302-spillover-of-the-arab-spring.html> (consultado em dezembro de 2012);

ANDERSSON, Nils and LAGOT, Daniel, *Responsabilité de protégé et guerres humanitaires: Le cas de la Libye*, em <http://www.hrw.org/fr/news/2011/03/25/libye-questions-et-r-ponses-sur-le-droit-de-la-guerre> (consultado em novembro de 2012);

CORTEN, Olivier and DELCOURT, Barbara, *L'intervention militaire en Libye: Une avancée du Droit International?*, em <http://politique.eu.org/spip.php?article1464> (consultado em novembro de 2012);

CNN (April 2, 2013), *By the numbers: Syria deaths*, em <http://edition.cnn.com/2013/01/08/world/meast/syria-civil-war-compare> (consultado a 15 de abril de 2013);

GENEVA ACADEMY (2012), "O conflito na Síria", em [http://www.genevaacademy.ch/RULAC/other\\_issues.php?id\\_issues=14](http://www.genevaacademy.ch/RULAC/other_issues.php?id_issues=14) (consultado em janeiro de 2013);

<http://vdc-sy.org/index.php/en/> - Violations Documentation Center for Syria (consultado em março de 2013);

UPPSALA UNIVERSITY (2012), *Ongoing armed conflicts*, em [http://www.pcr.uu.se/research/ucdp/charts\\_and\\_graphs/](http://www.pcr.uu.se/research/ucdp/charts_and_graphs/) (consultado em dezembro de 2012);

VERICAT, Jose (August 07, 2012), *A chapter closes for international diplomacy in Syria*, em <http://www.theglobalobservatory.org/component/tag/middle-east.html> (consultado em novembro de 2012);

----- (August 08, 2012), *Interview with Father Paolo Dall'Oglio on the Syrian crisis*, em <http://www.theglobalobservatory.org/interviews/336-interview-with-father-paolo-dalloglio-on-the-syrian-crisis.html> (consultado em novembro de 2012);

WARREN, Hoge (March 27, 2012), *Interview with Salwa Bugaighis, Libyan Human Rights Lawyer*, em <http://www.theglobalobservatory.org/interviews/248-interview-with-salwa-bugaighis-prominent-libyan-human-rights-lawyer.html> (consultado em dezembro de 2012).